



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo



MACSUELLE SILVA SANTOS

OS REBATIMENTOS DA MOBILIDADE DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO NO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO - VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Vitória da Conquista - BA

Abril/2020

MACSUELLE SILVA SANTOS

OS REBATIMENTOS DA MOBILIDADE DO TRABALHO NA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO NO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO - VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia PPGeo-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico

Linha de pesquisa: 1

Orientador: Prof. Dr. Altemar Amaral Rocha

Vitória da Conquista BA

Abril/2020

S236r

Santos, Macsuelle Silva.

Os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço no povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - Ba. / Macsuelle Silva Santos, 2020.

175f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Altemar Amaral Rocha.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 151 – 161.

1. Produção do espaço. 2. Modalidade do trabalho. 3. Pobreza – Divisão do trabalho.

I. Rocha, Altemar Amaral. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

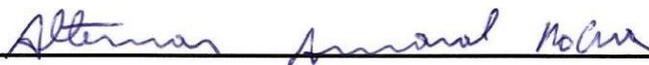
MACSUELLE SILVA SANTOS

Título da pesquisa: Os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço no povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, para obtenção de título de mestre.

Aprovado em: 06 de abril de 2020

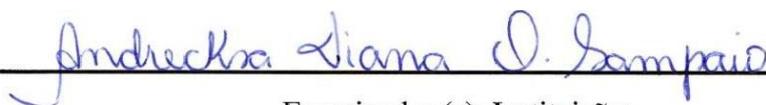
Banca examinadora



---

Orientador (a): Instituição:

Presidente



---

Examinador (a): Instituição:

Membro externo



---

Examinador (a): Instituição:

Membro interno

Área de concentração: Produção do espaço geográfico  
Linha de pesquisa: 1

Vitória da Conquista BA  
Abril/2020

Vocês não queiram mal aos que vem de longe, aos que vêm sem rumo  
certo, como eu vim; as tempestades é que nos atiram para as praias  
sem fim ...

(Judas Isgorogota, os que vêm de longe)

Ao meu filho Lorenzo S. B. Amor para toda a  
vida.

## AGRADECIMENTOS

Um dos privilégios desta pesquisa foi me deparar com o apoio e a generosidade de amigos, familiares e colegas.

Agradecer é reconhecer a contribuição, portanto, agradeço:

**À Deus**, pela inspiração e direção no processo da construção da dissertação.

**Ao André**, companheiro de todas as horas, pelo apoio incondicional, pela disponibilidade em corroborar com a tabulação dos dados, cruzamentos das informações e elaboração dos gráficos.

**Ao meu filho Lorenzo**, minha principal motivação a tentar deixar, para as gerações futuras, um mundo melhor e com mais disseminação de conhecimento.

**Ao Marco Aurélio**, pelo apoio e disponibilidade em corroborar com a tabulação dos dados, cruzamentos das informações e elaboração dos gráficos.

**Agradeço a minha mãe Zélia Silva de Souza** pela determinação e luta na minha formação e dos meus irmãos.

**Agradeço aos meus irmãos, Vinícius, Caroline “in memorian”, João Victor, Patric, Vlaiton, Sabrina, Douglas, Raylan e Plínio** pela confiança, principalmente a **Kelly Daiane** pela dedicação e sua importante contribuição no processo de coleta de dados junto aos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro.

**À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES)** pela bolsa que permitiu a conclusão da pesquisa.

**À Altamar Rocha, meu orientador**, pelas sugestões e competência na elaboração dos mapas.

**Às professoras Andrecksa Sampaio e Fernanda Viana** pelo esforço em corrigir a dissertação e oferecer sugestões essenciais no processo de qualificação.

Aos meus colegas de mestrado: **Adriana, Crislane, Dhione, Eliane, Eliana, Júnio, Maiara, Mateus, Rita, Uriana** e, principalmente **Gabriela Plácido**, pela paciência, apoio, por me encorajar a persistir diante os obstáculos, pela amizade, pelo carinho, por ouvirem meus desabafos ... à vocês, toda minha gratidão. Vocês foram minha principal terapia nesse processo.

**Ao professor Mário Rubem** pelo esforço em contribuir com o desenvolvimento da pesquisa e por aceitar a participar, mesmo que de última hora, da banca de defesa da dissertação.

**Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UESB)** por ter me dado base teórica para a construção da dissertação.

**Às famílias pesquisadas** pela disponibilidade, receptividade e riqueza nas informações.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito analisar como a mobilidade do trabalho interfere na produção do espaço no Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA, e procura compreender os motivos que incidem sobre a saída dos trabalhadores em busca de emprego e renda em outras localidades. A base teórica discute os conceitos de produção do espaço, mobilidade populacional, do trabalho e do capital, pobreza, entre outros. Tem como recorte espacial o povoado Lagoa de Juazeiro, localizado no distrito de Iguá, município de Vitória da Conquista – BA. As categorias de análise que norteiam a pesquisa é “produção do espaço” e “trabalho”, visto que, o espaço é construído socialmente por meio da relação homem-natureza, essa relação é mediada pelo trabalho. Para a concretização da pesquisa, foi realizado uma revisão teórica, seguida de levantamentos de dados e informações, utilizando fontes de instituições públicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), dentre outros. Além disso, foram aplicados questionários em 30% das residências do povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova, entrevistas semiestruturadas com os líderes comunitários e presidentes das associações locais, entrevistas semiestruturada com a vizinhança das residências vazias, entrevistas semiestruturada com pessoas acima de 60 anos de idade para obter um panorama mais detalhado sobre a estrutura produtiva, social, econômica e espacial do povoado e do assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como um todo.

**Palavras-Chave:** Produção do espaço. Trabalho. Mobilidade do trabalho.

## ABSTRACT

This research aims to analyze how the mobility of work interferes in the production of space in the Lagoa de Juazeiro Village - Vitória da Conquista - BA, and seeks to understand the reasons that affect the departure of workers in search of jobs and income in other locations. The theoretical basis discusses the concepts of space production, population mobility, labor and capital, poverty, among others. It has as spatial cutout the village of Lagoa de Juazeiro, located in the district of Iguá, municipality of Vitória da Conquista - BA. The categories of analysis that guide the research are “production of space” and “work”, since, space is socially constructed through the man-nature relationship, this relationship is mediated by work. To carry out the research, a theoretical review was carried out, followed by data and information surveys, using sources from public institutions, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA), Ministry Social Development (MDS), among others. In addition, questionnaires were applied to 30% of the homes in the Lagoa de Juazeiro settlement and Lagoa Nova settlement, semi-structured interviews with community leaders and presidents of local associations, semi-structured interviews with the neighborhood of empty homes, semi-structured interviews with people over 60 years old to obtain a more detailed overview of the productive, social, economic and spatial structure of the village and the settlement of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) as a whole.

**Keywords:** Space production. Job. Work mobility.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Povoado Lagoa de Juazeiro – distrito de Iguá - Vitória da Conquista - BA - 2018	22
Cartograma 1- Cenário do desemprego no Brasil em 2017	47
Quadro 1- Está disposto a ganhar menos do que ganhava no último emprego? – Pesquisa realizada pela CNDL e SPC - 2018	48
Tabela 1 - Migração rural-urbana no Brasil – 1960-2010	60
Gráfico 1 – Contribuição financeira dos membros familiares que migraram para trabalhar – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019 <sup>1</sup>	68
Gráfico 2 – Melhorias que as Escolas Casemiro de Abreu I e II necessitam, segundo os moradores do povoado Lagoa de – Vitória da Conquista – BA, 2019	70
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos residentes adultos que finalizaram ou interromperam os estudos - Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista– BA, 2019 <sup>2</sup>	71
Tabela 2 - Crescimento populacional de Vitória da Conquista de 1940 a 2010	77
Tabela 3 - Taxa de crescimento populacional de Vitória da Conquista, por período – 1940-2010	80
Gráfico 4 - População Urbana/Rural de Vitória da Conquista de 1940 a 2010	81
Tabela 4 - Crescimento médio da população de Vitória da Conquista, por ano - 1940-2010	81
Gráfico 5 - Crescimento da população de Vitória da Conquista	82
Foto 1 - Escola Municipal Casemiro de Abreu – Povoado Lagoa de Juazeiro	87
Foto 2 - Igreja Nossa Senhora Aparecida - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	89
Foto 3 – Santuário na residência de um morador - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA, 2019	89
Foto 4 – Espaço que os ocupantes do assentamento Lagoa Nova acamparam durante as liminares de despejo – Vitória da Conquista – Bahia - 2019	92
Foto 5 - Aspectos do arruamento da agrovila Lagoa Nova – Vitória da Conquista- BA - 2019	93
Foto 6 - Cultivo de milho e feijão secando antes da colheita – Povoado Lagoa de Juazeiro, 2019	94

---

<sup>1</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.

<sup>2</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.

Gráfico 6 – Prática agrícola dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova - 2019	95
Gráfico 7 - Principais cultivos agrícolas - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019	96
Foto 7 - Plantação de mandioca - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019	96
Gráfico 8 - Perspectivas dos agricultores do povoado Lagoa de Juazeiro em relação aos resultados da produção – Vitória da Conquista - BA - 2019	97
Gráfico 9 – Faixa etária de todos moradores pesquisados – Povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova – Vitória da Conquista - BA - 2019 <sup>3</sup>	101
Gráfico 10 – Faixa etária/estado civil dos representantes familiares entrevistados em cada residência – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	102
Gráfico 11 – Estado civil dos residentes por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro <sup>4</sup> - Vitória da Conquista – BA, 2019	102
Gráfico 12 – Número de dependentes por família – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA, 2019	103
Gráfico 13 - Principais fontes de renda das famílias entrevistadas – Povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova – Vitória da Conquista - BA - 2019	109
Foto 8 - Loja de material de construção no povoado Lagoa de Juazeiro	111
Gráfico 14 – Trabalhadores assalariados – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	112
Gráfico 15 – Assalariados por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019.	114
Gráfico 16 - Assalariados sem registro na carteira por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019.	115
Gráfico 17 - Assalariados com registro na carteira por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019.	116
Gráfico 18 – Renda familiar/mês – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA 2019	118
Gráfico 19 – Renda familiar por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	118

---

<sup>3</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.

<sup>4</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.

Gráfico 20 – Distribuição da renda por faixa etária - Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	119
Gráfico 21 - Renda familiar (em salários-mínimos) – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA -2019	120
Gráfico 22 – Bens de consumo duráveis nos domicílios – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	122
Foto 9 - Cisterna para captação de água da chuva – Povoado Lagoa de Juazeiro	124
Foto 10 – Instalação de encanamento de água para abastecimento das residências – Povoado Lagoa de Juazeiro, Vitória da Conquista - BA	125
Foto 11 – Residências do povoado Lagoa de Juazeiro, Vitória da Conquista - BA	126
Gráfico 23 – Cômodos por residência – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	127
Foto 12 – Banheiros externos – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	128
Gráfico 24 – Instalações sanitárias – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista -BA - 2019	129
Gráfico 25 – Quantidade de refeições por dia/domicílio – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	130
Gráfico 26 – Investimento em veículos automotores – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	132
Gráfico 27 – Estudantes – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	133
Gráfico 28 – Nível de escolaridade dos residentes – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	134
Gráfico 29 – Relevância dos motivos que levaram a desistência/abandono escolar – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	135
Gráfico 30 – Faixa etária dos residentes pesquisados – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	136
Gráfico 31 – Residentes que vivem a mobilidade do trabalho – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	138
Gráfico 32 – Parcela da população total que é economicamente ativa (PEA) – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	138
Gráfico 33 – Mobilidade dos trabalhadores – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	139

Mapa 2 - Principais destinos dos trabalhadores do Povoado de Juazeiro – Mobilidade diária	140
Gráfico 34 – Atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores que se deslocam diariamente – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019	141
Gráfico 35 – Tipo de moradia dos trabalhadores que se deslocam para Vitória da Conquista – BA – Mobilidade semanal	142
Mapa 3 - Principais destinos dos trabalhadores do Povoado Lagoa de Juazeiro no Estado da Bahia - últimos cinco anos	144
Gráfico 36 – Rotação de atividades exercidas pelos trabalhadores temporais do povoado Lagoa de Juazeiro – Últimos cinco anos	145
Mapa 4 - Principais destinos dos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro a Nível de Brasil	146
Gráfico 37 - Tipo de moradia dos trabalhadores que vivem em Vitória da Conquista – BA – Mobilidade de longa duração	147
Gráfico 38 – Atividades exercidas – Mobilidade do trabalho de longa duração	148
Mapa 5 – Locais de moradia das pessoas que migraram do povoado Lagoa de Juazeiro para a cidade de Vitória da Conquista nos últimos 5 anos	148

## LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada  
CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral  
CDL - Confederação de Dirigentes Legistas  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
CUT - Congresso da Central Única dos Trabalhadores  
CLT - Consolidação da Lei do Trabalho  
CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas  
DAP - Declaração de Aptidão ao Produtor  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
EMBASA – Empresa Baiana de águas e Saneamento - SA  
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural  
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FCAV – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias  
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
IHU – Instituto Humanistas Unisinos  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada  
MDF – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação  
MP – Medida Provisória  
MST – Movimento sem Terra  
NR31 - Norma Regulamentadora 31  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PBF – Programa Bolsa Família  
PCB - Partido Comunista do Brasil  
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PRRC - Plano de Renovação de Cafezais

PEA - População Economicamente Ativa

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação no Campo

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SPC - Serviço de Proteção de Crédito

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA - Superintendência de Política Agrícola

ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>PRODUÇÃO DO ESPAÇO E MOBILIDADE DO TRABALHO</b>	<b>26</b>
2.1	O ESPAÇO ENQUANTO PRODUTO DO TRABALHO .....	26
2.2	PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DESIGUALDADE SOCIAL .....	30
2.3	MOBILIDADE DO TRABALHO: CONCEITO E DEFINIÇÕES.....	33
2.4	AS NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO .....	39
2.5	O DESEMPREGO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL .....	42
<b>3</b>	<b>AS RELAÇÕES RURAIS E URBANAS NA MOBILIDADE DO TRABALHO</b>	<b>50</b>
3.1	O RECONHECIMENTO ENQUANTO CLASSE E A REPRODUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE .....	50
3.2	AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE EM DECORRÊNCIA DA DIVISÃO DO TRABALHO.....	55
3.3	O CONTEXTO DO TRABALHADOR RURAL NO BRASIL .....	60
3.4	ENTRE O CAMPO E A CIDADE .....	65
<b>4</b>	<b>O ESPAÇO RURAL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: ANÁLISE DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO</b>	<b>73</b>
4.1	ASPECTOS DO ESPAÇO RURAL.....	73
4.2	VITÓRIA DA CONQUISTA NA CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO.....	76
4.3	APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: A INTEGRAÇÃO DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO E DO ASSENTAMENTO LAGOA NOVA .....	83
4.3.1	A HISTÓRIA DO POVOADO CONSTRUÍDA A PARTIR DA EXPRESSÃO DA MEMÓRIA DOS MORADORES .....	84
4.3.2	CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESTUDADA .....	101
4.3.3	EVASÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO LAGOA NOVA .....	104
<b>5</b>	<b>ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E A MOBILIDADE DO TRABALHADOR NO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO – VCA - BA</b>	<b>107</b>
5.1	A POBREZA COMO UM FATOR INFLUENTE NO PROCESSO DA MIGRAÇÃO.....	107
5.2	FONTES DE RENDA E RELAÇÕES DE TRABALHO DOS MORADORES DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO – VITÓRIA DA CONQUISTA - BA.....	109
5.3	RENDA FAMILIAR .....	118
5.4	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MORADORES DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO 122	
5.5	A MOBILIDADE DO TRABALHADOR NO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO .....	137
5.5.1	AS MOBILIDADES DOS TRABALHADORES DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO .....	140
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>151</b>

<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>153</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE A: MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO EM 30% DAS RESIDÊNCIAS DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO .....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO E DA PRESIDÊNCIA DO ASSENTAMENTO LAGOA NOVA .....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS MORADORES MAIS ANTIGOS DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO.....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS VIZINHOS DAS RESIDÊNCIAS VAZIAS .....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE E: TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO.....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE F: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE G: CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>175</b>
<b>APÊNDICE H: COMPROMISSO DO PESQUISADOR.....</b>	<b>176</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, com o avanço do capitalismo no século XX, verificou-se por um lado a expansão urbana e das cidades, por outro, o alargamento das fronteiras agrícolas e modernização das técnicas de produção, tanto no campo quanto na cidade. Neste contexto, o espaço rural brasileiro transformou-se - modernizando em alguns setores. Todavia, a concentração de renda e as desigualdades socioespaciais não diminuíram.

Conforme Mello (2015), baseado no censo demográfico de 2010, um a cada quatro brasileiros que vivem no campo está em situação vulnerável de pobreza. Mello (2015) levou em consideração dois grupos que compõem o meio rural brasileiro; os agricultores familiares e os assentados de reforma agrária. E constatou que de 5,4 milhões de agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão ao Produtor (DAP) estão no Cadastro Único – instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população para incluí-las em programas sociais, sendo que, 64% dos inscritos, são beneficiários do bolsa família e, 78% se encontram em estado de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$154,00 mensais. A análise dos assentados de reforma agrária teve o mesmo desfecho: 62% dos inscritos no DAP são beneficiários do bolsa família e vivem em estado de pobreza.

Para Medeiros (2015), as políticas públicas, como o Programa Bolsa Família (PBF), políticas de valorização do salário mínimo, são as medidas mais imediatas para a redução das desigualdades. Como medida de combate à desigualdade a longo prazo, o autor apresenta investimentos na educação e na previdência social, porém, alerta que estas demoram de uma a duas décadas para serem percebidas.

Embora existam novas formas de emprego no campo, além das atividades tradicionais da pecuária, do plantio e colheita de grãos, ainda assim, a permanência da população rural nesses espaços está cada vez mais comprometida pela falta de emprego. Seja pela ausência de políticas de fixação do trabalhador no campo, seja pelo aumento do emprego de tecnologias, ou mesmo, pela falta de condições sociais e ambientais para a produção local, muitos trabalhadores rurais veem a migração como única alternativa. A cidade, por representar ideologicamente, sinônimo de prosperidade e modernidade – ideia mantida para, efetivamente, a cidade ser, por excelência, o lócus da acumulação capitalista - atrai essa mão de obra expropriada do campo com “promessa” de emprego estável e melhor condição de vida.

Todavia, com o processo de reestruturação produtiva do trabalho, no final do século XX e início do século XXI, foram incorporadas diferentes formas de informalidade da mão de obra trabalhista, tanto no campo quanto na cidade, aumentando os níveis de precarização do trabalho. Percebe-se que vem crescendo os empregos parciais, informais, sem estabilidade, sem registro em carteira, contratos temporários, terceirizados e as subcontratações. Boa parte dessas modalidades de emprego estão regulamentadas pelas recentes alterações nas leis trabalhistas do país, revelando diferentes expressões de precarização do trabalho. De acordo Silva (2014, p. 2), atualmente, no Brasil, “o trabalhador precisa buscar oportunidades de trabalho nos distintos espaços campo-cidade mesmo que seja em ocupações precárias, informais, parciais”, para garantir a sua sobrevivência.

Conforme Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho está pautada na necessidade dos trabalhadores, incentivada pelas contradições do modo de produção capitalista que geram oportunidades de trabalho ao mesmo tempo em que expande o exército de reserva. Com isso, a mobilidade das pessoas em busca de emprego é ampliada por se tornar uma condição para garantir a manutenção da vida.

A reflexão inicial dessa pesquisa veio na tentativa de explicitar os fundamentos da teoria da produção do espaço, atrelada às definições de mobilidade do trabalho, pobreza e desigualdade socioespacial no campo, com o intuito de investigar a mobilidade dos trabalhadores e como esses deslocamentos afetam a configuração espacial do povoado Lagoa de Juazeiro no município de Vitória da Conquista - BA. Além disso, foi feito um esboço de como as relações de trabalho e de produção contemporâneas, conduzem os paradigmas ou formas individualistas de pensar o espaço e o social, gerando, assim, sérias implicações para a permanência dos trabalhadores nos locais de baixa produção, pouca renda e pobreza acentuada.

Diante do delineamento inicial, surge a necessidade de analisar os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço do Povoado Lagoa de Juazeiro – VDC - BA. A relevância do tema está no fato dele conduzir a uma reflexão crítica sobre dois processos concomitantes: as migrações, que definem o aspecto tangível da mobilidade do trabalho, e a pobreza, que ocorre no lugar. Constata-se nessa pesquisa que, no processo de busca pelo trabalho ocorre a mobilidade desses trabalhadores entre campo-cidade e entre campo-campo a procura de meios de sobrevivência, idealizando um modo de vida estável no instável mundo do trabalho, que ora absorve, ora expulsa trabalhadores.

É nessa perspectiva que a pesquisa se fez necessária para uma melhor explicação dos motivos e fatores condicionantes dos deslocamentos populacionais responsáveis pelas transformações socioespaciais.

Os objetivos desta pesquisa, foram por tanto, analisar como a mobilidade do trabalho interfere na produção do espaço e no combate contra a pobreza no Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA, além de compreender os motivos que incidem sobre a saída dos trabalhadores em busca de emprego e renda em outras localidades. Pressupõe-se que, o povoado Lagoa de Juazeiro, localizado em uma região semiárida, não tem acesso de políticas públicas que atenda às necessidades básicas da população, tampouco, que contribua para o enfrentamento das dificuldades produtivas vividas por esses trabalhadores. A ausência do suporte técnico e social obriga muitos moradores a migrarem para a zona urbana do município, para fazendas, municípios vizinhos e até mesmo para outros Estados, em busca de trabalho para garantir o sustento familiar. Em muitos casos, submetem-se ao trabalho informal, isentos de toda proteção trabalhista, com míseros trabalhos em condições precárias.

Com base nesse entendimento, as perguntas que constituíram o fio condutor da investigação realizada para efeitos dessa dissertação foram:

- I. Como a mobilidade do trabalho interfere na produção do espaço e no combate contra a pobreza no Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA?
- II. Qual é a relação entre a mobilidade do trabalho e a pobreza no Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA?
- III. Quais os impactos da mobilidade do trabalho na vida desses trabalhadores sazonais e seus familiares do povoado Lagoa de Juazeiro?
- IV. Qual é o perfil socioeconômico dos moradores do Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA?
- V. A mobilidade do trabalho tem contribuído para reduzir o estado de pobreza dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro– Vitória da Conquista - BA?

Essas questões foram propostas com base em sete objetivos específicos: 1) investigar as transformações socioespaciais ocorridas no povoado Lagoa de Juazeiro mediante a estruturação e reestruturação dos processos produtivos; das condições de moradia, de infraestrutura pública, e das condições de sociabilidade dos moradores do povoado; 2) identificar as principais causas e consequências da pobreza e desemprego no Povoado Lagoa de Juazeiro; 3) correlacionar pobreza e falta de emprego com a mobilidade territorial dos trabalhadores; 4) investigar como a mobilidade do trabalho vem ocorrendo e quais são os tipos de atividade, setores produtivos e regiões produtivas estão sendo procurados para as ocupações dessa população em busca de emprego e renda; 5) identificar os destinos e rotas da saída dos trabalhadores do Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA; 7) Identificar o perfil socioeconômico dos moradores do Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA.

Com base na temática proposta e nos objetivos da pesquisa, foram priorizados os aspectos qualitativos em detrimento das características socioespaciais do povoado e dos aspectos da mobilidade do trabalho, sobretudo por meio de entrevistas, para saber sobre a real situação do modo vida dos trabalhadores e os motivos que os levam a buscarem novos locais de trabalho fora do domicílio, longe dos familiares e do cotidiano do lugar. Estes procedimentos permitiram observar a realidade como um processo contínuo em que a sociedade produz espaço ao mesmo tempo em que transforma por meio do trabalho.

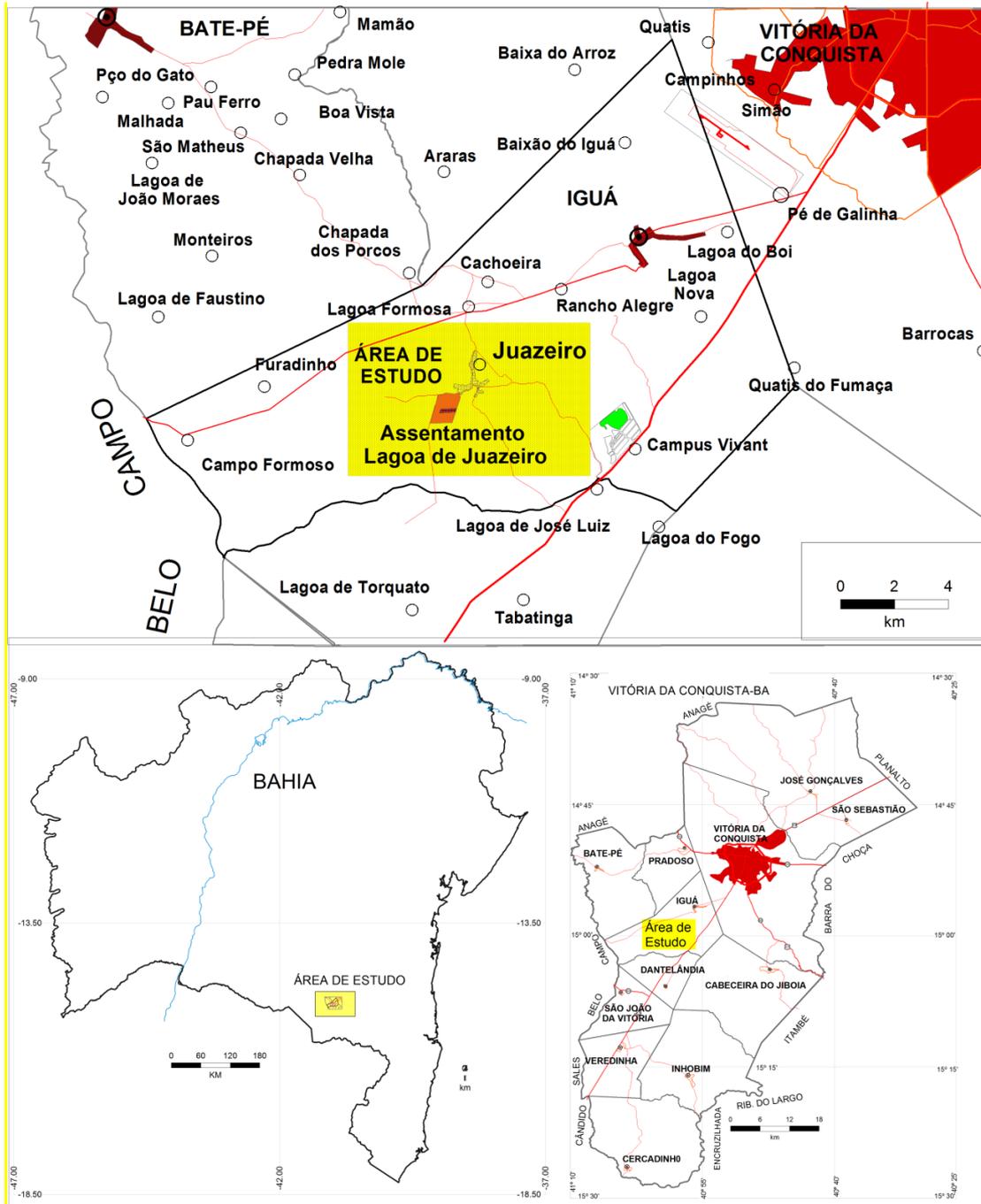
Assim, foi realizada análise da mobilidade do trabalho e da desigualdade socioespacial pela identificação dos índices de pobreza no Povoado de Lagoa do Juazeiro, correlacionando a pesquisa qualitativo-quantitativa. Os dados quantitativos foram obtidos tanto por meio de questionários quanto por meio da obtenção de dados nos órgãos públicos e sites especializados em pesquisa populacional como é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI-BAHIA).

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas, junto aos moradores em idade economicamente ativa entre 18 a 60 anos, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino.

Em uma fração menor, foram entrevistadas pessoas com idade superior a 60 anos, para obter informações mais detalhadas sobre as reais condições de vida e da evolução dos aspectos da moradia no povoado dos últimos 20 anos. Além disso, foi utilizado um caderno de campo e fichas de observação para anotar os aspectos da paisagem do lugar, tais como a infraestrutura de acesso (rodovias e estradas vicinais), dados sobre os aspectos das vias públicas, iluminação, tipo de uso dos espaços públicos, praças, e ruas, tamanho das propriedades, e dos lotes, tamanho das casas, tipo de construção existente, entre outros aspectos socioespaciais.

O povoado Lagoa de Juazeiro fica localizado no distrito de Iguá, município de Vitória da Conquista – BA, (mapa, 1).

Mapa 2 - Povoado Lagoa de Juazeiro – distrito de Iguá - Vitória da Conquista – BA - 2018



Fonte: elaborado por Rocha – UESB, 2018.

Há aproximadamente 2km do povoado existe um assentamento de agricultores que compõe uma agrovila com 44 domicílios separadas do aglomerado humano do povoado Lagoa de Juazeiro, que possui cerca de 120 domicílios, segundo dados do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015).

Foram aplicados 50 questionários entre a população economicamente ativa, por representante familiar, por domicílio. Esse total corresponde aproximadamente à 30% dos

domicílios. A aplicação dos questionários foi distribuída da seguinte forma: 35 no povoado Lagoa de Juazeiro e 15 no assentamento Lagoa Nova.

Além disso, foram realizadas entrevistas entre os líderes comunitários e presidentes de associações locais, bem como, entrevistas semiestruturadas e história oral para pessoas acima de 60 anos de idade para obter um panorama mais detalhado sobre a estrutura produtiva e sobre a estrutura social, econômica e espacial do povoado e do assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como um todo e também, entrevista semiestruturada com a vizinhança das residências que encontram-se vazias, afim de saber onde se encontram os antigos moradores e a motivação para a migração.

A história oral é uma metodologia que visa aspectos específicos por meio das histórias de vida dos entrevistados. Esse tipo de narrativa propõe-se a incentivar o entrevistado a narrar algo importante de sua vida, em um contexto social. Assim, as narrativas são representações/interpretações particulares do mundo. E por isso, não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois elas expressam a percepção sob um ponto de vista, de uma situação.

Com as entrevistas e com os questionários semiestruturados foram obtidos os dados dos indicadores relativos ao perfil socioeconômico, tais como: sexo, idade, escolaridade, propriedade da terra, renda agrícola, renda não agrícola, tamanho da família, tamanho da propriedade, acesso e uso de meios de comunicação, transporte, acesso a veículos automotores, tempo de residência na moradia visitada, entre outros.

Para a caracterização dos movimentos cotidianos entre campo e a cidade foram considerados os indicadores básicos relativos à distância percorrida, à frequência, ao tempo gasto, às finalidades do deslocamento, ao meio de transporte, entre outros.

Para a identificação da existência da mobilidade do trabalho pela saída dos trabalhadores, foram questionados os motivos que levam as pessoas a saírem, quem sai para trabalhar, para onde vai trabalhar, a principal ocupação que exerce quando sai para trabalhar, se o tipo de trabalho é urbano ou é rural, se é trabalho braçal, com uso de máquina, se o trabalho que exerce fora é sazonal ou de longa duração, com carteira assinada ou é trabalho informal...? Essas e outras questões foram abordadas junto aos moradores do povoado.

Além dos questionários e entrevistas, foi realizado uma contagem dos domicílios que estão vazios. Por meio dessa informação, foram investigados, com base nas conversas com as vizinhanças, os motivos das residências vazias, as motivações das migrações dos ex-moradores, e os destinos desses moradores. Ainda na pesquisa em campo, foram realizados registros fotográficos.

No segundo momento, foi realizado um levantamento de dados nos sites de órgãos públicos, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), dentre outros. Posteriormente, construído um banco de dados com as informações coletadas.

Finalizando, realizou-se a tabulação e sistematização dos dados coletados, elaboração de gráficos, mapas e tabelas informativas que nortearam a pesquisa e auxiliou na explicação dos fenômenos.

A pesquisa está organizada em 4 seções, após a seção introdutória. A seção dois: “Produção do espaço e mobilidade do trabalho”, versa sobre a relação homem-natureza, mediada por meio do trabalho. Nessa seção foi realizado um estudo sobre a transição do trabalho no sentido ontológico à subordinação do capital. Além disso, exhibe as diferentes formas de precarização do trabalho como forma de manutenção da expansão do capital, tendo também, a mobilidade do trabalho subordinado a essa expansão.

A seção três, intitulada “As relações rurais e urbanas na mobilidade do trabalho”, traz um panorama sobre o modo de vida urbano e rural e uma pequena discussão sobre alguns aspectos das transformações das relações sociais por meio da migração campo-cidade. Além disso, faz uma contextualização do processo de reconhecimento enquanto classe e a reprodução da classe trabalhadora na relação campo-cidade, e apresenta o contexto do trabalhador rural no Brasil e a mobilidade campo-cidade.

A seção quatro, “o espaço rural e as transformações socioespaciais: análise do povoado Lagoa de Juazeiro”, conta a história do processo de formação territorial do Povoado Lagoa de Juazeiro e do assentamento Lagoa Nova por meio das narrativas dos moradores, articulada com discussões sobre a estrutura fundiária de Vitória da Conquista.

A quinta seção, “aspectos socioeconômicos e a mobilidade do trabalhador no povoado Lagoa de Juazeiro – VCA - BA”, realiza uma análise da mobilidade diária, temporária, sazonal e de longa duração, das pessoas que se deslocam para trabalhar, das condições e relações de trabalho, o contexto dos que saem para trabalhar. Também, realiza uma análise do perfil socioeconômico dos moradores do povoado. Em sequência, as considerações finais e das referências utilizadas.

## **2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E MOBILIDADE DO TRABALHO**

O espaço é construído socialmente por meio da relação homem-natureza, mediada pelo trabalho. À medida que o homem transforma a natureza, ele também se transforma, visto que, “as experiências empregadas na realização de uma determinada tarefa são acumuladas, possibilitando o seu aperfeiçoamento no que concerne à satisfação de suas necessidades” (JESUS, 2011, p. 3). É por meio do trabalho que se produz o valor de uso, pois, nesse processo, a atividade humana é materializada em valores de uso, assim, o trabalho torna-se uma condição da humanidade.

Porém, com o surgimento do valor de troca, a relação do homem com a natureza e também as relações sociais, são alteradas. O trabalho sai do estado natural da relação homem-natureza, ou seja, do sentido ontológico, e passa a ser subordinado à expansão do capital. Nesse contexto, o capitalismo produz o homem subordinado ao capital, na qual, o trabalhador é submetido às regras capitalistas. No desdobrar dessa lógica, à medida que o trabalhador é submetido às exigências do capital, a mobilidade do trabalho torna-se uma condição da manutenção do mesmo.

### **2.1 O espaço enquanto produto do trabalho**

Para a garantia da sua sobrevivência, o homem necessita relacionar-se com a natureza. Ao transformar a natureza por meio do trabalho, o homem produz o espaço e se transforma em ser social. “O espaço é produto, em última instância, das relações que os homens estabelecem com a natureza e entre si na produção e reprodução da vida” (SILVA, 2016, p. 17).

O autor supracitado entende o espaço como produto das necessidades estabelecidas em sociedade e pela relação com a natureza, visando superar as necessidades. Para Santos (1996), a produção do espaço é produto da atividade humana agindo sobre o próprio espaço, na constante interação entre o homem e o meio que está inserido, mediados pelos objetos naturais e artificiais.

Dessa forma, o espaço é uma construção social e a sua formação está ligada às transformações que ocorrem nas relações definidas pelo processo de trabalho. Até mesmo os espaços tidos como intocados, são frutos de escolhas destinadas a atenderem as necessidades dos seres humanos.

Na transição entre o feudalismo para o capitalismo, à medida que o capitalismo avançava, as relações sociais, a forma de produzir e, dentre outras coisas, o espaço se transformava. Este

exemplo reforça a ideia de que o espaço é construído socialmente, e isso acontece por meio da relação homem e natureza.

Para a efetivação da vida, historicamente, a sociedade apropriou-se da natureza, tirando dela alimentos para subsistência, agasalhos e abrigos, logo, descobriram que podiam plantar seus alimentos para não precisar sair dos locais em que estavam vivendo, além disso, descobriram as formas de domesticar os animais que auxiliavam em determinados trabalhos, assim, evoluíram da caça e coleta para a agricultura e criação de animais. Do mesmo modo, evoluíram quanto as moradias, saíram das cavernas e passaram a produzir abrigos com outros materiais, pois aprenderam a lidar e a aproveitar melhor os recursos da natureza, como as pedras, os ossos, os galhos, as folhas das árvores e as palhas, dessa forma, passaram para habitações construídas a partir da transformação dos recursos naturais disponíveis e outros sinteticamente obtidos.

Esses eventos ocorridos há cerca de dez mil anos, representa a fase primária da sociedade humana como se conhece e vive hoje. Constatase que a produção do espaço social é construída através do trabalho humano e, incidiu de modo espontâneo e simultaneamente à consumação da vida, pois, o espaço não é produzido antes, para nele habitar depois. Lefebvre pontuou:

Em Marx e Engels, o conceito de “produção” não sai da ambigüidade, que faz sua riqueza. Ele possui duas acepções, uma muito ampla, a outra restrita e precisa. Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas. A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas, formas diversas, mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção (como a forma lógica, aquela da abstração que passa facilmente por intemporal e não produzida, ou seja, metafísica (LEFEBVRE, 2001, p. 105-106).

Ainda para o referido autor, o espaço é um produto social, nesta concepção, o espaço contém e está contido nas relações sociais, contudo, não se trata de um “produto” insignificante, mas sim, um conjunto de relações. Ao fazer uma leitura da perspectiva Lefebvrina, Godoy (2008), ressalta que o sentido do conceito de “produção” não faz referência meramente à produção material e sim, a partir das relações do processo produtivo como um todo, dessa forma, a produção refere-se também à produção de fatos, acontecimentos históricos, etc. Ainda

para Godoy (2008), embora o conceito de “produção” se encontra além da materialidade, a categoria central que melhor o fundamenta é a categoria Trabalho.

Para Oliveira (2002), no princípio da humanidade, o ritmo de trabalho e da vida dos homens era associado ao ritmo da natureza. Na conjuntura do capitalismo, este vínculo é quebrado, pois a natureza, antes vista como meio de subsistência, passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia. Assim, o trabalho torna-se o elemento principal da compreensão do modo capitalista de produção, pois ele tem como finalidade a relação de compra e venda da força de trabalho para obtenção da mais-valia.

O conceito de força de trabalho em Marx, deriva da extração do valor de troca sobre o valor de uso, para isso, é fundamental que o detentor do capital possuísse a possibilidade de descobrir no meio da circulação, uma mercadoria cujo o valor de uso tivesse uma qualidade específica de ser fonte de valor de troca, de modo que consumi-la significaria realizar trabalho. Segundo Marx,

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2013, p. 326-327).

Ao transformar a natureza, o homem também se transforma, suas condições existenciais são modificadas, alteram-se o meio onde ele vive, assim como, a sua interação com o meio. Para Marx (2013), o trabalho torna-se uma condição da humanidade ao se produzir o valor de uso, pois nesse processo a atividade humana é materializada.

É no modo de produção capitalista, submetido ao controle do capital, que o trabalho passa a manifestar uma intensa dominação particular. Berman (1986) estabelece o paradoxo da modernidade, pois ao mesmo tempo que une as pessoas, destrói fronteiras, encurta distâncias, contribui para o aumento da produção científica e física, traz a quebra de paradigmas do espaço como de classe, racial, religiosa, ideológica, porém, coloca as pessoas em um ambiente conflitante e contraditório, pois ao mesmo tempo que traz consigo avanços tecnológicos, traz problemas sociais.

Mészáros (2002), destaca que no modo de produção capitalista, o trabalho torna-se submisso às regras impostas pelo sistema de produção. Para o autor, no modo de produção capitalista, o trabalho sai do estado natural da relação homem-natureza, e passa a ser subordinado à expansão do capital.

De acordo Teles (2017), o trabalho passa a ser um elemento mediador das relações entre os homens e a natureza, não mais no sentido ontológico, e sim, como mediador na produção de mercadorias. Dessa forma, a natureza passa a ser vista como um recurso para produção e acumulação de riquezas.

O trabalho é, portanto, um elemento essencial para a compreensão do processo de produção do espaço, pois, de acordo Botelho (2007, p. 3), “o espaço, além de produto, se torna produtivo na lógica da valorização do capital”. Para Santos (1997), a produção do espaço é construída da lógica da contradição que determina a apropriação daquilo que é produzido. Dessa forma, o espaço é fruto de movimentos sociais envolvidos na estrutura da reprodução contraditória do capitalismo, do sistema que constitui a organização da sociedade e, que através deste sistema, se organiza para se reproduzir, assim, produzindo espaço. Como afirma Santos (1996):

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive se trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço (SANTOS, 1996, p. 88).

Por sua vez, Dutra J. (2015) destaca que o homem é um reflexo do mundo do trabalho vivenciado por ele mesmo. Nesse contexto, o capitalismo produz o homem subordinado ao capital, no qual, o trabalhador que, por medo de perder o emprego acaba se sujeitando às regras do capitalista, defendendo a produtividade do capital e até mesmo, a demissão dos seus companheiros. Nesse processo, conforme Santos (1997) a sociedade manipula o espaço aprofundando as diferenças de classes.

Maia F. E. S *et al* (2015), discutem as questões psicológicas do trabalhador, trabalho e capitalismo, ressaltam que a classe trabalhadora se sente angustiada, pois a única ferramenta que dispõem é a força de trabalho, e esta, pode ser dispensada a qualquer momento. Essa classe suporta as pressões do capital, pois têm o trabalho como única forma de sobrevivência. Para Maia F. E. S. *et al* (2015),

A vivência depressiva que o trabalhador se coloca em relação ao trabalho, gera a alimentação da sensação de adormecimento intelectual, de esclerose mental, de paralisia da fantasia e da imaginação, culminando em angústias, estados depressivos, ansiedades, medos inespecíficos e sintomas somáticos como sinais marcantes de sofrimento mental. [...] vivemos com a propriedade capitalista, onde o trabalhador trabalha e outro lucra com seu trabalho; o; ao invés de se libertar, se torna escravo, e no lugar da dignidade sofre humilhações e detrimentos em sua saúde psicológica (MAIA; LIMA; MAIA, 2015, p. 106).

O trabalho deixa de ser libertador, no sentido de se tornar uma condição de existência do ser social para desenvolver seus potenciais, quando começa as relações de dominação. Na sociedade capitalista, o trabalho não visa mais atender as necessidades sociais, e sim, as demandas do capital. Assim,

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens (MARX, 2013 p. 111).

Nos dizeres de Antunes (2009), trabalho, na ontologia do ser social, é uma condição fundamental da sociabilidade humana, pois se apresenta como mediador na relação homem/natureza. Contudo, na lógica do sistema capitalista, os interesses do capital se divergem dos interesses do ser social. Por um lado, o capitalismo busca a acumulação, o lucro, a produtividade, para tal, ele agrega diferentes formas de exploração. Por outro lado, o ser social busca o consumo e os meios de sobrevivência, para isso, acabam se sujeitando as regras do sistema.

## **2.2 Produção do espaço e desigualdade social**

A produção do espaço está associada às relações sociais produzidas ao longo do tempo. Conforme as relações vão sendo modificadas, o espaço é produzido, modificando conforme as condições materiais, históricas e sociais de cada período.

Lima (2014, p. 2) parte da compreensão que o espaço é “a base que possibilita a manutenção e o desenvolvimento da atividade humana [...] e que o homem age para atender as suas necessidades, as quais se diferenciam no decorrer do tempo”. Para Carlos (1994), o que faz do espaço humano, não é o fato de ser habitado por seres humanos, mas sim, por ser produto do homem, condicionando a atividade humana.

É no espaço que as relações capitalistas são materializadas, é no plano material que as relações sociais se estruturam sobre a propriedade privada, o trabalho assalariado, a produção do capital, etc. E à medida que o capitalismo se desenvolve, a extração da mais-valia e a propriedade privada ganham corpo, colaborando para o aumento da segregação social e espacial, ou seja, aumentam as desigualdades sociais.

O que define como o espaço é produzido, são as relações trabalho e capital, variando conforme a dinâmica do modo de produção, que estabelece o desenvolvimento do processo. O modo de produção capitalista manifesta em sua essência a desigualdade social como condição para a sua manutenção: para que existam ricos, deve existir pobres (LIMA, 2014). Pobres e ricos nunca deixarão de existir no sistema de produção capitalista, pois o sistema visa a acumulação de riquezas, e para isso, é necessário, principalmente, de mão de obra barata para produzir as riquezas para os detentores dos meios de produção. É necessário que uma quantidade de pessoas trabalhe para sustentarem a alta qualidade de vida de outros.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, a repartição do rendimento da População Economicamente Ativa (PEA), demonstra que o grupo dos 10% mais ricos do Brasil concentra mais de 40% da renda. Enquanto a minoria dos mais ricos concentram quase metade dos rendimentos, o grupo dos 40% mais pobres detém pouco mais de 12% do capital. Esses dados revelam uma concentração de renda bastante expressiva no território brasileiro, indicando a existência de um grande problema social, visto que, a desigualdade social impede o desenvolvimento das capacidades individuais, o acesso aos direitos humanos básicos, como saúde, educação, moradia, segurança, alimentação, dentre outros. Além disso, também atrapalha outros aspectos da vida: aumenta os níveis de violência, problemas na saúde, saneamento básico, infraestrutura, etc.

Medeiros e Souza (2015), analisam a relação entre riqueza, distribuição e concentração de renda. Para os autores, a desigualdade socioeconômica só irá reduzir no Brasil com uma reforma tributária em que os mais ricos paguem mais taxas e impostos que os mais pobres.

Além disso, os autores supracitados apontam as políticas públicas, como o Programa Bolsa Família (PBF), políticas de valorização do salário mínimo, como reflexo mais imediato para a redução das desigualdades. Como medida no combate à desigualdade a longo prazo, os autores apresentam investimentos na educação e na Previdência Social, porém, alertam que estas demoram de uma a duas décadas para serem percebidas.

Figueiredo (2013) discute as desigualdades sociais e o capitalismo. Baseado em sua discussão, a desigualdade social se originou no domínio do homem sobre natureza, pois a produção excedente possibilitou a exploração do homem pelo homem por meio do trabalho.

Dessa forma, o trabalho, além de produzir os bens necessários para a subsistência humana, também resulta nas relações sociais entre os homens. Nesse caso, a produção do excedente estabeleceu novas relações entre os homens, pois o trabalho humano passou a ser lucrativo em detrimento da exploração do outro, gerando a formação da sociedade de classes e divisão social do trabalho. Para Figueiredo (2013), essa nova configuração regulada nas diferenças sociais e na apropriação da propriedade privada, são necessários para o sistema manter e legitimar a ordem. Sobre isso, Lessa diz:

Em outras palavras, sem deixar de ser o complexo através do qual a sociedade se reproduz materialmente, o ato de trabalho passa a ser também (mas não, apenas) uma relação de poder entre os homens. E, quando isso ocorre, é imprescindível uma série de complexos sociais que serão os portadores práticos desse poder de alguns indivíduos sobre os outros. É por isso que surgem, se desenvolvem e se tornam cada vez mais importantes para a reprodução social, complexos como o Estado, a política, o Direito, etc. (LESSA, 1999, p. 5).

Para Lessa (1999), nas sociedades de classes é necessário um poder que obrigue os trabalhadores a produzirem para a classe dominante. Nesse sentido, Medeiros e Souza (2015), exibem as contradições do Estado enquanto regulador social, apontando três níveis de operação das políticas sociais; ganhos dos servidores públicos, pensões previdenciárias e transferências de assistência social.

No que diz respeito sobre os ganhos dos servidores públicos, Medeiros e Souza (2015) expõem que, diferente dos países desenvolvidos, no Brasil, o trabalho público contribui para a concentração de renda, tendo um efeito marginal mais alto sobre a desigualdade da renda do que a remuneração dos trabalhadores do setor privado. Em relação as pensões previdenciárias, ressalta-se que o benefício só é assegurado para funcionários formais do setor público e privado, o que desfavorece os trabalhadores não formais.

Sobre a assistência social, este engloba todos os benefícios em dinheiro não contributivo. As políticas públicas do Estado, para Medeiros e Souza (2015), são consideradas progressivas. Destaca-se dois grandes programas federais, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício mensal, e incondicional, de um salário mínimo para pessoas pobres com mais de 65 anos de idade ou com deficiências graves. Porém, de acordo os autores, essas políticas públicas da forma de como estão estruturadas, não contribuem muito para reduzir a desigualdade de renda no Brasil.

O Estado gera as desigualdades sociais que ele próprio afirma ser o único capacitado para resolver. Ao preservar os pobres por um lado, favorece os mais ricos por outro. Nessa

perspectiva, o Estado contribui mais para o aumento das desigualdades sociais, que para a redução.

Pesquisa comparativa sobre desigualdade mundial<sup>5</sup>, liderada pelo economista francês Thomas Piketty em 2018, revela que o Brasil tem a maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. A pesquisa ainda mostra que 27,8% da riqueza nacional, está nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país. A desigualdade social é fruto da concentração de renda, da má administração dos recursos públicos, da lógica de mercado do sistema capitalista, que visa sempre a mais-valia, da falta de investimentos nos setores sociais, como, educação, cultura, saúde, e também, da falta de oportunidade de trabalho. Não adianta tentar combater a desigualdade social agindo somente nas consequências que este problema pode provocar no meio social, em relação à segurança, ao aumento da criminalidade e da miséria, é necessário agir na raiz do problema, investir em políticas públicas sociais e na educação, para que haja uma educação efetiva e de qualidade para todos. E também, uma melhor distribuição de renda.

### **2.3 Mobilidade do trabalho: Conceito e definições**

A compreensão de mobilidade é relativa, sugerindo diferentes pontos de vista. Assim, conforme Silva (2008, p. 16), é necessário sempre indagar: “mobilidade do quê e em relação ao quê?”, nesse sentido, para o autor, a mobilidade presume instabilidade, inconstância, movimento. Baseado nos versos do poeta Luís Vaz de Camões, Silva (2008), sobre mobilidade, reforça que “tudo é movimento, tudo está sujeito a transformações, tudo é móvel na sua relatividade perene” (SILVA, 2008, p. 16).

A complexidade da mobilidade é definida como forma de reprodução do capital subdividida em mobilidade física, mobilidade do trabalho e mobilidade social. Para ajudar na compreensão desses conceitos, Rocha (1998) contribui ao afirmar que:

[...]mobilidade física, que subdivide em macromobilidade física e micromobilidade física, são mobilidades horizontais, ou seja, se reproduzem no espaço concreto, físico apresentando um perfil histórico-geográfico. [...]. A macromobilidade física diz respeito aos deslocamentos físicos praticados pelos indivíduos em escala internacional, nacional, estadual e municipal. [...]. Quanto a micromobilidade, a escala temporal é curta, cotidiana, diz respeito aos deslocamentos diário de casa ao trabalho, às compras; b) mobilidade centrada no trabalho; esta ordem de mobilidade é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu status profissional, da produtividade do trabalho, de sua condição funcional e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação. [...]. A

---

<sup>5</sup> O estudo foi disponibilizado no site da “World Wealth & Income Database” (base de dados mundial de riqueza e renda) e permite uma comparação da desigualdade de renda em todo o mundo.

explicação parte da contradição entre trabalho e natureza, da apropriação histórica da natureza pelo homem. Esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado e; c) mobilidade social; entendida como mobilidade vertical, trata de interpretar a mudança de status social dos indivíduos, sua posição e estrutura de classes e o movimento de polarização das classes sociais. [...] (ROCHA, M. M. 1998, p. 14-15).

Com os conceitos apresentados anteriormente, é possível abarcar todos os elementos de mobilidade que está em discussão na atualidade. Para Gaudemar (1977), não é a noção de mobilidade que interessa, e sim, as causas dos movimentos que ela indica.

São vários motivos que impulsionam os deslocamentos das pessoas de um lugar para outro, dentre eles, guerras, qualidade de vida, trabalho, estudo, dentre outros. No caso brasileiro, houve a intensificação dessas relações nos anos de 1940 a 1960, que vinculada à lógica da reprodução capitalista as pessoas do campo migram para a cidade em busca de melhores condições de vida, tendo em vista que o discurso da industrialização, apresenta a cidade como um local que possibilita ao indivíduo, melhor qualidade de vida. E, não obstante, o crescimento do setor terciário contribui para que ocorresse um maior intercâmbio entre o campo e a cidade, pois, é na cidade que se concentram grandes centros de serviços bancários, lotéricos, jurídicos, eleitorais, dentre outros. Nesse sentido, Singer expõe:

Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida estas não apenas como as geradas pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão de serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos (SINGER, 1980, p. 226).

Por sua vez, Sene e Moreira (1998) enfatizam que as pessoas migram por diversos fatores, porém, o mais relevante é o fator econômico. Destaca-se o fator econômico porque as pessoas vão em busca de um destino no qual depositam a esperança de ter uma vida melhor, almejando melhores salários e, conseqüentemente, mais condição de vida.

Nesta direção, conforme Melchior (2004), os deslocamentos populacionais expressam as dificuldades e/ou as impossibilidades da sobrevivência econômica em um determinado lugar, nesse sentido, as pessoas se movem pela falta de oportunidade de empregos, e, para manutenção da vida, acabam se sujeitando a todo tipo de trabalho, com todas as precarizações, pela segurança de ter uma fonte de renda para custear suas necessidades básicas de subsistência, mesmo que isso signifique trabalhar em serviços pouco atrativos e prazerosos.

A mobilidade populacional é um fenômeno histórico que está enraizado no modo de vida da sociedade. É um processo fundamental para a reprodução da vida humana que, independentemente do modo de produção, sempre ocorreu, deslocando materiais, informações, indivíduos e populações inteiras em busca de uma melhor condição de vida, fundamentando a reprodução da sociedade. No entanto, como salienta Perpetua (2013), mesmo que a ocorrência da mobilidade sempre tenha existido na vida humana, desde a pré-história até os dias atuais, dentre todos os modos de produção, é no modo capitalista que esse processo se intensificou, favorece um quantitativo maior de mobilidade em diversos setores, tornando-se um processo pelo qual o capital submete a força de trabalho para seu desenvolvimento.

Com a emergência histórica do sociometabolismo do capital, não somente os seres humanos, mas tudo o que participa direta ou indiretamente de sua reprodução ampliada passou a movimentar-se de modo cada vez mais intenso, numa reciprocidade dialética na e da produção/reprodução de um espaço geográfico crescentemente mais fragmentado, integrado, polarizado e desigual (PERPETUA, 2013, p. 62).

Perpetua (2013) atribui essa intensa movimentação à fragmentação da produção e, conseqüentemente, à própria divisão do trabalho, que, em seu processo, provoca uma divisão social, técnica e territorial, referentes as tendências do próprio sistema capitalista, na qual, as desigualdades existentes, favorecem a produção/reprodução desigual do espaço, aumentando as desigualdades sociais. Enfatiza ainda, que há uma complexidade nas relações de mobilidade do trabalho, que na medida que essa mobilidade atua como meio de sustentação da acumulação do capital e da força de trabalho não é, somente, resultado da divisão do trabalho.

Ainda segundo Perpetua (2013), os deslocamentos dos trabalhadores podem ser designados em espaços concretos (Regiões, Estados, Países, ou de localidades próximas de onde determinado indivíduo reside), e formas abstratas dessa relação (segmentação em setores empresariais e industriais, divisão por tecnificação do trabalho), com tudo isso o proletariado está submetido a uma intensificação da jornada do trabalho, e precarização do mesmo.

Entre o final do século XVIII ao início do século XIX, o conceito de trabalho serviu para indicar a existência do novo modo de produção; o capitalismo. No meio dessa conjuntura, entra em pauta o conceito da produtividade do trabalho. Para Gaudemar (1977), é produtivo todo o trabalho que valoriza o capital. Não apenas o que produz diretamente mais-valia, mas também o que preserva, conforme a função de direção ou de vigilância.

Para Gaudemar (1977), a partir do século XVIII, quando o capitalismo se constitui como modo de produção dominante, com suas estruturas sociais correspondentes no interior das relações ocidentais, o trabalho revela-se como um conjunto estruturado, ordenado hierarquicamente, conforme as necessidades de acumulação do capital. Com a revolução da agricultura, através da mecanização agrícola e também devido a atração das indústrias das cidades, os campos foram despovoando-se.

Sobre a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, Lessa (2009) expõe que surgiu no início do período moderno, com o objetivo de investigar as alterações dos preços que subiam e desciam, e assim, nasceu a Economia Política Clássica. Com o desenvolvimento das relações mercantilistas, conforme Lessa (2009), a burguesia notou a existência de “duas formas de salários”, um que origina lucro e o outro que não. Como exemplo, em uma manufatura, quanto mais artesãos contratados, maior será o lucro, pois, maior será a produção, dessa forma, o salário a ser pago para o artesão, é um salário que gera lucro, produtivo. E ao contratar um segundo contador, pagaria por um salário que não gera lucro, antes, são custos, logo, é um trabalho improdutivo.

Lessa (2009) expõe que no período primitivo, escravismo e idade média, o trabalho ainda era muito próximo da produção do valor de uso, e por isso, um trabalho improdutivo seria a mais completa inutilidade. Contudo, com o advento da Revolução Industrial (1776-1830), o aumento das relações mercantis e crescimento na reprodução social do valor de troca, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo atingiu a sua maturidade.

Porém, é no século XIX que o entendimento de mobilidade do trabalho fica mais compreensível, o conceito está ligado ao liberalismo econômico. Gaudemar (1977), em reflexão sobre o surgimento do conceito “mobilidade do trabalho”, apresenta as ideias de diferentes autores, dentre eles, Adam Smith, David Ricardo, dentre outros.

A primeira regulamentação conceitual da mobilidade do trabalho surgiu da reflexão sobre o espaço, sobre o campo de atividade e relações sociais em que o trabalho é produzido.

Nada é menos certo, na medida em que, no tempo de Cantillon a forma privilegiada da mobilidade do trabalho é ainda a forma espacial. Desde o momento em que o espaço é analisado como tradução de relações sociais, sucede quase forçosamente o mesmo com a mobilidade geográfica dos homens que se torna expressão de uma transformação das relações estabelecidas entre os homens, pela actividade económica (GAUDEMAR, 1977, p. 89).

Conforme Gaudemar (1977), Adam Smith herda a primeira aproximação conceitual da mobilidade do trabalho de Cantillon (1755), conceituando a mobilidade do trabalho como a qualidade do trabalho, ou seja, uma forma de possibilitar o trabalho produtivo para satisfazer as necessidades da acumulação do capital.

A mobilidade do trabalho se torna elemento determinante no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, pois possibilita a infiltração da nova forma de produção manufatureira nas províncias, transformando os trabalhadores em servos dos capitães da indústria (GAUDEMAR, 1977).

Expondo o pensamento de Léon Walras, Gaudemar mostra que no capitalismo, o trabalho é exaltado como mercadoria, logo, é “submetido às regras do mercado de serviços tanto quanto à sua oferta, e procura, como quanto ao seu preço” (GAUDEMAR, 1977, p. 112). Nessa lógica, o trabalho é submetido à duas regras fundamentais: o da raridade e o da livre concorrência, ou seja, o trabalho deve ser raro e limitado em quantidade. Em outras palavras, o indivíduo que não se submeter às exigências do capital, veria a sua existência ameaçada.

Para Fialho e Santos (2013) é importante entender que a mobilidade do trabalhador é uma condição, e ao mesmo tempo, resultado de uma sociedade sob o modo capitalista de produção. Pois, o atual modelo econômico, precisa que o trabalhador, enquanto mercadoria para a manutenção do sistema capitalista, seja móvel, ou seja, que esteja disponível a se sujeitar a exploração do capital.

Na perspectiva de Gemelli e Carvalho (2001), à medida que o trabalhador é submetido às exigências do capital, às suas transformações e formas, a mobilidade do trabalho torna-se uma condição da manutenção do mesmo. No desdobrar-se dessa lógica, os trabalhadores que estão subempregados, são obrigados a migrarem individual ou coletivamente em busca de empregos.

Em relação à fluidez do trabalho, Gemelli e Carvalho destacam que:

A mobilidade do trabalho pode representar tanto ganhos geográficos, no que tange a fluidez do capital sob o território, deste modo o capital pode escolher territórios em que a força de trabalho se encontre melhor mobilizada, além dos ganhos que poderá obter-se quanto a reorganização do espaço produtivo, no caso, a indústria, por exemplo, quando os trabalhadores forem mobilizados funcionalmente (GEMELLI; CARVALHAL, 2001, p. 53).

Segundo Gaudemar (1977), a mobilidade do trabalho está pautada em um processo de deslocamento de pessoas para fins setoriais e profissionais, em que esse trabalhador é apropriado pelo capital, gerando assim um excedente econômico. Ainda para o referido autor, a mobilidade do trabalho manifesta a forma de como os homens estão subordinados à expansão e exigências do capital.

O processo de mobilidade está atrelado ao desenvolvimento da sociedade, e esse ocorre devido a fatores sociais, culturais, econômico e entre outros, ele decorre em uma escala de tempo e espaço mutável, a depender de cada localidade. Dada essa complexidade, esse modo de reprodução social fortalece a divisão social do trabalho. É perceptível que essa mobilidade se intensificou com o fortalecimento das relações capitalistas. Perpétua (2013) afirma que não só os humanos, mas tudo que está atrelado à reprodução do capital em uma dinâmica intensa, torna-se um espaço fragmentado, integrado, polarizado e principalmente desigual.

Conforme Alves (2004), analisar a mobilidade de população passa necessariamente pela compreensão do mundo do trabalho, pois, a sociedade capitalista, que produz as mercadorias através da força de trabalho do homem, não consegue consumir boa parte da mão de obra disponível, fazendo com que uma grande quantidade de trabalhadores se coloque em movimento, se deslocando para lugares que ofereçam mais oportunidades, mesmo que isso seja uma ação idealista.

No Brasil, esse processo migratório se manifesta quando os trabalhadores migram para diferentes direções do território brasileiro na esperança de um emprego, porém, as oportunidades são bem restritas. Diante das poucas oportunidades, esses trabalhadores, até mesmo por desespero, vendem a sua mão de obra a qualquer custo, às vezes, em troca somente da comida e/ou abrigo. Esse processo acaba valorizando ainda mais o capital e desvalorizando o trabalhador, como enfatiza Alves (2004, p.45): “a migração sempre teve um papel importante na reordenação espacial do país, sobretudo como reserva de mão-de-obra para a valorização do capital”.

Embora haja diferentes motivações para as migrações, para Ghizzo & Rocha (2008) uma das principais causas da mobilidade constitui-se da pobreza do sujeito. “É por esta razão que as áreas menos desenvolvidas tendem a ser áreas de emigração, de onde partem indivíduos ansiosos pela conquista de um emprego em outras regiões” (GHIZZO; ROCHA, 2008, p. 107). Diante disso, constata-se que nem todos os sujeitos em estado de pobreza nasceram onde hoje habitam, já que, a migração pode ser empregada como uma estratégia de sobrevivência. A mobilidade do trabalho na perspectiva marxista, possibilita compreender essas questões importantes do processo de exploração e controle social do sistema capitalista que se reinventa

no decorrer da história com o propósito de expandir-se mais e produzir ainda mais lucro por meio da subordinação do homem.

#### **2.4 As novas formas de exploração do trabalhador no capitalismo contemporâneo**

O modo de produção capitalista é um sistema econômico, político e social estabelecido mundialmente. A concretização deste sistema produtivo é determinada pela exploração do trabalho para obtenção da mais-valia. O sistema do capital, ao mesmo tempo em que se desenvolve, amplia suas contradições, pois, para garantir o seu desenvolvimento, os donos dos meios de produção detêm qualquer barreira que possa vir interferir no processo, dessa forma, o capitalismo está em constante transformação para apropriar-se das riquezas obtidas da extração da mais-valia adquirida sob a exploração do trabalhador, dessa forma, ao mesmo tempo que ele produz riquezas, produz misérias.

O capitalismo, ao longo do seu desenvolvimento, estabeleceu diferentes transformações para o mundo do trabalho. Conforme Almeida (2015), estas alterações afetam diretamente nas relações que se constituem entre os homens e o trabalho e dos homens entre si, na sociedade.

Conforme Lourenço e Engelbrecht (2017), no processo de transformação do capitalismo é importante destacar os “anos dourados”<sup>6</sup> do pós-guerra – período entre 1945 até 1970 - em que, graças as intervenções keynesianas, o sistema capitalista apresentou resultados positivos nunca vistos antes, reagindo a crise do capital. Associado a linha de intervenção Keynes, de acordo Behring e Boschetti (2011), juntou-se a combinação da produção em massa fordista para o consumo em massa, possibilitando a extração da mais-valia relativa dos trabalhadores.

Segundo Marx, “para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente ao salário. [...] a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 2013, p. 578).

A mais-valia relativa está regulamentada no taylorismo/fordismo que constituiu um novo sistema produtivo, que tinha como objetivo a ampliação da produção em um menor espaço de tempo, e dos lucros dos detentores dos meios de produção através da exploração da força de trabalho dos operários, visando a racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, a maximização da produção e do lucro por meio do desenvolvimento dos meios de produção, como, “a inserção de maquinários, da fiscalização e melhor organização no interior do trabalho,

---

<sup>6</sup> Fase monopólica do capitalismo entre 1945 até meados de 1970, designada por alguns economistas como “anos dourados” ou ainda, as “três décadas gloriosas”.

resulta na intensificação das forças produtivas para que o proletário alcance os mesmos níveis de produtividade, ou maiores, do que na forma de organização de trabalho anterior” (LOURENÇO; ENGELBRECHT, 2017, p. 3).

Entretanto, a intervenção baseada no keynesianismo-fordista deu sinais de esgotamento em meados da década de 1970, provocando outra crise econômica em nível mundial. Os traços mais evidentes foram:

- 1) Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;
- 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção [...] dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;
- 3) Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) A maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) A crise do Welfare States ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento [...];
- 6) Incremento acentuado das privatizações [...] e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho [...]. (ANTUNES, 2009, p. 31-32).

Durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana a partir dos anos 1970, a taxa de lucro e, conseqüentemente, o crescimento econômico, começaram a declinar, como demonstra Netto e Braz:

[...] a taxa de lucro, rapidamente, começou a declinar: entre 1968 e 1973, ela cai na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e no Japão, de 26,2 para 20,3%. Também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 225).

Conforme Antunes (2009), a crise do fordismo e do keynesianismo expressava uma crise estrutural do capital<sup>7</sup>, e, para conter a crise, iniciou-se o processo de reorganização do capital, promovendo estratégias de reestruturação política, ideológica e no sistema produtivo. A partir dessas mudanças, destaca-se o surgimento do neoliberalismo e da financeirização. Na nova conjuntura política e ideológica, o neoliberalismo surge para dar suporte às novas exigências do capital, sustentado na desregulamentação da economia, dos direitos do trabalho e no corte das ações ligadas ao Estado, sobretudo no campo social.

Além disso, o processo de financeirização impulsionou a lógica de que o dinheiro precisa gerar dinheiro, caracterizando uma grande estratégia para o desenvolvimento capitalista.

Com a reestruturação produtiva, o modelo de produção fordista/taylorista foi substituído pela acumulação flexível<sup>8</sup>, tendo como principal característica, a flexibilização da produção e das relações de trabalho. Um ponto importante desse modelo de produção é a redução da oferta de emprego, visto que, no processo de produção, um trabalhador realiza diferentes atividades, isso contribuiu para aumentar o desemprego, sobretudo no setor industrial. Assim, o Toyotismo é um dos responsáveis pela terciarização da economia, pois, ao aumentar o desemprego no setor secundário, essa mão de obra foi sendo transferida para o setor terciário.

As crises do capital provocam grandes impactos para a sociedade e implicações no mundo do trabalho, como flexibilização, crescente rotatividade, instabilidade, subcontratações, precarização, privatizações, dentre outros. Essas implicações provocam o aumento da pobreza, desemprego estrutural, perda de direitos trabalhistas, concentração de renda, etc.

Gonçalves (2016) expõe as implicações da crise estrutural do sistema capitalista para a humanidade. Conforme autora, a acumulação flexível atingiu de forma violenta a classe trabalhadora e o movimento sindical. “O assalariamento, o trabalho subcontratado, parcial, temporário, informal e a redução do número de trabalhadores da indústria com vínculos empregatícios estáveis, cresceram significativamente no processo de reestruturação do mercado de trabalho” (GONÇALVES, 2016, p. 8). Além disso, conforme autora supracitada, a crise estrutural revela um conjunto de perversidade contra o ser humano. Percebe-se “uma exponenciação da miséria e da riqueza como as faces da mesma moeda” (GONÇALVES, 2016, p. 8), pois nunca se produziu tanto, simultaneamente, nunca houve tanta miséria.

---

<sup>7</sup> A crise estrutural se caracteriza como uma crise profunda do próprio sistema do capital. Seu alcance é global, já que atinge a estrutura capitalista e o conjunto dos complexos sociais. Afeta a humanidade exigindo mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado – (MÉSZÁROS, 2011).

<sup>8</sup> Também conhecido como Toyotismo – é um modelo de produção industrial idealizado por Eiji Toyoda (1913-2013) e difundido pelo mundo a partir da década de 1970 após a sua aplicação pela fábrica da Toyota, empresa japonesa que se despontou como uma das maiores empresas do mundo na fabricação de veículos automotivos.

Ziegler (2011), revela que há um “genocídio silencioso” no mundo, ressalta que a crise do capitalismo fez mais vítimas em 2010 do que a Segunda Guerra Mundial.

Se juntarmos alguns males do subdesenvolvimento, tais como fome, epidemia, guerras induzidas pelas multinacionais, verificaremos que, no ano passado, houve um total de mais de 58 milhões de vítimas, segundo os critérios da ONU, 2 milhões a mais que o total de vítimas da II Guerra Mundial, a maior guerra da humanidade, que durou seis anos (ZIEGLER, 2011, p. 1)

O neoliberalismo, divulgado como um sistema de oportunidades autorregulado pelo mercado, “parece reservar a oportunidade de viver para uma parcela cada vez mais reduzida da sociedade” (PANIAGO, 2014, p. 44). Para a autora, a crise do capital não atinge a todos igualmente, “ela tem um sentido claro de classe, ultrapassando todas as barreiras e resistências postas pelos trabalhadores na defesa de direitos antes conquistados” (PANIAGO, 2014, p. 44).

A nova configuração do trabalho, pautado no regime da acumulação flexível, é fundamental para a sustentação do sistema capitalista que se expande à custa do trabalho precário que compete ao trabalhador, intimida as reivindicações da classe trabalhadora e promove novas formas de trabalho precarizado, fazendo com que os sujeitos não se reconheçam no processo produtivo, ou até mesmo, não tendo acesso ao que produziram.

## **2.5 O desemprego e as estratégias de sobrevivência no processo de acumulação flexível**

No início da década de 1970, iniciou-se o processo de reestruturação do capital em escala global, o trabalho estável, herdado da fase taylorista-fordista, moldado pela contratação e pela regulamentação do trabalho, foi substituído pelas mais diferentes formas de informalidade, assim, o mundo produtivo vem se desenvolvendo com base no trabalho informal e no aumento dos níveis de precarização do trabalho. Os empregos parciais, informais, sem estabilidade, sem registro em carteira, contratos temporários, terceirizados e as subcontratações, são expressões da precarização do trabalho.

Antunes (2013) apresenta as principais tendências da nova morfologia do trabalho, para o autor, a nova morfologia possui duas variantes, na primeira delas:

[...] acentuam-se os elementos destrutivos em relação ao trabalho: as novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados (ANTUNES, 2013, p. 13).

Por ter como característica o trabalho assalariado, o desemprego deveria representar um problema para o sistema capitalista, visto que, não garante acesso ao emprego para toda população que precisa trabalhar. Todavia, o desemprego tem clara funcionalidade para o sistema capitalista, pois ele possibilita o desenvolvimento do bolsão de desempregados, desvalorizando o salário do trabalhador. Assim, reduz-se a remuneração da força de trabalho, pela retração salarial dos trabalhadores que se encontram empregados.

O crescente desenvolvimento tecnológico, contribui para o aumento da produtividade do trabalho com um número cada vez menor de força de trabalho, dessa forma, conforme Alves e Garcia (2012), o processo de acumulação do capital condiciona um vasto exército industrial de reserva, atribuindo autonomia no processo da acumulação. Assim, o processo produtivo precisa preservar o exército de reserva e determinadas áreas de emprego e subemprego, pois eles contribuem para a valorização dos produtos industrializados, assim como, para o custo da reprodução da força de trabalho.

Na segunda variante:

[...] a ênfase está em procurar demonstrar os “avanços” que finalmente estariam se aproximando do trabalho informatizado, dotado de um maior traço cognitivo e que, por isso, estaria se diferenciando do trabalho maquínico, parcelar e fetichizado, de matriz taylorista-fordista, que esteve presente ao longo do século XX (ANTUNES, 2013, p. 13, grifo do autor).

Paralelo a precarização do trabalho e desemprego, conforme Antunes (2013), presenciase o crescimento de novas formas de extração do sobretrabalho, capazes de desenvolver um maquinário altamente avançado, como as tecnologias de comunicação e informação. Assim, a nova morfologia do trabalho, por um lado, se manifesta com tendências da precarização do trabalho e desemprego, por outro, com a intelectualização do trabalho.

Sobre as exigências individuais do mercado de trabalho no regime da acumulação flexível, (CORIAT, 1994, p. 41) fala em “desespecialização” dos profissionais qualificados e “polivalência”, transformando os profissionais qualificados em “trabalhadores multifuncionais”, dessa forma, o mesmo trabalhador manipula várias máquinas e com diferentes funções.

Para fugir do desemprego e garantir a sobrevivência, muitos trabalhadores veem no trabalho informal, a solução para o desemprego, assim, acabam se sujeitando à precarização do trabalho e à desvalorização da remuneração da força de trabalho, ou seja, aceitam trabalhar em péssimas condições de trabalho, sem estabilidade, muitas vezes sem segurança, com exclusão

dos direitos trabalhistas, por um mísero salário. O sistema capitalista, encontrou na acumulação flexível a forma de aumentar a submissão do trabalhador, permitindo manter sua exploração.

Fundamentado nas ideias de Cacciameli, Alves (2001) caracteriza o processo de informalidade do trabalho em duas categorias de trabalhadores: os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria.

- 1) Os assalariados sem registro, por serem admitidos através de contratações ilegais que burlam a legislação laboral, não têm acesso a um conjunto de garantias sociais. Assim, esses fatores acabam refletindo negativamente sobre a sua própria condição de trabalho. Em casos de acidentes ou problemas de saúde decorrentes do trabalho, eles têm sua renda suspensa e por não serem sindicalizados, não têm acesso às resoluções dos acordos coletivos de sua categoria e também não recebem os benefícios do seguro-desemprego.
- 2) Os trabalhadores por conta própria estão engajados principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar, podendo engajar ou ajudantes-assalariados como extensão do seu próprio trabalho. O trabalhador por conta própria visa a obtenção de uma renda para sua reprodução e de sua família, sem pretender exclusivamente o acúmulo do capital. Suas atividades se desenvolvem nos interstícios não ocupados pelas grandes empresas (ALVES, 2001, p. 70).

Antunes (2013) exhibe que a informalização do trabalho representou perda de direitos trabalhistas, direitos conquistados, como, 13º salário, férias, descanso semanal remunerado, auxílio doença, licença maternidade, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), etc. Segundo o autor, proliferaram-se nessa modalidade de trabalho, sobretudo, os comerciantes ambulantes e pequenos negócios vinculados a prestação de serviços. Por não terem condições de concorrer com as empresas capitalistas, os pequenos proprietários informais investem em áreas que não atraiam, diretamente, investimentos capitalistas de maior grandeza (ANTUNES, 2013).

Alves (2001) apresenta diferentes formas contemporâneas da informalidade, dentre elas, os trabalhadores informais tradicionais, os trabalhadores assalariados sem registro e os trabalhadores autônomos ou por conta-própria.

Dentro do que se caracteriza como informalidade tradicional do trabalho, a autora subdivide em três categorias: trabalhadores informais estáveis, trabalhadores informais instáveis e os trabalhadores informais temporários.

Os trabalhadores informais estáveis se caracterizam como trabalhadores que possuem algum conhecimento profissional que realizam as atividades em sua própria casa, como costureiras, alfaiates, pedreiros, pintores, calçadeiros, jardineiros, vendedores ambulantes,

camelôs, empregados domésticos, engraxates, barbeiros, cabeleireiros, sapateiros, dentre outros.

Os trabalhadores informais instáveis dependem de alguns fatores para desenvolver o trabalho, tais como a ocupação eventual, força física e disposição para estarem desenvolvendo diferentes atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação. A exemplo desses profissionais, tem-se os auxiliares de costura, serviços em geral, trabalhadores braçais em capinagem, plantio, colheitas, guardadores de carros, carregadores, carroceiros, trabalhadores de rua, flanelinhas, dentre outros. Conhecidos também como profissionais que vivem de “bicos”.

Os trabalhadores informais temporários são os profissionais que ocasionalmente permanecem sem trabalho. Eles desenvolvem as atividades temporárias e às vezes conseguem ingressar no mercado como assalariados. Também fazem parte desse grupo os profissionais que desenvolvem atividades assalariadas e também, nas horas vagas, desenvolvem atividades diversificadas para complementarem a renda. Nesse grupo estão os digitadores, faxineiras, sacoleiras, vendedores de cosméticos, até mesmo por meio de revistas, salgadeiras, boleiras, doceiras, manicures, confecções de artesanatos, etc.

Maciel (2018) exhibe pesquisa do Serviço de Proteção de Crédito (SPC Brasil) e da Confederação de Dirigentes Legistas (CDL) realizado com 600 pessoas dos 27 Estados, e afirma que um terço da população brasileira desempregada, sobrevive dos trabalhos informais tradicionais, de acordo com a classificação proposta por Alves (2001).

Ainda conforme a pesquisa divulgada, entre os trabalhos informais mais comuns, estão – em ordem frequente – os serviços gerais, manutenções, ajudantes, pedreiros, pintor, eletricista, com 21% entre os trabalhos mais comuns, a de produção de comida para vender (como marmitas, doces, bolos, salgados, geladinhos), serviços de diaristas e lavagem de roupas, babá, com 11% entre os trabalhos mais comuns, e serviços de beleza, como manicure e cabeleireiro, representando 8%. Essas formas de trabalho dificilmente conseguem acumular capital, obtêm apenas o básico para a sua subsistência.

Destes trabalhadores informalizados, “29%, o sustento vem da ajuda financeira da família ou amigos e 7% recebem auxílio do programa Bolsa Família. Apenas 2% utilizam poupança ou investimentos” (MACIEL, 2018, p. 1).

A outra categoria dos trabalhos informalizados, conforme Alves (2001), são os trabalhadores autônomos ou por conta-própria, estes profissionais geralmente são mais qualificados, possui seus meios de trabalho que lhes asseguram certa estabilidade financeira. Para a autora, esses trabalhadores prestam serviços ao consumidor, ou também, para empresas.

Essa categoria é subdividida em autônomo para o público e autônomo para a empresa. O autônomo para o público é caracterizado como o profissional que explora seu próprio negócio, sozinho ou com sócios, e também, podendo contar com a ajuda de trabalhadores, sejam eles familiares, sem remuneração, ou alguma contratação remunerada em períodos de maior trabalho. O autônomo para empresa, é o profissional que trabalha por conta própria, direcionado especificamente para empresas, contudo, esse grupo de trabalhadores não possuem um horário de trabalho determinado por contrato, tendo liberdade para organizar seus horários.

A categoria definida pela autora como trabalhadores assalariados sem registros, são os trabalhadores assalariados contratados fora da regulamentação trabalhista, ou seja, sem carteira assinada. Por isso, estão isentos de toda proteção e benefícios dos direitos trabalhistas conquistados historicamente.

Como proposta para a redução dos gastos em virtude da crise vivenciada a partir de 1970, a terceirização do trabalho é uma realidade vivenciada hoje no Brasil. Com isso, alteram-se as relações de trabalho, o perfil do trabalhador e a relação deste com o empregador.

Alfaro (2016) expõe que a terceirização representa um aumento na concentração de renda, pois, a terceirização permite que as grandes empresas repassem parte de sua produção para polos de pequeno porte, sem que haja divisão no faturamento, promovendo assim, uma redução dos custos. Além disso, a autora menciona as disparidades remunerarias entre o salário de setor contratante e o setor terceirizante como um dos motivos que provocam o aumento da concentração de renda, ela declara que a remuneração do setor terceirizante é 24,7% menor do que a do setor contratante. Com isso, demonstra-se que a terceirização representa uma grande vantagem apenas para os empregadores, visto que, de acordo Coutinho (2011), os trabalhadores terceirizados tendem a desempenhar jornadas de trabalhos superiores aos trabalhadores contratados de forma direta, com uma remuneração inferior.

Os efeitos desta nova configuração da relação capital/trabalho, que Antunes (2013) diz ser a nova morfologia do trabalho, podem ser percebidos no aumento do desemprego, pois nem todos trabalhadores conseguem encaixar-se neste novo modelo do capitalismo. Nesse sentido, Mattoso argumenta:

o surgimento daquele novo trabalhador teve como contrapartida uma crescente massa de trabalhadores que, perdendo seus antigos direitos e não se inserindo de forma competitiva, ainda que funcional, no novo paradigma tecnológico, tornou-se desempregada, marginalizada ou empregada sob novas formas de trabalho e qualificação, em relações muito precárias e não-padronizadas. Desta forma, observou-se a maior fragmentação e heterogeneidade do mundo do trabalho, com o rompimento de diferentes

formas de defesa ou de segurança do trabalho constituídas no pós-guerra (MATTOSO, 1994, p. 15).

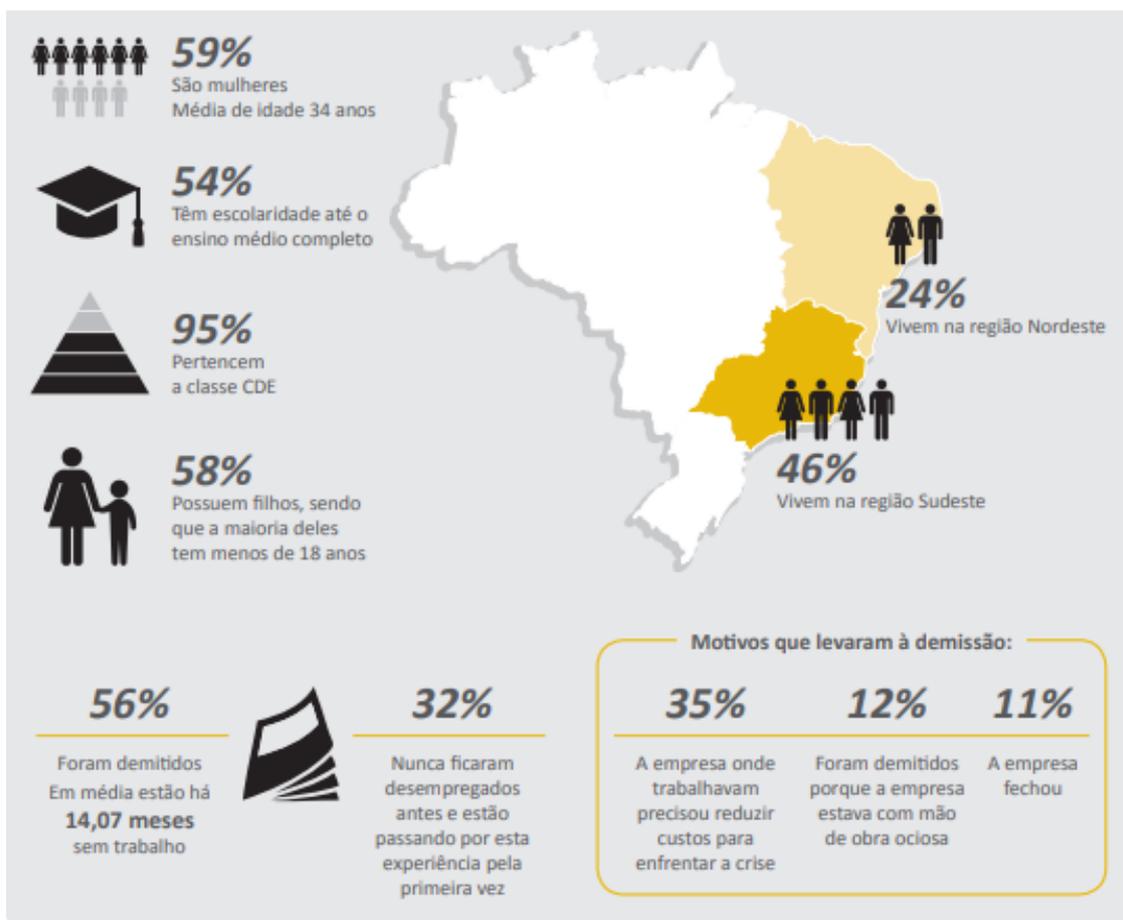
Telles *et al* (1998) esquematiza a nova dinâmica do modo de produção capitalista da seguinte forma:

os altos investimentos em tecnologia para baixar os preços e melhorar a qualidade da produção necessitam de grandes lucros que possam viabilizá-los; a solução é cortar custos e operar em nível global. Procuram-se lugares no mundo onde o custo dos trabalhadores seja menor, haja menos impostos, pouca fiscalização de regimes de trabalho e meio ambiente. Sempre visando maiores lucros, as grandes empresas formam conglomerados que incorporam novos mercados. O desenvolvimento tecnológico e a automação produzem dispensa de trabalhadores. A conseqüente diminuição no custo das mercadorias produz um círculo vicioso no qual os menores preços possibilitam vendas maiores, novos mercados são conquistados, novas tecnologias são pesquisadas e incorporadas às empresas e os trabalhadores são dispensados para a maior redução do custo fixo de pessoal, proporcionada pela automação (TELLES *et al*, 1998, p. 3).

Este contexto, além de agravar ainda mais a concentração de renda e o aumento de pobreza, reduziu o vínculo trabalhista entre funcionário e empregador.

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), em análise do perfil do desempregado e recolocação profissional de 2018, divulgou que o mercado de trabalho no Brasil, está concentrado na informalidade, o que implica em contratações sem registros, consequências disso para os trabalhadores, é que eles não recebem benefícios e não são amparados pela legislação trabalhista. Vale lembrar que o crescimento da informalidade trabalhista é consequência da crise do capital e está a serviço de sua expansão, obrigando os trabalhadores a buscarem novas formas de sobreviverem no sistema do capital. A pesquisa do CNDL e SPC (2018) expôs que no final de 2017, 12,3 milhões de brasileiros estavam à espera de oportunidades de emprego.

A pesquisa revela o perfil dos desempregados no país (cartograma 1), de modo geral, o desemprego está concentrado nas classes sociais mais vulneráveis. São pessoas pobres, com nível de escolaridade baixo, predominantemente do sexo feminino, possuem filhos, geralmente menores de idade. As implicações da retração na atividade econômica fazem sentir quando se observa que a maioria das decisões tomadas não foi voluntária, pouco mais de 56% dos entrevistados, foram demitidos.



Fonte: Pesquisa realizada pela CNDL e SPC, 2018.

Em análise, Telles (1998) demonstra que, os trabalhadores desempregados, para garantirem a sobrevivência, além de aceitarem subempregos, estão dispostos a negociarem o salário aceitando bem menos do que realmente seria.

A pesquisa da CNDL e SPC, em concordância com o exposto acima, revela que em 2017, mais de 60% dos entrevistados, se submetiriam a condições piores em relação ao último emprego que tiveram, conforme indica a tabela da Quadro 1.

Quadro 2- Está disposto a ganhar menos do que ganhava no último emprego? – Pesquisa realizada pela CNDL e SPC - 2018

<b>RESPOSTAS – RU/2018</b>	
<b>SIM (total)</b>	<b>61%</b>
Sim, o que importa agora é o mercado de trabalho	23%

Sim, o que importa nesse momento é arrumar um emprego para pagar minhas despesas	22%
Sim, é mais fácil procurar oportunidades melhores estando empregado	16%
<b>NÃO (total)</b>	<b>39%</b>
Não, porque eu acho uma regressão profissional	19%
Não, pois depois posso ter dificuldades de ficar no patamar salarial que estava antes	13%
Não, pois tenho uma reserva financeira que me permite esperar algo no nível que espero	7%

Fonte: Pesquisa realizada pela CNDL e SPC, 2018. Dados organizado por Macsuelle Santos.

O sistema capitalista consegue reorganizar-se em meio às crises, criando novas formas de gerar lucro por meio de novas formas de exploração do trabalho. Na lógica do capitalismo contemporâneo, que agrega diferentes formas de exploração, o trabalho é concebido ou como meio de sobrevivência, ou como forma de dominação entre os homens. Conforme Rocha e Marques (2018), o sistema capitalista, em cada fase, traz novos elementos responsáveis pelo aprofundamento da exploração do trabalho, aumentando a exploração dos trabalhadores, conseqüentemente, intensifica a extração do lucro, elevando o desemprego e as desigualdades sociais, que, por vez, produzirá mais misérias que resulta no crescimento da violência.

### **3 AS RELAÇÕES RURAIS E URBANAS NA MOBILIDADE DO TRABALHO**

A mobilidade do trabalho na relação campo-cidade é vista como uma forma de garantir a unidade familiar, em que, parte do núcleo familiar se desloca para trabalhar nas cidades como forma de manter o restante da família que ficou no campo, além disso, é uma tentativa de conseguir uma melhor condição de vida, ao considerar as maiores opções referentes a educação, saúde, lazer, assim como, maiores oportunidades de emprego.

#### **3.1 O reconhecimento enquanto classe e a reprodução da classe trabalhadora na relação campo-cidade**

A constituição da urbanidade por meio do desenvolvimento do sistema capitalista, gerou uma redefinição e ressignificação da forma campo, iniciando a distinção entre o econômico, o político e o modo de vida. Para Marques (2006), a urbanidade é a forma social da modernidade, e, com o avanço do processo de modernização, forma-se a classe trabalhadora.

A Revolução Francesa (1789-1799), com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, inspirou os movimentos progressistas no mundo. Dessa forma, a Europa, no início do século XIX, é marcado por intensos movimentos políticos. Esses movimentos foram importantes para a definição da identidade e consolidação do processo de transição entre o sistema feudalista para o capitalista. Orso caracteriza tal processo:

A Europa dava mostras de que o passado estava praticamente esgotado enquanto modo de produção da existência, mas ainda não se constituía numa sociedade propriamente nova, moderna. Ocorria uma série de conflitos expressando um período próprio de transição entre o velho que resistia e não queria morrer e o novo que despontava e que queria nascer e se afirmar (ORSO, 2011, p. 29).

A classe trabalhadora surge por meio desses conflitos - das lutas da burguesia e do proletariado contra a nobreza e a aristocracia e, até mesmo, da “modernidade” do sistema produtivo capitalista contra o regime feudal (ORSO, 2011). De acordo com o autor supracitado, inicialmente, os conflitos foram liderados pela burguesia progressista, apresentando um caráter liberal e democrático, posteriormente, tendo à frente os movimentos proletários, assumiram um caráter nacionalista e de independência, que mais tarde foram marcados pelos ideais socialistas.

Em contrapartida a esses movimentos, houve uma contenção ideológica e bélica por meio do Congresso de Viena e pela política da Santa Aliança para controlar, reprimir e até mesmo, executar os revolucionários, com isso, muitos grupos progressistas europeus, como por

exemplo, os alemães, foram obrigados a refugiarem-se em outros países. Todavia, como aponta Orso (2011), mesmo exilados, estes grupos revolucionários que lutavam, sobretudo pela liberdade, continuaram organizados, e em consequência disso, em 1836, em Paris, foi fundada a Liga dos Justos, liderada por Theodor Shuster. Da Liga dos Justos, fundou-se a associação secreta alemã de operários e artesãos, com isso, introduziu a comunicação das ideias de operários fabris e exilados políticos de diferentes países europeus.

Simultaneamente à Revolução Francesa, a Europa vive na Inglaterra, a Revolução Industrial, que, conforme Hobsbawn (2009) nos séculos XVIII e XIX, a Europa vive uma dupla revolução que provoca uma transformação tanto no quadro político, quanto no econômico em todo o mundo. Enquanto a Revolução Francesa representou uma ruptura na estrutura social, a Revolução Industrial representou uma ruptura produtiva, reformulando o novo modo de vida no mundo.

Em resposta aos problemas derivados da Revolução Industrial e das ideias de liberdade e igualdade da Revolução Francesa, nasce o socialismo fundamentado em um conjunto de ideias heterogêneas de reforma social que contribuiu para o amadurecimento e reorganização do comunismo em novas bases. Essas ideias resultaram em um movimento político que em 1846 deu origem ao Comitê de Correspondência Comunista em Bruxelas, nesse movimento estavam envolvidos Marx e Engels. Por meio do Comitê, surge a necessidade de internacionalizar as ideias, visto que os problemas enfrentados pelos proletários, eram os mesmos em todo o mundo. Além disso, Orso expõe que o Comitê de Correspondência Comunista:

Representava a clara consciência de que os interesses do proletariado eram contrários aos da burguesia. Defendiam a abolição da propriedade privada, a instituição da comunidade de bens e enfatizavam a necessidade [de] realizar estudos científicos sobre a sociedade burguesa como forma de fundamentar a ação revolucionária (ORSO, 2011, p. 31).

É importante ressaltar que as revoluções – Industrial e Francesa - e a ascensão do socialismo, que tiveram como palco principal alguns países europeus, não se restringiram a eles, difundiram-se por toda Europa, e aos poucos, no mundo, e em cada país, esses movimentos provocavam diferentes influências e foram importantes para o reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe.

Em meio aos processos revolucionários marcados em meados do século XVIII, emerge o capitalismo industrial que supera o capitalismo comercial, conhecido também como mercantilismo, este, teve origem ao final do século XIV e marca a fase de transição do regime

feudal para o então, capitalismo industrial. Dessa forma, a Revolução Industrial transformou a sociedade mundial ao tornar o sistema produtivo capitalista uma realidade em todo o planeta.

Marques (2006) expõe que a modernidade proporcionada por meio das revoluções políticas e tecnológicas desenvolvidas partir do século XVIII, chega ao Brasil em meados do século seguinte, marcado pelo desenvolvimento do mercado interno, estruturação do Estado nacional, abolição da escravidão, e, dentre outros, também, com a formação da classe trabalhadora. Ainda conforme a autora, por meio das leis de caráter capitalista, como exemplo, a Lei de Terras de 1850, a abolição da escravidão, e, dentre outras, a classe trabalhadora se reproduz. Pois as mudanças provocadas por elas, resultaram em uma redefinição das condições de vida, visto que, com o fim da escravidão, “a terra passa a ser o fundamento da dominação e exploração em lugar da relação de servidão e a disputa pela terra passa a opor camponeses e fazendeiros” (MARQUES, 2006, p. 173), além disso, a lei da propriedade privada, a falta ou baixo financiamento ao trabalhador pobre, a mecanização no campo que mudou a rotina da produção e as relações de trabalho no campo, o alto investimento nas cidades para atender as demandas do processo de industrialização, culminaram em um grande movimento migratório, conhecido como êxodo rural, em que os trabalhadores do campo, em busca por melhores condições de vida e atraídos pelo desenvolvimento industrial dos grandes centros urbanos, deslocaram-se para as cidades. Marques caracteriza tal processo:

No século XIX, verifica-se a modernização da sociedade brasileira com o desenvolvimento do mercado interno a partir de 1808, a estruturação do Estado-Nacional, a transformação da terra em mercadoria, a abolição da escravidão, a formação da classe trabalhadora, etc (MARQUES, 2006, p. 173).

O processo de industrialização intensificou o processo da urbanização, pois, embora não seja o único fator, a industrialização atua no sentido de modernização das sociedades, gerando o aumento da oferta de serviços e equipamentos urbanos, que atuam como fatores atrativos das cidades, atraindo os migrantes advindos do campo. Dessa forma, de acordo com Rocha e Leal (2016, p. 3) “a industrialização e sua unidade com a urbanização determinaram como princípio a vida urbana”.

De acordo Paulino e Santos (2000), a urbanização brasileira consolidou-se com o avanço da economia cafeeira e o crescimento do mercado interno, pois proporcionaram grandes investimentos em infraestrutura para a produção e circulação do café, em contrapartida, nesse período, o campo passava por um momento de dificuldades na agricultura e pobreza, pois, por meio do processo de industrialização, a base econômica do campo é transferida para as cidades,

dessa forma, a cidade se torna o lugar da produção, na qual atraiu a presença de imigrantes de origem europeia. A expansão urbano-industrial foi garantida pela abundância da mão de obra oriunda das dispersões do povo europeu. A migração contribuiu para a construção de um vasto exército industrial de reserva, permitindo a manutenção dos baixos níveis de salários.

Todavia, não foi apenas o avanço da economia cafeeira que contribuiu para a consolidação da urbanização brasileira, a crise cafeeira de 1930, consequência da crise de 1929, contribuiu para o crescimento da produção industrial do Brasil através da substituição da importação e intervenção estatal. Marques expõe:

O Estado desempenhou importante papel neste período, ora atuando como produtor direto em setores básicos da produção com a criação de empresas estatais, ora atuando como agente regulador do mercado, inclusive do mercado de trabalho. A constituição de 1934 define uma legislação trabalhista para o país – salário mínimo, descanso semanal e férias remuneradas, 8 horas de trabalho diário, previdência social. [...] na medida em que a legislação não se estende ao campo, a cidade a ele se opõe como espaço da cidadania (MARQUES, 2006, p. 176).

A crise de 1929, que atingiu o Brasil, contribuiu para a adoção de um novo modelo econômico baseado, sobretudo, na intervenção estatal. Com a crise cafeeira, o desemprego no campo aumentou, estabelecendo o movimento migratório do campo para as cidades. Dessa forma, as cidades tornaram-se alvos do planejamento do Estado. Cano (2015) caracteriza esse processo:

Para o Brasil, o período 1929-1945 representa a ruptura com um passado político liberal e com uma política econômica livre-cambista. Foram principalmente duas radicais mudanças: uma profunda reorganização do Estado Nacional, que passaria a ser fortemente intervencionista, e uma radical mudança do processo de acumulação de capital, que alterou a mudança do Centro Dinâmico da Economia Nacional (CANO, 2015, p. 1)

Segundo Marques (2006), durante o Estado Novo (1937-1945), as dificuldades na agricultura, sobretudo das regiões norte e nordeste, geraram um empobrecimento no campo, provocando o êxodo rural que contribuiu com o crescimento das cidades. A partir de 1950, ocorrem os movimentos camponeses que enfrentaram o Estado; messianismo<sup>9</sup> e o banditismo<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Movimentos sociais nos quais milhares de sertanejos fundaram comunidades comandadas por um líder religioso. A Guerra dos Canudos (1893-1897) foi um movimento messiânico, com contornos políticos, ocorrido na cidade dos Canudos, interior do Estado da Bahia.

<sup>10</sup> Fenômeno ocorrido no Nordeste do Brasil no final do século XIX e XX e, que teve sua gênese em questões sociais e também fundiárias do nordeste brasileiro, caracterizando-se por atitudes e acontecimentos violentos de grupos ou mesmo de indivíduos isolados.

Com o golpe militar de 1964, segundo Silva (2013), como medida frente aos movimentos urbanos e rurais, o Estado implanta projetos desenvolvimentistas como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com a intenção de atrair multinacionais e promover o desenvolvimento industrial nessas regiões, tidas como atrasadas. Conforme Marques,

O projeto desenvolvimentista implementado pelos governos militares foi responsável pela realização de grandes obras de infra-estrutura como a construção de estradas e de usinas hidrelétricas, desencadeando fortes impactos sociais e ambientais. Também executou um conjunto de políticas visando à modernização da base técnica na agricultura e a consolidação de complexos de agroindustriais (MARQUES, 2006, p. 177).

A agroindústria provocou mudanças nas relações de produção no campo, por não dominarem as máquinas e/ou por não acompanharem o ciclo de produção das diversas culturas, os trabalhadores das fazendas eram substituídos por trabalhadores, vindo de fora, nascendo os boias-frias<sup>11</sup>. Conforme Miranda & Fiúza (2017) a década de 1970 foi marcada pelo crescimento das lutas e mobilizações sociais no campo e na cidade que provocou o fortalecimento dos sindicatos.

Todavia, a partir da década de 1980, houve uma queda na taxa de crescimento econômico que provocou um enrijecimento da estrutura social, marcando um período de crescimento das desigualdades sociais no campo e na cidade e aumento da violência urbana.

Na década de 1990, com a abertura do mercado interno, inicia-se o processo de importação de tecnologias, o que provocou maior concentração fundiária, desemprego, crescente precarização das relações de trabalho e o aumento do setor terciário, principalmente com o crescimento do setor informal que acolhe trabalhadores temporários e subempregados, movimentando campo-cidade com base à lógica do trabalho, na luta de classes. Marques observa:

Ao longo das últimas cinco décadas, a pobreza deslocou-se do campo para a cidade, concentrando-se nas metrópoles e tornando-se mais visível. Observa-se, nestes centros urbanos, um forte aumento da violência e do desemprego, além de precárias condições de acesso à saúde, educação e habitação, com grande parte da população morando em cortiços, favelas e periferias (MARQUES, 2006, p. 178-179).

---

<sup>11</sup> Para Polon (2014) o termo boia-fria designa um indivíduo que executa um trabalho na zona rural sem a obtenção de vínculos empregatícios. A expressão boia-fria é proveniente do modo como eles se alimentam, pois saem para o trabalho muito cedo e já levam suas marmitas, como não existem meios para esquentá-las, ingerem a comida fria. Esses trabalhadores migram de uma região agrícola para outra, acompanhando o ciclo produtivo das diversas culturas. São agricultores em diversas lavouras, mas não possuem suas próprias terras.

A violência urbana não é, necessariamente, resultado da pobreza, e sim, consequência de diversos fatores, entre eles, da contradição resultante da maior visibilidade - por meio das mídias de informação – das desigualdades sociais, da falta de perspectiva das camadas mais pobres, da crise dos grupos de sociabilidade que asseguram o controle social; pela crise de valores, éticos e morais.

Nota-se que o processo de modernização que ocorreu no campo, sobretudo, a partir da década de 1960, aconteceu de forma centralizada e desvinculada de políticas públicas de reforma agrária e resultou em miséria e pobreza para os trabalhadores rurais, promovendo o êxodo rural, impactando a questão urbana. Constata-se que a luta de classes implicada historicamente entre campo-cidade é inerente ao modo de produção capitalista que visa a produção da mais-valia e se fundamenta em diferentes contradições.

### **3.2 As relações campo-cidade em decorrência da divisão do trabalho**

A contraposição entre campo-cidade teve origem na antiguidade, por meio da divisão do trabalho. Com o desenvolvimento da revolução agrícola e domesticação de diversas espécies de animais iniciados no período Neolítico, possibilitou a produção excedente alimentar, permitindo a sociedade primitiva dedicar-se a outras atividades que não a caça e a pesca. Conforme Araújo e Soares (2009), a revolução neolítica proporcionou a divisão do trabalho:

Isso originou uma divisão do trabalho, tanto em termos materiais quanto intelectuais, a qual levou ao surgimento das primeiras cidades e, conseqüentemente, impulsionou o processo de urbanização. Ao campo cabia a função de produção agrícola que pudesse abastecer o crescente contingente populacional das cidades, enquanto que a essas foram determinadas as funções administrativas, políticas, militares e relativas à elaboração de conhecimento (ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 204).

No decorrer da história, esses espaços assumiram funções diferentes, pode ser compreendido apenas a partir da divisão social e territorial do trabalho, visto que, a partir dessa divisão, esses espaços foram separados e diferenciados. Endlich (2006, p. 11) fortalece ao afirmar que “só é possível o reconhecimento da diferença e o exercício de reflexão sobre o rural e o urbano em decorrência da divisão do trabalho”.

Todavia, conforme Araújo e Soares (2009), mesmo sendo diferenciados, esses espaços estão articulados em uma relação de complementariedade, em que, juntos, formam uma totalidade. Marques caracteriza tal processo:

Totalidade que é determinada pelo capitalismo em seu movimento de reprodução ampliada, cuja unidade se forma na diversidade. De acordo tal concepção, esses dois espaços constituem meios criados a partir de uma multiplicidade de relações sociais de alcance diferenciado estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e entre estes e a natureza, que dão origem a configurações sociais específicas, conhecidas como ruralidade e urbanidade (MARQUES, 2006, p. 3).

Ou seja, apesar da diferença, é importante reconhecer que esses espaços estão ligados, são interdependentes, pois eles se complementam. Sposito (2006, p. 116) contribui ao afirmar que “a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisão, separação, mas há também complementaridade”.

Dessa forma, o urbano e o rural são mais que modos de produzir, são modos de vida. Esses modos de vida implicam nas relações homem-homem, homem-natureza, homem-sociedade e meio-meio. Assim, viver a cidade e o campo implicam em diferentes formas de relacionar-se com o espaço, produzindo realidades e experiências diferentes (MANDAROLA JÚNIOR; ARRUDA, 2005).

O sistema capitalista provocou grandes mudanças no modo de produção, nas relações sociais, nas relações trabalhistas, no modo de pensar e viver. Diante disso, a relação campo-cidade vem passando por uma série de transformações, remetendo-nos a pensar sobre as ressignificações desses espaços.

Vale lembrar que ao debater a situação do campo e da cidade, é preciso considerar que durante muito tempo a vida rural esteve ligada à visão de um lugar de atraso e decadência; o ambiente urbano, por sua vez, é concebido como oposto ao rural, tendo como sinônimo, o progresso e a modernidade.

Por meio das leituras do rural e do urbano e campo e cidade, têm-se chegado a diversos debates e conceitos sobre o que é o rural e o que é o urbano. As discussões delineadas nessas esferas receberam novas definições em meados do século XX, justificado, em grande parte, pelas profundas transformações nas relações econômicas, sociais e políticas vivenciadas pelo período. As principais transformações estiveram relacionadas à consolidação da modernização da agricultura. Dessa forma, a mundialização do capitalismo é o ponto de partida para essa reflexão, uma vez que incide intimamente nas políticas produzidas para o meio rural.

Para Endlich (2006), enquanto na antiguidade o campo e a cidade eram diferenciados a partir da divisão do trabalho, facilitando a delimitação dos mesmos, na modernidade, defini-los é algo complexo, pois os limites tendem a desaparecer fisicamente em função do

desenvolvimento da força produtiva e das novas relações de produção. Além disso, as migrações campo-cidade “proporcionou a apropriação pelo meio urbano de hábitos, saberes, simbolismos e tradições, característicos do meio rural” (NASCIMENTO *et al*, 2017, p. 4).

Embora a sociedade ainda não consiga pensar o rural como um ambiente capaz de atender outras atividades que não sejam a agricultura e/ou pecuária, por não conseguir visualizar um ambiente rural industrializado, como aponta Albuquerque e Pimentel (2004), Laubstein (2011) expõe que a partir da década de 1960, o meio rural brasileiro passou por um grande processo de industrialização e mecanização da produção agrícola, conhecido como “Revolução verde”. Essa modernização tecnológica verificada no campo, contribuiu para a introdução do modo de vida, tipicamente urbano, no meio rural. Por meio de sistemas de objetos e de valores tipicamente urbanos exposto por Lefebvre (2001), é possível perceber um modo de viver urbano, no rural.

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário moderno [...]. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida ação das modas que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança [...], em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 11-12).

Em meados da década de 1970, período marcado pelo desenvolvimento de um modelo agrícola baseado na mecanização, os debates começaram a ficar mais intensos, recriando interpretações e dando novas definições para os fenômenos. Para Moreira (2003), o debate sobre urbano e rural começa a partir da revolução industrial, na qual a burguesia da época, definia o rural como agrícola e o urbano como comercial e industrial.

Diante das contradições do modo de produção capitalista, o espaço rural deve ser pensado para além da produção agrícola e de matérias-primas, pois, incorporadas em novos produtos industriais, prestações de serviços e atividades voltado para o ecoturismo, fez com que, um conjunto de novas atividades passassem a ser desenvolvidas no campo. Essas atividades emergentes fizeram com que estudiosos brasileiros falassem de um “novo rural” no Brasil. Graziano da Silva (1997) apontou que cerca de um terço do total de 15 mil pessoas da população economicamente ativa rural, se ocupavam com atividades que não eram tradicionalmente agrícolas. Esse dado mostra que não é mais possível explicar o espaço rural brasileiro apenas pelas atividades agrícolas, pois há um conjunto de atividades não-agrícolas, tais como a

prestação de serviços, comércio e indústria, dinamizando cada vez mais as atividades da população do espaço rural brasileiro.

O espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias de agrárias e oferecedor de mão-de-obra. Além dele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 28).

Assim, o espaço rural brasileiro, ganhou novas funções e novas ocupações. As pessoas passaram a buscar o rural como ambiente para o lazer e relaxar, tornando-se uma alternativa para fugir do caos urbano, dessa forma, passou-se a investir em chácaras, sítios, hotéis-fazenda e coisas do gênero. A utilização dos espaços rurais dentro desse contexto de “fuga do stress da vida urbana”, visa satisfazer os desejos de consumo em que o rural é mais uma imagem criada do que real, ou seja, um rural idealizado pela mídia que apresentam o rural como uma cidade melhorada, com toda infraestrutura e conforto oferecidos pelas cidades, porém, em um cenário mais verde, mais natural. Essa valorização do rural nada mais é que a transformação desses espaços em mercadorias a serem vendidas por agências de turismo (KIELING; SILVEIRA, 2015).

Nesse sentido, Candiotto & Correa destacam que:

[...] moradores urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado), e com o máximo de conforto das cidades (infraestrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.). É de se entender, portanto, que existe uma diferença entre as ruralidades “reais” e as ruralidades idealizadas pela mídia, pelos empresários e pelos políticos, que influenciam a percepção dos habitantes urbanos, atraindo-os para o consumo do espaço rural (CANDIOTTO; CORREA, 2008, p. 239).

Paralelo a utilização dos espaços rurais dentro desses novos contextos, o homem do campo deixa de ter uma atividade fixa, não mais se ocupando com atividades exclusivamente rurais. As novas ruralidades deram um novo sentido ao homem do campo. De acordo Siqueira e Osório (2001, p. 76), “começa a se formar no rural, um mercado para profissões outrora tipicamente urbanas, motoristas, secretárias, professores, administradores e muitos outros”.

Essa diversificação do meio rural representa uma atribuição onde estão envolvidos uma série de fatores que envolvem diretamente os âmbitos socioeconômicos, ambientais e culturais do espaço, onde vem sendo desenvolvido essas atividades não-agrícolas.

Jacinto e Perehouskei (2012) destacam que a superação da fragmentação entre cidade e campo não deve ser confundida como desaparecimento do campo e das atividades agrárias, pois essa superação está ligada às relações de produção.

Sendo assim, os modos de vida urbano e rural são dois tipos de sociedade estreitamente interdependentes e o processo de urbanização ultrapassa os limites das cidades, assim como o rural excede os limites dos campos. Apesar da especialidade do campo seja as atividades primárias, não é necessariamente da produção agrícola que vive o espaço rural, novas relações estão se desenvolvendo nesse cenário, promovendo uma maior integração entre o urbano e o rural. Cada vez mais, está adentrando nesses espaços novas configurações e relações de trabalho mais próximos do modo de vida urbano, pois, mesmo que as atividades sejam rurais, as relações do trabalho são urbanas, com salários pré-definidos, com patrões fiscalizando, com hora de chegada e saída, etc. Ainda que residindo nas áreas rurais, tornou-se comum algumas pessoas ocuparem funções não-agrícolas.

A diversidade econômica no campo, que, além de atividades agrícolas, desenvolvem atividades não-agrícolas, possibilitou uma nova construção social de seu espaço.

Para Marques (2002), a distinção entre campo e cidade só se fez necessária a partir do século XIX, quando o processo de urbanização se acelerou com o advento da revolução industrial. A partir daí as análises sobre diferenciação urbano-rural passou a se basear em duas linhas; dicotomia e *continnum*.

A visão dicotômica estabelece uma oposição entre o urbano e o rural, caracterizando o urbano por construções, arruamentos, alta densidade demográfica, etc. E o espaço rural como o oposto ao urbano, sendo definido por suas deficiências e não suas características. Esse modelo foi muito criticado, já que é possível encontrar áreas em uma cidade semelhantes a áreas rurais, assim como é possível encontrar áreas na zona rural com características consideradas urbanas (IBGE, 2017). Essa abordagem ignora a existência de uma interligação entre o urbano e o rural, determinando um fim para rural à medida que o urbano se desenvolve.

O uso do conceito *continnum* rural-urbano se intensificou em meados da década de 1960 como uma crítica a visão dicotômica. Conforme o Dicionário Oxford de geografia humana citado por IBGE (2017), o *continnum* rural urbano é

Um conceito que postula que não há uma divisão aguda entre a vida urbana e rural, mas que os assentamentos existem ao longo de um contínuo de muito rural para altamente urbano. O urbano não para simplesmente e começa o rural, mas eles vazam através um do outro. Além disso, é possível encontrar espaços em uma cidade que parecem rurais, e lugares em áreas rurais que são bastante urbanos. Como tal é problemático falar de lugares como

simplesmente rurais ou urbanos, em vez disso é preciso considerar como eles se entrelaçam e se sobrepõem (DICIONÁRIO OXFORD *apud* IBGE, p. 12, 2017)

Essa abordagem é decorrente das interdependências na relação campo-cidade e do processo de urbanização que reincide sobre toda sociedade, alcançando as regiões rurais e urbanas. Nessa perspectiva, para Wirth (1987) o urbano é o modo de vida de quem vive na cidade, mas que extrapola os limites físicos desta, assim como o modo de vida rural excede aos limites da cidade.

Lefebvre (1999) explica que o urbano e, conseqüentemente, a sociedade urbana surge com a chegada da industrialização e se desenvolve através de algumas instalações, tais como: bancos, financeiras, shoppings, lojas, dentre outros. Dessa forma, o urbano torna-se o espaço de circulação de coisas, pessoas e de trocas.

Com base em Lefebvre, Carlos (1994, p. 94), expõe que “o urbano é mais do que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida”. Assim, o espaço urbano é também um condicionante social que se dá através das ações vinculadas pela sociedade - as formas espaciais - exercem na reprodução das condições de produção e das relações sociais de produção. Dessa forma, não se deve pensar o desenvolvimento urbano apenas pelos aspectos econômicos, mas também, pelo aspecto socioespacial, no sentido de possibilitar mudanças nas relações sociais, desenvolvendo uma melhor condição de vida.

No Brasil, o critério adotado para a definição oficial do espaço urbano e rural é o político-administrativo, que considera como espaço urbano toda sede de município (cidade) e distrito (vila) (Marques, 2002). O IBGE (1999), citado por Marques (2002), considera área urbanizada toda área legalmente definida como urbano, caracterizado por construções, intensa ocupação humana e infraestrutura.

A interdependência, a mobilidade, o acesso às informações, as migrações campo-cidade e cidade-campo, levaram ao campo elementos e hábitos considerados urbanos, ao mesmo tempo, levaram às cidades, hábitos e estilos rurais. O urbano e o rural como realidades sociais, ao mesmo tempo que recebem influências do espaço oposto, influenciam esse espaço.

### **3.3 O contexto do trabalhador rural no Brasil**

Até o final da década de 1960, a organização do espaço rural brasileiro era condicionada pela atividade agropecuária. O campo era responsável pela alimentação da população e o fornecimento da matéria-prima. Nesse período, a maior parte dos trabalhadores rurais,

desenvolviam atividades agrícolas e pecuárias. Contudo, a partir da modernização das técnicas de produção no campo, essa realidade começou a mudar, os trabalhadores rurais, em sua maioria, passaram a exercer atividades não-agrícolas e até mesmo, a deslocar-se do campo para trabalharem nas cidades (BURIN, 2008).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), até a década de 1960, a população brasileira era majoritariamente rural, representando uma porcentagem de 55,3%. Em 2010, segundo o censo demográfico do IBGE, 84% da população brasileira vivem nas cidades, enquanto 16% no meio rural. Segundo Nascimento et al (2017), essa transformação espacial e demográfica no território brasileiro ocorreu por causa do processo de industrialização que aconteceu de forma centralizada e desarticulada de políticas públicas de reforma agrária. Esse contexto resultou em desemprego e pobreza no campo, fazendo com que uma massa de trabalhadores rurais, migrassem para os centros urbanos em busca de trabalho e qualidade de vida. Esse processo migratório pode ser percebido por meio da tabela 1.

Tabela 1 - Migração rural-urbana no Brasil – 1960-2010

<b>Ano</b>	<b>População rural</b>	<b>População urbana</b>	<b>% da população rural</b>	<b>% da população urbana</b>
1960	38.767.423	31.303.034	55,3%	44,7%
1970	41.037.586	52.097.260	44,1%	55,9%
1980	38.573.725	80.437.327	32,4%	67,6%
1991	36.110.443	108.714.709	24,9%	75,1%
				continua...
2000	31.845.211	137.953.959	18,8%	81,2%
2010	29.830.007	160.925.792	15,6%	84,4%

Fonte: IBGE, censo demográfico – 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Baseado em Corrêa & Carvalho (2018), a partir de 1964, o regime militar promoveu uma estrutura política pautada na modernização da base técnica na agricultura do grande latifúndio e na expansão agromercantil, impactando a população brasileira, tanto do campo, quanto das cidades, visto que, a modernização centrada nos grandes latifúndios agrários gerou desemprego e pobreza para os pequenos trabalhadores rurais, obrigando-os a migrarem para os centros urbanos - sem uma infraestrutura urbana que comportassem essa migração - em busca de novas oportunidades de trabalho.

Através da migração campo-cidade, o campo foi se transformando por meio do trabalho e dos trabalhadores, pois, “ao migrar, esses sujeitos transformam-se, e ao regressar não são mais os mesmos. Voltam mais experientes, porém, mais desacreditados diante da crescente precarização das condições de trabalho a que estão submetidos” como afirma Jesus (2011, p. 2). Da mesma forma, “proporcionou a apropriação pelo meio urbano de hábitos, saberes, simbolismos e tradições, característicos do meio rural” como expõe Nascimento *et al* (2017, p. 4).

Nascimento *et al* (2017) destaca a importância da cultura rural sobre a sociedade urbana ao retratar o processo de formação da população brasileira que se originou por meio da miscigenação de diversas culturas e povos. Entretanto, ressalta que a essência cultural brasileira é herdada de uma identidade rural, pois, antes de migrarem para o Brasil, esses imigrantes viviam nas zonas rurais de seus países. Nascimento *et al* elucida:

Sabe-se que a população brasileira tem em sua raiz a miscigenação de várias culturas de vários países distintos. Porém, o que raramente é mencionado é que esses imigrantes viviam em zonas rurais em seus países de origem, o que veio a fortalecer as raízes rurais da formação da sociedade brasileira. Logo, o cerne cultural brasileiro é herdeira de uma identidade rural, seja alemã, italiana, japonesa, nigeriana, angolana, etc. Desde o Brasil colônia, Portugal, justamente por ser o país colonizador tem um cabedal de destaque na formação rural e conseqüentemente, da sociedade brasileira (NASCIMENTO *et al*, 2017, p. 4).

Assim, o campo brasileiro é formado por uma diversidade cultural, étnica, de uso e ocupação dos seus territórios, contudo, as trajetórias de luta e resistência contra a miserabilidade, desemprego, falta de oportunidade, assim como, a busca do reconhecimento de suas identidades e dos direitos básicos de cidadania, aproxima e une essas pessoas enquanto povos das zonas rurais. Nesse contexto, Oliveira e Bonilla expõem:

O campo brasileiro é composto por inúmeros povos, culturas e contextos de vida que se consolidaram e resistiram ao longo da história, a partir do processo de colonização e também de exploração e expropriação, são culturas que possuem um legado de resistência na manutenção e perpetuação de suas tradições, as quais foram, no transcurso histórico, negadas e marginalizadas (OLIVEIRA; BONILLA, 2018, p. 3).

Fidalgo (2011) faz uma breve reflexão sobre o desenvolvimento da relação trabalhista no Brasil, ao observar a evolução da legislação relativa ao trabalhador rural e destacar algumas conquistas alcançadas, como a criação do sindicato rural, expôs as precariedades ainda vivida

por esses trabalhadores. Na esfera legal, o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, reconhece como povos do campo:

[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p.1).

Conforme Fidalgo (2011), no Brasil, as relações de trabalho sofreram grandes mudanças no decorrer dos séculos. As relações de trabalho são exploradas no Brasil desde o período pré-colonial, com a chegada dos portugueses em 1500. Nessa fase, iniciou-se o processo de escambo, na qual, os indígenas nativos trocavam produtos locais, como o pau-brasil, por objetos sem valor, com os portugueses. No Brasil colonial, os senhores de engenho, para “resolver” o problema da falta da mão de obra no país, iniciaram o processo de escravização dos povos, primeiramente dos indígenas, depois, africanos.

No auge da escravidão existia também o trabalho assalariado e livre para uma pequena parcela da população, exerciam atividades como: feitor, mestre de açúcar e outros. A Lei Eusébio de Queiróz de 1850 foi um dos primeiros passos em direção à abolição da escravatura no Brasil, deu fim ao tráfico<sup>12</sup> de pessoas escravizadas, fazendo com que os agricultores buscassem por trabalhadores assalariados, sobretudo dos países europeus.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 10/12/1948 e inserida na Constituição Brasileira em 1988, garantir que todos têm direito à dignidade humana, à liberdade, à vida, à segurança pessoal, que ninguém poderá ser mantido em escravidão ou servidão, que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Mesmo passados mais de 100 anos de Lei Áurea, mesmo com a implantação do trabalho assalariado, o Brasil ainda convive com os vestígios da escravidão. Essa violação de direitos humanos não acorrenta mais o homem como nos períodos colonial e imperial do Brasil, atribuiu-se de outras formas que prejudica a dignidade e a liberdade do trabalhador, mantendo-o submisso a uma situação de exploração.

Conforme Fidalgo (2011, p. 3), no Brasil, “a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo e

---

<sup>12</sup> O tráfico ilegal ganhou vitalidade e num segundo momento o tráfico interno de escravos aumentou (FIDALGO, 2001, p. 3).

desrespeito aos direitos humanos”. Conforme a autora supracitada, o trabalhador rural é uma das principais vítimas dessa condição subumana de trabalho.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou em 2017, dados sobre o trabalho forçado, escravidão moderna e tráfico humano no mundo. Conforme a OIT:

O trabalho forçado é um fenômeno global e dinâmico, que pode assumir diversas formas, incluindo a servidão por dívidas, o tráfico de pessoas e outras formas de escravidão moderna. Ele está presente em todas as regiões do mundo e em todos os tipos de economia, até mesmo nas de países desenvolvidos e em cadeias produtivas de grandes e modernas empresas atuantes no mercado internacional (OIT, 2017, p. 1).

Conforme a OIT, em escala global, mais de 40 milhões de pessoas foram vítimas de escravidão moderna em 2016, sendo que 71% eram mulheres e meninas. Desse total, 16 milhões foram explorados no setor privado, dentre eles, os trabalhadores domésticos, da construção ou d agricultura. No Brasil, conforme os dados revelados, entre os anos de 1995 e 2015, foram liberados quase 50 mil trabalhadores que estavam em situações análogas ao trabalho escravo. Dentre esses libertos, a maioria são migrantes internos ou externos, 95% eram homens, 83% com idade entre 18 e 44 anos e 33% eram analfabetos. Essas pessoas deixaram seus lares e migraram para regiões de expansão agropecuária ou grandes centros urbanos, em busca de oportunidades de trabalho e garantia da sobrevivência. A OIT ainda estima que aproximadamente 25 mil trabalhadores brasileiros estejam sujeitos a essas condições de trabalho. Dentro dessa perspectiva, Rocha e Brandão (2013) expõem que devido à dificuldade de acesso, de fiscalização, dentre outros fatores, o trabalho escravo atinge, sobretudo, o trabalhador no meio rural.

Para Reimberg (2017), as condições de trabalho no campo ainda são preocupantes. Em análise referente as condições de segurança e saúde dos trabalhadores rurais, a autora supracitada exhibe as reflexões realizadas no Seminário Nacional de Segurança e Saúde no Agronegócio, acontecido no dia 07/06/2017 no auditório da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), pela palestrante Maria Cristina Gonzaga, tecnologista da Fundacentro, e do auditor fiscal do trabalho da gerência de Campinas-SP, Antônio Avancini.

Conforme Reimberg (2017), no seminário, os palestrantes informados, retrataram as realidades vividas no campo, em que os trabalhadores rurais se encontram expostos a riscos químicos, físicos, mecânicos, biológicos e organizacionais, tais como: jornada excessiva, pagamento por produção, falta de vínculo empregatício, etc. Foi ressaltado pela engenheira da

Fundacentro que no interior do país, se encontram muitos casos de precarização do trabalho muito preocupantes, até mesmo envolvendo trabalho infantil.

Embora tenha em vigor a Norma Regulamentadora 31 (NR 31) – Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura -, que objetiva estabelecer as normas a serem observadas na organização e no ambiente do trabalho, de forma a tornar o desenvolvimento dessas atividades com segurança e qualidade, embora seja um avanço, ela não é respeitada. Gonzaga apud Reimberg expõe que essa desregularização da NR 31 ocorre por falta de fiscalização devido as drásticas reduções nos números de auditores do Ministério do Trabalho, problemas na alimentação de dados, falta de infraestrutura física para realizar a fiscalização rural, etc.

É evidente que a informalidade do trabalho ainda é um grande desafio para os trabalhadores rurais, pois é comum encontrar essa categoria de trabalhadores sem registro na carteira, com salários abaixo do mínimo e em condições precárias de trabalho, sem respeito aos seus direitos.

### **3.4 Entre o campo e a cidade**

A produção do espaço é materializada por meio da relação homem-natureza, mediante o processo de trabalho. No modo de produção capitalista, essa relação torna-se conflitante e contraditória e recai intensamente sobre o trabalhador. Com a reestruturação produtiva do capital, os trabalhadores, sejam do campo ou da cidade, têm sofrido um aumento das formas de exploração do trabalho.

A revolução verde, por meio da territorialização do capital, expropriou os trabalhadores do campo, fazendo-os migrarem para as cidades em busca de novas oportunidades de trabalho. A cidade, por representar, historicamente, sinônimo de prosperidade e modernidade, atrai essa mão de obra expropriada do campo. O modelo de produção capitalista precisa que o trabalhador esteja disponível a sujeitar-se nos diferentes espaços, à exploração do capital, pois a mobilidade do trabalho está a serviço da lógica da mobilidade do mesmo. Assim, conforme Silva (2014, p. 2), “o trabalhador precisa buscar oportunidades de trabalho nos distintos espaços campo-cidade mesmo que seja em ocupações precárias, informais, parciais”.

O capitalismo, em suas variações, ao promover oportunidades de trabalho na cidade e ao aumentar o exército de reserva, exclui e inclui o trabalhador. Silva caracteriza tal processo:

O deslocamento do campo-cidade perpassa por essa concretude, e é visto para o trabalhador como uma possibilidade de renda e torna-se viável para a

cumulação do sistema capitalista. O capital necessita expropriar o trabalhador do campo para elevar a exploração da sua mão-de-obra e torná-lo submisso (SILVA, 2014, p. 6).

A ideia de que o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho para quem quiser, é uma ilusão. Em muitos casos, a necessidade de garantir a sobrevivência e manter a família, fala mais alto. Para estes, é menos pior trabalhar em condições precárias, sem nenhuma regularidade, com subsalários, com uma carga horária exaustiva, que morrer de fome. O sistema do capital criou uma ilusão de liberdade, de que os trabalhadores, nessas condições de trabalho, submetem-se a essas precariedades por livre escolha. Entretanto, por trás dessa “livre escolha” existe a necessidade de manutenção da vida. Ou é isso ou é morrer de fome e/ou desabrigado. Gaudemar (1977, p. 190) chama de “liberdade negativa”, pois não há outra alternativa para manter a vida, que não seja a venda da força de trabalho. Assim, “a liberdade de trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Ainda sobre a liberdade de trabalho, Silva reforça:

Trata-se de uma pseudo liberdade, tendo em vista que se o sujeito não possui meios que lhes garanta sua sobrevivência, sua única opção é vender sua força de trabalho. A liberdade reside nessa questão, decidir para qual capitalista vender sua mercadoria (força de trabalho), ou vende ou falece de fome (SILVA, 2014, p. 6).

É nessa lógica que a mobilidade da força de trabalho é introduzida, como uma possibilidade de exercício da sua liberdade de tornar-se mercadoria. A mobilidade do trabalho está pautada na necessidade dos trabalhadores, incentivada pelas contradições do modo de produção capitalista que gera oportunidades de trabalho ao mesmo tempo que expande o exército de reserva. Com isso, a mobilidade das pessoas em busca de emprego é ampliada por se tornar uma condição para garantir a manutenção da vida.

Conforme Silva *et al* (2006), no Brasil há uma grande carência de políticas públicas voltada para o Campo, para o fortalecimento da agricultura familiar e a permanência da população rural nesses espaços. Esse contexto contribui para o inchaço populacional nas cidades e desencadeando diversos problemas urbanos, como a violência e o aumento do desemprego. Os autores supracitados apresentam a agricultura familiar como uma alternativa de desenvolvimento no campo, de redução da pobreza e do êxodo rural. Expõem ainda, a importância da reforma agrária para o fortalecimento da agricultura familiar. Pois a reforma

agrária coloca a agricultura familiar no centro das atenções das políticas agrárias e de desenvolvimento sustentável.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (1992) ressalta a importância da reforma agrária para o desenvolvimento da agricultura familiar. Conforme a revista:

[...] a reforma agrária é um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico, político e social, em contrapartida às correntes que a justificam como um programa meramente assistencialista. É fato que a reforma agrária incrementa a produção primária, dinamiza o comércio, gera empregos diretos e indiretos, reintroduz no mercado significativa parcela da população antes excluída, democratiza o acesso à terra e aos recursos públicos, contribui para a melhoria da distribuição de utilização dos recursos naturais. Enfim, promove o resgate da cidadania no mais amplo de seus sentidos (FAO, 1992, p.1).

Todavia, mesmo a agricultura familiar aparecendo como base para o desenvolvimento do meio rural, a atividade ainda ocupa pouca área agrícola, como demonstra Silva *et al* (2006):

A agricultura familiar ocupa somente 22% da área total dos estabelecimentos agropecuários e emprega quase 4 milhões de pessoas, ou seja, 59% do pessoal ocupado no setor agropecuário. Produz 69% da mandioca, 45% do milho e 30% do leite (SILVA et al, 2006, p. 2).

Com o avanço econômico no campo, os agricultores vêm sendo valorizados no decorrer dos anos, porém, essa valorização só é melhor percebida entre os grandes produtores, que possuem incentivos do governo, facilidade de crédito, etc. Contudo, há ainda muitas carências entre os pequenos produtores, e a falta de incentivo prejudica a vida desses trabalhadores no campo. Pois, devido à ausência de investimentos na agricultura familiar, esses trabalhadores são obrigados a migrarem em busca de trabalho. Em entrevista para o Jornal Circuito Mato Grosso (2015), o secretário de políticas agrícolas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI-MT), Adão da Silva (2015), reforça o número de famílias rurais que, por falta de incentivos, migram, sobretudo, para as cidades:

De quase 100 mil famílias nós temos em torno de 30 mil famílias que se mudam para a cidade, só dos assentamentos. O que deixa a desejar é que a agricultura familiar não consegue financiamento para a sua atividade agrícola e a pessoa acaba saindo do campo, vendendo a sua propriedade, abandonando e indo também trabalhar como assalariado em grandes propriedades ou até mesmo vindo para os centros urbanos (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Texto extraído do site CIRCUITO Mato Grosso. Falta de incentivo prejudica trabalhador do campo *in* **Agricultura familiar: Potencial subestimado**. Ano XI, Ed. 532, 2015, p. 8.

Essa realidade permeia por todas áreas rurais do país, no assentamento de reforma agrária Lagoa Nova, situado no povoado Lagoa de Juazeiro, distrito de Iguá, no município de Vitória da Conquista – BA, não é diferente, como relata um membro da liderança do referido assentamento, por meio de pesquisa de campo:

Aqui [no assentamento] quase não sobrou dos antigos [referindo-se aos assentados]. Um bocado que estão aqui, entraram depois. Não estão na RB [Relação de Beneficiários]. Muita gente foi embora por falta de manutenção, de incentivos, de subsistência mesmo. o programa é bom, mas não tem manutenção, de que adianta ter a terra se não tem como produzir nela, não é mesmo? Precisamos de máquinas para trabalhar, máquinas são caras, não dá pra custear do bolso. Precisamos de técnicos para nos orientar a aproveitar melhor o solo, aumentar a produtividade, combater as pragas, essas coisas. Mas não temos nada disso. O que produzimos, às vezes, não dá nem pra manter a própria família, então, muitos vão embora, vão trabalhar fora. Abandona o sonho (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019).<sup>14</sup>

Da mesma forma, sobre a necessidade do incentivo tecnológico ao pequeno produtor, o secretário de políticas agrícolas da FETAGRI-MT, Adão Silva (2015), avalia que o agricultor familiar não tem acesso à tecnologia de ponta, os quais poderiam auxiliar na produtividade.

É preciso um olhar mais atento para o Campo brasileiro, é preciso desenvolver políticas governamentais que garantam o acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, à tecnologia adequada, aos instrumentos de apoio de qualidade, à capacitação, etc. Além disso, é preciso investir em infraestrutura, educação e saúde de qualidade, saneamento básico, e infraestrutura coletiva de lazer. A ausência de políticas públicas que garantam essas necessidades, contribui para a migração dos rurais, especialmente da população mais jovem, como afirma Silva *et al*:

[...] os jovens rurais são as maiores vítimas porque além de não encontrarem incentivos para permanecerem no campo, são levados a desvalorizar o espaço rural e incentivados muitas vezes pela própria família a procurarem os centros urbanos, por acreditar que “está na cidade as oportunidades para a realização dos seus sonhos”(SILVA et al, 2006, p. 3).

Diante das dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais, em relação ao acesso à terra, à educação de qualidade e ampliação da mesma, à cultura e ao lazer, e, principalmente, o acesso ao trabalho, há um desestímulo para a continuidade da vida no campo.

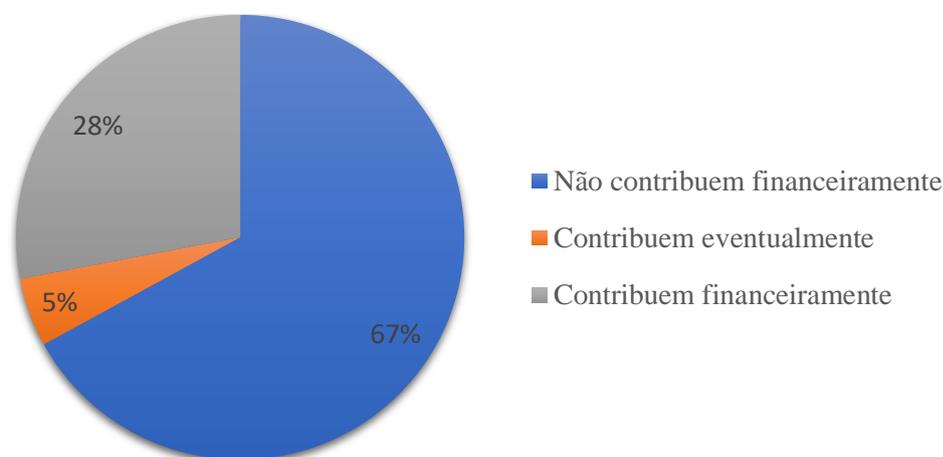
---

<sup>14</sup> Entrevista concedida por representante da liderança do Assentamento Lagoa Nova. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

No povoado Lagoa de Juazeiro<sup>15</sup>, área rural do município de Vitória da Conquista – BA, com base na pesquisa de campo (2019), dentre os membros dos familiares entrevistados que migraram em busca de trabalho e melhores condições de vida, 67% tem a idade entre 18 a 30 anos e 33% entre 31 a 45 anos.,

A migração dos moradores rurais pode ser compreendida como uma forma de garantir a unidade familiar, em que, parte do núcleo familiar se deslocam para trabalharem nas cidades como forma de ajudar o restante da família que fica no Campo.

Gráfico 1 – Contribuição financeira dos membros familiares que migraram para trabalhar – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019<sup>16</sup>



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Todavia, nem sempre isso é possível, no povoado em questão, 67% dos que migraram para trabalhar, não conseguem ajudar o restante da família, como mostra o gráfico 1. Muitos jovens migram para as cidades, cheios de sonhos, de expectativas de encontrarem um bom emprego e ajudarem a família a melhorar de vida, mas a realidade que encontram é outra, trabalhos precários, baixos salários, que na maioria das vezes, mal dá para se manter longe de casa. Porém, conforme as famílias entrevistadas, mesmo não conseguindo ajudar financeiramente, de certa forma, o membro que migrou em busca de trabalho, ou até mesmo que casou, indiretamente, acaba contribuindo, pois, segundo eles, “é uma boca a menos para alimentar”, como afirma um morador:

<sup>15</sup> O povoado Lagoa de Juazeiro está localizado, aproximadamente, à 28km da sede urbana do município de Vitória da Conquista. E, segundo dados do Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015), o povoado possui 164 residências, incluindo o assentamento de reforma agrária, Lagoa Nova.

<sup>16</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.

Ele não ajuda, não. Até queria, mas com o que ganha, coitado, mal paga os custos dele lá. Mas é melhor ele estar lá mesmo [referindo-se ao filho que migrou para o Rio de Janeiro – RJ], é uma boca a menos pra comer aqui. A situação está difícil, não dá pra alimentar todo mundo. Pelo menos lá ele tem o que comer (INFORMAÇÃO VERBAL, 2019)<sup>17</sup>.

Dos membros que migraram e que contribuem financeiramente com a renda familiar dos que ficaram, de acordo os relatos, não é de forma regular, ou seja, não contribuem todo mês, e quando contribuem, são valores baixos, entre cinquenta até duzentos reais.

Silva *et al* (2006) também chama a atenção para a qualidade da educação no ao Campo. Pois a falta de uma educação de qualidade e de políticas públicas, tem gerado diversos problemas nesses espaços, como o analfabetismo, evasão escolar, grande número de crianças e adolescentes fora da escola, salas multisseriadas, carência no nível médio rural, docentes distantes da realidade rural, ausência de infraestrutura adequada, precariedade no ensino, carência de renovação pedagógica, calendário escolar incompatível com a realidade rural, escola que não atende aos interesses dos trabalhadores rurais, dos seus movimentos e organizações, etc. Estas questões também estimulam o abandono do campo.

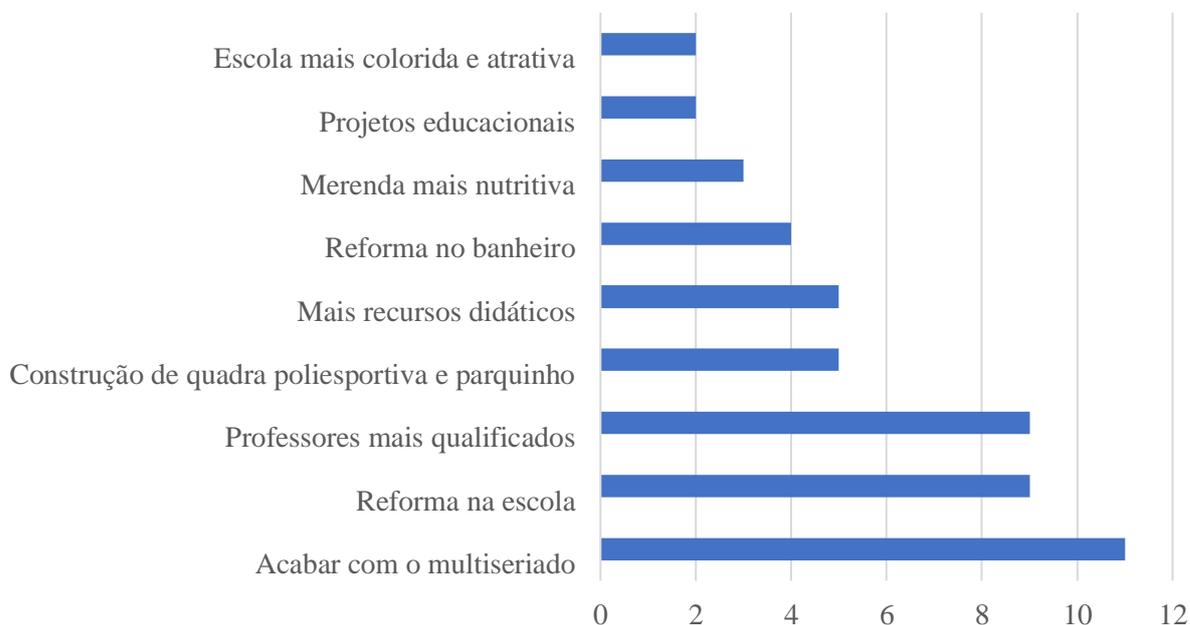
Ao reforçar a realidade da qualidade da educação no campo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio de pesquisa realizada pelo Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO) (2003), baseado no Censo Escolar 2002, expõe que metade das escolas da educação básica no campo, possui apenas uma sala de aula, oferecendo o Ensino Fundamental I de forma multisseriada, que são salas com alunos de diferentes idades e níveis educacionais. Assim, o professor trabalha na sala de aula, ao mesmo tempo, diferentes níveis escolares, tendo que atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes, comprometendo a qualidade do ensino, da atenção direcionada.

No povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova, questionados sobre os pontos positivos relacionados a educação local, os moradores citaram a existência das escolas, tanto no povoado, quanto no assentamento, mesmo que atendam apenas crianças que cursem até o Ensino Fundamental I. Sobre o que precisa ser melhorado na educação, das questões levantadas, 35% da população pesquisada responderam que deve acabar com o ensino multisseriado, como demonstra o gráfico 2.

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida por morador I, 52 anos, realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

Gráfico 2 – Melhorias que as Escolas Casemiro de Abreu I e II necessitam, segundo os moradores do povoado Lagoa de – Vitória da Conquista – BA, 2019

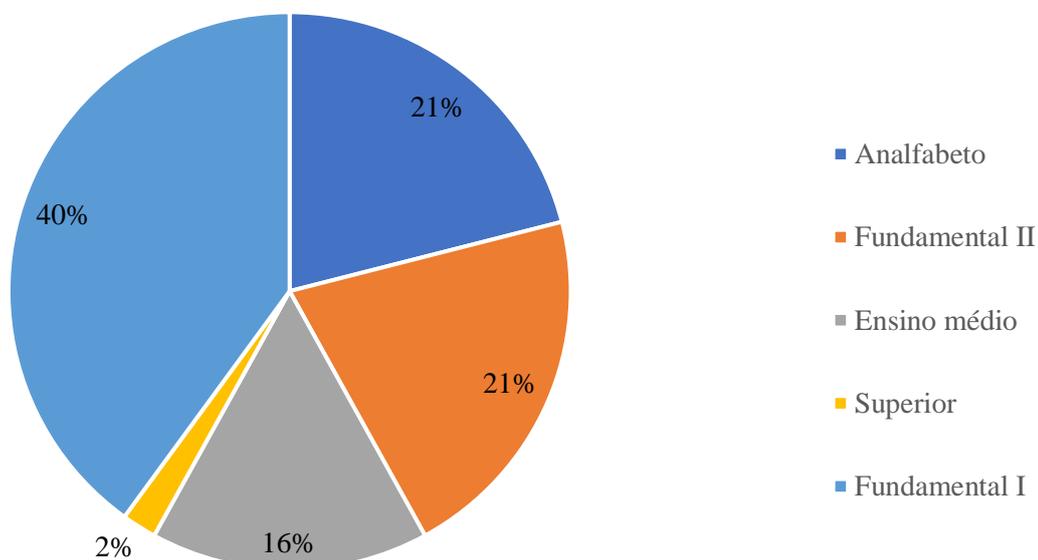


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

A educação é um instrumento de mudança e transformação social, por isso é importante alcançar escolas com realidades diferentes que demandam, portanto, políticas específicas que possibilite a difusão do acesso aos moradores das zonas rurais, uma educação que direcione a liberdade dessa parcela da população estar em diálogo contínuo com os movimentos sociais. De acordo o Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) a educação do Campo, estabelecida num espaço de lutas dos movimentos sociais da zona rural, é retratado como uma concepção político pedagógico direcionada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social na relação com a terra, nessa perspectiva, ao negar uma educação de qualidade no campo, são negados outros direitos também.

O PRONACAMPO (2003) revela a precariedade do capital sociocultural, como consequência da negligência histórica a que a população do campo vem sendo sujeitada. Esse desamparo retrata os altos índices de analfabetismo, “no campo, 29,8% dos adultos são analfabetos, enquanto na cidade esse índice é de 10,3%. Dos estudantes de 10 a 14 anos, 23% estão na série adequada à sua idade, taxa que na área urbana é de 47%” (INEP apud PRONACAMPO, 2003, p. 1). No povoado Lagoa de Juazeiro, dos familiares entrevistados, 22% dos residentes adultos que não estudam mais, 22% são analfabetos e 40% desistiram no nível fundamental I, como demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos residentes adultos que finalizaram ou interromperam os estudos - Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista– BA, 2019<sup>18</sup>



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Conforme Silva *et al* (2006), a desatenção histórica para o campo brasileiro, da precariedade dos serviços de saúde, da educação de boa qualidade, da falta de apoio para a criação de opções de trabalho para a composição da renda dos familiares, além de contribuir para a manutenção da pobreza no campo, aumenta as chances da migração dessa população.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (2014), o campo concentra altos índices de miséria, 44% da população rural da América Latina se encontra em situação de pobreza e 28% em condições de extrema pobreza. A Organização aposta em programas de proteção social e desenvolvimento do campo para reduzir essas porcentagens.

É notória a necessidade de políticas públicas eficazes que garanta a população rural o acesso à educação de qualidade, melhores condições de trabalho no campo, acesso à terra, crédito, assistência técnica, projetos para o desenvolvimento pessoal que contribuam com a criação de novas propostas de trabalho. Essas ações podem melhorar a qualidade de vida no campo, e, conseqüentemente, contribuir para a permanência dessa população no território.

<sup>18</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.

## **4 O ESPAÇO RURAL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: ANÁLISE DO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO**

Esta seção apresenta os aspectos históricos da questão agrária brasileira e a estrutura fundiária de Vitória da Conquista para contextualizar o processo de formação do Povoado Lagoa de Juazeiro e do assentamento de reforma agrária Lagoa Nova.

O povoado Lagoa de Juazeiro está localizado no Distrito de Iguá, zona rural do Município de Vitória da Conquista – BA. Conforme dados do Censo demográfico do IBGE (2010), o setor censitário do povoado em questão possui 350 domicílios, destes, apenas 254 são ocupados por uma população de 977 residentes. Em extensão ao povoado Lagoa de Juazeiro, possui o assentamento de agricultores Lagoa Nova, que compõe uma agrovila com 44 domicílios separadas do aglomerado humano do povoado.

### **4.1 Aspectos do espaço rural**

A estrutura agrária do Brasil, historicamente, sempre foi de caráter concentrador de uso e posse das terras, e isso reflete à questão agrária do Brasil colonial, que tinha como característica o processo hereditário de posse da terra.

Assim, a questão agrária permeou toda a história do Brasil, enquanto construção de nação. Com a Lei de Terras<sup>19</sup> (Lei 601/1850), manteve-se as sesmarias antigas (latifúndios) e reconheceu as posses existentes, além disso, determinou a compra de terras como única forma de obtê-las. Dessa forma, o latifúndio, como estrutura básica para a distribuição de terras no Brasil, é consolidado, visto que, apenas os que tinham recebido as terras (sesmarias), regularizaram suas posses, transformando-as em propriedade privada. Com isso, a resposta da Lei de Terras permaneceu como um processo de concentração agrária no Brasil, pois, mesmo após ela, ainda existiu a concentração do poder político e de uma aristocracia rural, retardando a implantação do regime republicano, contribuindo para a manutenção desse contexto, etc.

Braga (1997) expõe que no século XX, o Partido Comunista do Brasil (PCB), com influências nas ideias marxistas-leninistas, tinha uma grande aproximação com o proletariado e com a questão campesina, assim, lutava por essas causas. O PCB teve uma importante participação na bancada da Assembleia Constituinte de 1946, composta por 14 deputados e 1 senador, portanto, minoritária na Assembleia, que era composta, majoritariamente, por grandes partidos conservadores. Conforme Braga, a ação do PCB pautou-se:

---

<sup>19</sup> Primeira lei agrária do Brasil.

[...] pela defesa dos interesses dos trabalhadores e das forças progressistas em geral, e a luta pelo aprofundamento da democracia e das liberdades políticas com o fito de: a) possibilitar a adoção de um modelo de desenvolvimento social que viabilizasse, mesmo dentro dos quadros do capitalismo periférico brasileiro, um crescimento econômico baseado na afirmação da soberania nacional e na correção progressiva das desigualdades sociais, sendo a realização de uma ampla Reforma Agrária um componente fundamental desse processo; b) criasse um quadro político-jurídico mais democrático, e favorável ao fortalecimento progressivo da organização partidária dos comunistas, com vistas à luta ulterior pela implantação do socialismo (BRAGA, 1997, p. 1).

Foi defendido por meio do senador Luís Carlos Prestes do PCB, ao final da primeira era Vargas, a necessidade de uma reforma agrária. E a partir disso, os movimentos agrários se organizaram e fortaleceram no Brasil, respaldados em uma pauta de agenda que foi colocado na política brasileira, de uma maior atenção às questões agrárias. Assim, os movimentos começam a se destacar na década de 1950.

Porém, os ideais progressistas da plataforma comunista entraram em divergência com “a natureza atrasada e retrógrada do sistema político brasileiro da época e com os setores das classes dominantes que detinham a hegemonia no governo Dutra” (BRAGA, 1997, p. 1). Este conflito foi um dos motivos que levou a cassação do Partido Comunista do Brasil em 1947.

Conforme Miralha (2006), entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, começa a surgir no campo brasileiro, militâncias de trabalhadores rurais questionando a desigualdade social e a grande concentração de terras no país, pressionando o governo a realizar a reforma agrária. De acordo o autor, os movimentos sociais ganharam mais força durante o governo de João Goulart, pois suas ideias progressistas, viam na reforma agrária, uma ação fundamental para a modernização do Brasil. Miralha caracteriza esse momento:

[...] o grande e principal momento histórico para a realização da reforma agrária no Brasil foi no início da década de 1960, pois se conjugou vários movimentos sociais e militâncias de trabalhadores rurais organizados no sentido de pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária e finalmente, em toda a história brasileira o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária (MIRALHA, 2006, p. 156).

Porém, as movimentações durante o governo de João Goulart entraram em confronto com os ideais liberais, levando ao golpe de Estado que apresentava oposição ao movimento reformista, interrompendo a possibilidade da transformação da estrutura agrária a partir da mobilização popular.

Em meio aos movimentos dos trabalhadores rurais, surge diferentes organizações trabalhistas em prol ao trabalhador rural, tais como: A União de Lavradores e Trabalhadores

Agrícolas do Brasil (ULTAB), que surgiu em 1958 e as Ligas Camponesas, em 1985. Essas organizações foram importantes no processo de reforma agrária durante o governo militar. Conforme expõe Silva:

As mobilizações sociais somente tiveram “força” para impor as suas reivindicações, especialmente a elaboração e aprovação de uma lei de reforma agrária, porque distintos grupos de trabalhadores rurais conseguiram se unificar em torno de certas demandas, mais especificamente, a reivindicação por direitos trabalhistas (SILVA, 2015, p. 60 grifo do autor).

Essas organizações sociais contribuíram para o surgimento de novas leis de regulamentação das novas relações de trabalho que passaram a existir no campo, após o processo de mecanização da agricultura, como exemplo, a regulamentação do trabalho assalariado nesse espaço.

Diante dessas políticas progressistas adotadas pelo governo de João Goulart, que visou a regulamentação da reforma agrária, a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que regulamentou as relações trabalhistas no campo, gerou uma insegurança entre os latifundiários em relação ao futuro de suas terras, fazendo com que estes apoiassem o golpe militar de 1964. Com base em Silva (2015), em resposta a esse apoio, Castelo Branco, primeiro presidente do golpe militar, para tranquilizar os latifundiários em relação ao ETR, elaborou o Estatuto da Terra que levou para o campo uma política agrária conservadora. Segundo o autor:

Essa política agrícola conservadora foi caracterizada como uma associação entre a repressão política em relação aos movimentos sociais e sindicatos rurais e o apoio estatal aos latifundiários no tocante ao favorecimento da expansão do capitalismo no meio rural. Nesse aspecto, o Estatuto da Terra e as agências governamentais por ele criadas foram uma forma de assegurar os poderes dos latifundiários e também uma maneira de controlar as reivindicações políticas dos trabalhadores rurais, submetendo as suas reivindicações aos aparelhos estatais que foram desenvolvidos pelo Estatuto (SILVA, 2015, p. 62).

Além disso, Silva (2015) exhibe as contradições do Estatuto da Terra, argumenta que mesmo contrários à política de distribuição da terra, o governo Castelo Branco criou uma lei de reforma agrária ao mesmo tempo que elaborava o Estatuto da Terra, ainda, simultaneamente a elaboração da lei de reforma agrária, além de revogar alguns decretos do governo Goulart, como a Superintendência de Política Agrícola (SUPRA), reprimiu as organizações dos trabalhadores rurais.

Na prática, o Estatuto da Terra foi apenas um processo de identificação da estrutura e da distribuição rural do Brasil, com a criação de mecanismos de identificação e classificação das propriedades, como o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que foi criado em substituição ao SUPRA, e, posteriormente, foi transformado em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Ainda observa-se uma estrutura agrária muito atrasada, resultado da herança de um processo histórico que se reverteu no Brasil que, até por volta da década de 1970 mantinham os métodos que não contribuíram de fato para o regime de distribuição de terras de uma forma mais justa no país.

#### **4.2 Vitória da Conquista na contextualização socioespacial do povoado Lagoa de Juazeiro**

Vitória da Conquista é um município brasileiro do Estado da Bahia. Sua população, conforme o censo demográfico do IBGE (2010), é de 306.866 pessoas, a população estimada em 2018 foi de 338.885 pessoas, o que faz dela a terceira maior cidade da Bahia, ficando atrás de Salvador (capital) e Feira de Santana. O município em questão faz parte da mesorregião do Centro-Sul Baiano que contém oito microrregiões – destas, a microrregião de Vitória da Conquista, na qual o município está inserido e 118 municípios.

O processo de ocupação de Vitória da Conquista – BA foi iniciado no final do século XVII com a expansão do bandeirantismo paulista, mineiro e até mesmo de baianos soteropolitanos e Recôncavo. Conforme a mesma autora, a região de Vitória da Conquista foi ocupada por meio do sistema de sesmaria, na qual, com o objetivo de cultivar as terras virgens, assim como, a necessidade da implantação de atividades econômicas, o rei de Portugal distribuía lotes de terras para as famílias influentes da sociedade colonial em forma de “troca de favores”. Esse regime iniciou com a constituição das capitanias hereditárias, com isso, inicia-se a cadeia sucessória de doações de grandes porções de terras às famílias que detinham poder e prestígio, promovendo a concentração fundiária na região.

A concentração fundiária contribuiu para a expansão da atividade pecuária, essa atividade econômica foi um dos principais fatores de povoamento do município supracitado. Dessa forma, a estrutura fundiária de Vitória da Conquista teve como base a pecuária. Além disso, o ciclo do ouro e da borracha também contribuíram para o processo de povoamento, como caracteriza Vasconcelos:

Além da predominância das atividades econômicas que concentrou grandes latifúndios na região, como o ciclo da mineração [...] que ocupou diversos

espaços estratégicos e dizimou as populações indígenas. [...]. O ciclo da borracha através da exploração extrativa do látex da maniçoba e da mangabeira — localizados basicamente em Vitória da Conquista — atraiu grandes fluxos migratórios para a região, contribuindo para o povoamento desta (VASCONCELOS, 2007, p. 91).

Esse processo histórico marca o desenvolvimento da estrutura fundiária do município, “sempre concentrada com latifúndios, detentores de estabelecimentos com mais de 10.000 hectares, grandes estoques de terras produtivas, ociosas. E também pelo movimento de compra das terras através da burguesia agrária, composto pelos ‘novos donos’”, como caracteriza Vasconcelos (2007, p. 94-95).

Até meados da década de 1950, a população rural de Vitória da Conquista era superior a população urbana, como mostra a tabela 2.

Tabela 2 - Crescimento populacional de Vitória da Conquista de 1940 a 2010

<b>Ano</b>	<b>População rural</b>	<b>%</b>	<b>População urbana</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
1940	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	26.993	58,4	19.463	41,6	46.456
1960	31.401	39,3	48.712	60,7	80.113
1970	41.569	32,5	85.959	67,5	127.528
1980	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1991	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
2000	37.155	14,1	225.430	85,9	262.585
2010	31.569	10	275.297	90	306.866

Fonte: Censo Demográfico – IBGE – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010; Contagem populacional. Organizado pela autora.

O censo demográfico de 1940 mostra que a maioria da população conquistense residia no campo, esse cenário perdurou até a década de 1950, porém, com uma porcentagem menor em relação à década anterior. Na década seguinte, 1960, o quadro inverte, a população urbana passa a representar a maior parte da população conquistense. É possível notar também, a explosão

demográfica<sup>20</sup> entre as décadas de 1950 a 1960, a população total do município apresenta na década de 1960, um crescimento de 72,45% sobre a população total da década de 1950.

Conforme Ferraz (2001) e Vasconcelos (2007), a construção da BR-116 (Rio-Bahia) no início da década de 1960, assim como outras rodovias intermunicipais, como a BA-415 (Ilhéus – Lapa), proporcionaram o crescimento da zona urbana em Vitória da Conquista, fazendo com que a cidade crescesse nas proximidades dessas rodovias que fazem entroncamento em seu território, além disso, inicia a abertura do tecido industrial na cidade.

A década de 1970 foi marcada por intensas transformações no território de Vitória da Conquista. O governo federal, com o objetivo de descentralizar das regiões sul e sudeste, e, expandir a lavoura cafeeira, lança como intervenção estatal, o Plano de Renovação de Cafezais (PRRC), que destinou para essa região da Bahia e outras áreas do Brasil, consideráveis recursos financeiros, visando proporcionar o progresso das relações capitalistas no campo.

Em 1970, a estrutura fundiária de Vitória da Conquista se encontrava definida para a implantação do café, como expõe Vasconcelos:

O café ao se implantar em Vitória da Conquista encontra uma estrutura fundiária definida, terras tituladas e ocupadas. No primeiro momento ocupa as áreas de matas, entre a pecuária e a média produção agrícola. A expansão foi paulatinamente, incorporando mais áreas e a pequena produção de subsistência cedendo a estes, os últimos resquícios de roças que lhe restava, passando a mudar sua condição de pequeno produtor para meeiro e, posteriormente, para assalariado (VASCONCELOS, 2007, p. 96).

Assim, conforme a lavoura de café ia se estabilizando, promovia transformações tanto no contexto rural, quanto no contexto urbano, com impactos expressivos nas relações de produção.

Ferraz (2001) aponta algumas transformações ocorridas no território de Vitória da Conquista, a partir da implantação das lavouras de café. Por meio de análise em documentário apresentado no III Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a autora expõe que a introdução da lavoura de café fez com que pequenos proprietários, que antes ocupavam-se com a agricultura de subsistência, foram expropriados das terras, seja por meio do processo de venda da terra, seja pelo processo de expulsão do trabalhador rural, visto que, o comprador da terra exigia do vendedor, que a mesma fosse entregue desocupada de moradores, agregados e trabalhadores.

Para Vasconcelos (2007, p. 96), a produção do café possibilitou em Vitória da Conquista, o avanço do que há de mais característico no sistema capitalista “a expropriação e a

---

<sup>20</sup> Crescimento elevado e repentino da população de um determinado local ou do mundo

exploração”. Antes da produção do café, até a década de 1960, a maior parcela da zona rural de Vitória da Conquista ainda era ocupada por pastagens, pela agricultura de subsistência e pelo cultivo de mandioca e de mamona.

Ferraz (2001) ainda aponta análises realizadas por proprietários de imóvel rural, que apontam outros fatores que contribuíram para a migração campo/cidade, para estes, até a década de 1950, o deslocamento campo/cidade era muito escasso, limitando a mobilidade, além disso, por não haver máquinas, como o trator, para realizar as atividades, era necessário uma vasta mão de obra no campo, conseqüentemente, favorecido por uma maior população no campo, que na cidade.

Todavia, com a introdução de máquinas no campo, iniciada no Brasil por volta da década de 1960, substituiu esses trabalhadores por máquinas, visto que a produtividade era superior, em um período de tempo curto. Essa mão de obra rural, agora excedente, passa a migrar para a cidade em busca de ingressar no mercado de trabalho. Outro fator que contribuiu para essa migração, foi a necessidade de o homem do campo ter mais acesso, sobretudo, à educação e saúde, essas possibilidades deixaram a cidade mais atrativa para a população do meio rural.

Ferraz (2001) também assinala as questões trabalhistas como fator motivador do êxodo rural, que até a década de 1950, por não serem consolidadas, as questões trabalhistas não tinham muita expressão na região. Dessa forma, sobretudo no campo, não existia discussões acerca de salário, férias, décimo terceiro, fundo de garantia, etc. entre proprietário e trabalhador. Porém, com a Consolidação da Lei do Trabalho (CLT), para evitar problemas trabalhistas nas fazendas, procuraram manter o mínimo possível de trabalhadores fixos para realizar as atividades executadas durante todo o ano, e para as atividades sazonais, contratavam os trabalhadores de forma temporária.

É possível notar por meio da tabela 3 que a taxa de crescimento anual da população rural do município de Vitória da Conquista - BA vem decrescendo muito, chegando a apresentar uma taxa de crescimento superior a -15% nas décadas de 1991 e 2010. Ao contrário da população urbana, que desde a década de 1950, vem apresentando altos níveis de crescimento populacional, chegando a apresentar taxa superior a 100%<sup>21</sup> nas décadas de 1950 e 1960.

Tabela 3 - Taxa de crescimento populacional de Vitória da Conquista, por período – 1940-2010

---

<sup>21</sup> O crescimento das décadas não levou em consideração a chegada de pessoas de outros municípios.

Ano	População rural	População urbana <sup>22</sup>	TOTAL
1940			
1950	8,36%	125,16%	38,45%
1960	16,33%	150,28%	72,45%
1970	32,38%	76,46%	59,19%
1980	4,03%	48,50%	34,01%
1991	-15,04%	47,55%	31,71%
2000	1,13%	19,69%	16,66%
2010	-15,03%	22,12%	16,86%

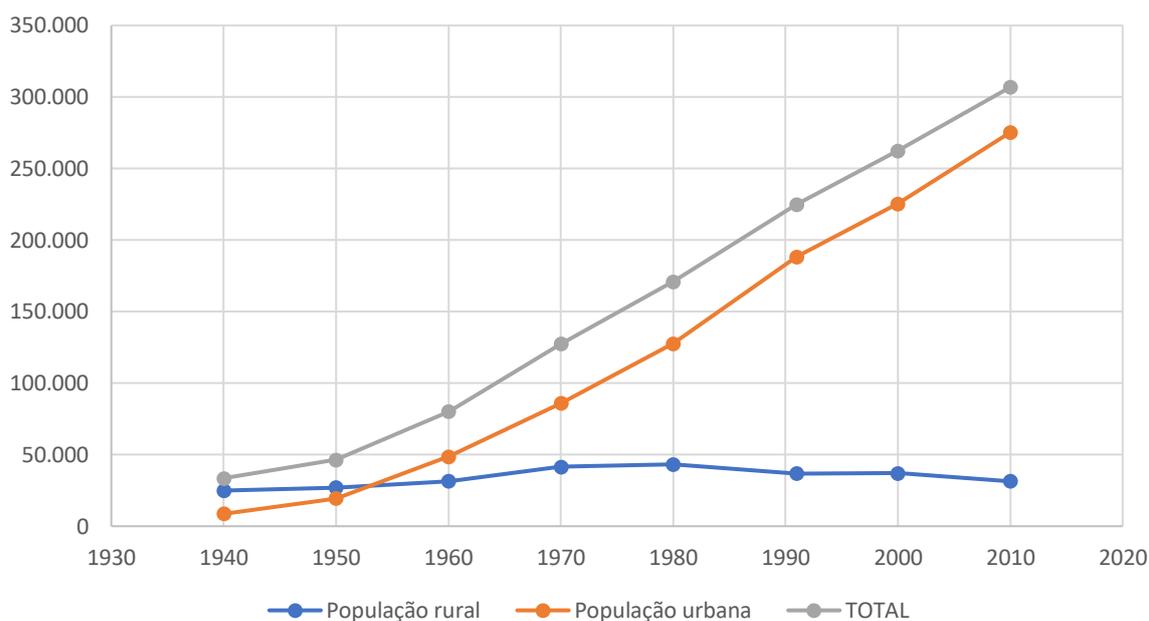
Fonte: IBGE, Censos: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Organizado por: SANTOS, Macsuelle, 2019.

De forma geral, vários fatores contribuem para a redução da taxa de crescimento populacional rural, são movidos tanto pelos fatores atrativos, gerado da imagem positiva de mais oportunidades fornecida nas cidades – de educação, emprego, lazer -, quanto pelos fatores de repulsão, em que, os processos socioeconômicos afastam a população do campo por meio da concentração fundiária, falta de emprego, baixos salários, etc. Além disso, pode estar associada com a taxa de fecundidade e o processo de envelhecimento da população que também influenciam no ritmo de crescimento.

Embora a taxa de crescimento populacional rural de Vitória da Conquista tenha reduzido em algumas décadas, sobretudo a partir da década de 1991 (tabela 3), a população rural permanece estável ao longo das décadas, como demonstra o gráfico 4, diferente da população urbana que sempre esteve em ascensão (gráfico), seja pelo aumento da taxa de natalidade, seja pela chegada de novos moradores.

Gráfico 4 - População Urbana/Rural de Vitória da Conquista de 1940 a 2010

<sup>22</sup> O crescimento das décadas não levou em consideração a chegada de pessoas de outros municípios.



Fonte: Censo demográfico – IBGE- 1940, 1950, 1960, 1970, 1991, 2000, 2010.

Organizado por: SANTOS, Macsuelle, 2019.

A partir dos anos 2000, conforme a tabela 4, as taxas de crescimento médio da populacional de Vitória da Conquista começaram a reduzir, apresentando taxas inferiores a 2% ao ano. Porém, mesmo com restringimento, manteve taxa de crescimento populacional superior ao do município. Paralelo a isso, a taxa de crescimento médio da população rural continuou caindo, apresentando um crescimento pouco maior que 0,1% a.a. no ano de 2000 e com crescimento negativo de 1,62% a.a. em 2010.

Tabela 4 - Crescimento médio da população de Vitória da Conquista, por ano – 1940-2010

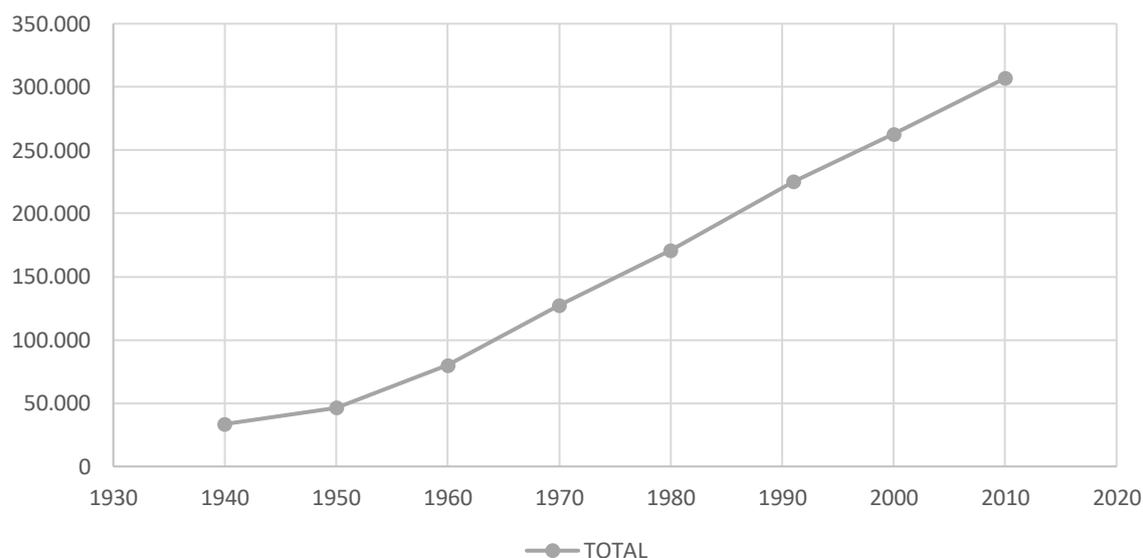
Ano	População rural	População urbana	TOTAL
1940			
1950	0,81%	8,45%	3,31%
1960	1,52%	9,61%	5,60%
1970	2,84%	5,84%	4,76%
1980	0,40%	4,03%	2,97%
1991	-1,47%	3,60%	2,54%
2000	0,12%	2,02%	1,73%
2010	-1,62%	2,02%	1,57%

Fonte: IBGE. Censos: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Organizado por: SANTOS, Macsuelle, 2019.

Segundo os registros do IBGE, a redução na taxa de crescimento populacional é uma tendência que vem ocorrendo no país nos últimos anos, decorrente a redução da taxa de fecundidade – por diversos motivos, dentre eles, maior inserção da mulher no mercado de trabalho e nas universidades, fazendo com que a maternidade fique pra depois – e da migração.

Porém, mesmo com essa redução da taxa de crescimento populacional previsto pelo IBGE, Vitória da Conquista vem apresentando um crescimento populacional gradativo, como demonstra o gráfico 5. Com taxa de crescimento superior a 1% ao ano, um pouco acima de outros municípios baianos, que, conforme análise do IBGE divulgada pelo Jornal Folha de Condeúba (2017) apresentaram taxas de crescimento populacional inferior a 1%, em relação à última contagem, como exemplo, Feira de Santana, segundo maior município da Bahia, que apresentou uma taxa de crescimento de 0,77%.

Gráfico 5 - Crescimento da população de Vitória da Conquista



Fonte: Censo demográfico – IBGE- 1940, 1950, 1960, 1970, 1991, 2000, 2010. Organizado por: SANTOS, Macsuelle, 2019.

Sobre as transformações e crescimento populacional em Vitória da Conquista a partir da década de 1970, Ferraz expõe:

[...] em meados da década de 70, dinamizam o setor agrícola e aquecem o processo de urbanização da região. Esse processo, que ocorreu no Município ao longo das décadas anteriores, encontra, nesse período, “novas” motivações. É nesse contexto que ocorrem transformações nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, e a cidade continua crescendo e modificando a sua configuração territorial (FERRAZ, 2001, p. 36).

Percebe-se que, apesar de manter-se estável ao longo dos anos, o número de pessoas que moram em áreas rurais de Vitória da Conquista continua caindo, muitos trabalhadores rurais migram por falta de opção, visto que, além da falta de recursos sociais, no campo há uma escassez de trabalho. A migração dos trabalhadores, por motivos econômicos, é fruto de decisões políticas impostas pelo capital. O relatório sobre migração lançado pela FAO (2019) sugere que a migração campo-cidade deve ser escolha e não necessidade. Políticas públicas devem ser desenvolvidas afim de solucionar esse tipo de problema.

Todavia, não é a saída dos trabalhadores rurais para a cidade que tem impulsionado o crescimento urbano. Sampaio & França (2013), apontam a variedade de serviços que a cidade oferece - na educação, saúde, serviços bancários e o próprio comércio - como fatores desse crescimento, visto que, atraídos por esses serviços, “ a cidade recebe migrantes permanentes e temporários vindos de diferentes municípios da região, para estudar, fazer tratamentos de saúde ou compras no comércio” (SAMPAIO & FRANÇA, 2013, p. 1), promovendo uma grande movimentação socioeconômica na cidade.

#### **4.3 Apresentação da área de estudo: A integração do povoado Lagoa de Juazeiro e do assentamento Lagoa Nova**

Localizado no Distrito de Iguá, zona rural do Município de Vitória da Conquista – BA, o povoado Lagoa de Juazeiro possui 350 domicílios, ocupados por uma população de 977 residentes, conforme os dados do setor censitário - Censo demográfico do IBGE (2010).

De acordo com a entrevista realizada com os moradores acima de 60 anos de idade, a área do povoado em questão era um latifúndio e, aproximadamente, a partir da década de 1930, parte da terra transformou-se no povoado Lagoa de Juazeiro e a outra parte foi vendida. Porém, mais tarde, no ano de 1998, esta, foi ocupada pelo Movimento Sem Terra (MST).

Apesar dos conflitos iniciais entre o povoado e o assentamento, atualmente, esses espaços possuem uma boa relação e, apesar de possuírem associações diferentes, as famílias dos dois espaços se reconhecem como uma única comunidade, tendo o assentamento como uma extensão ao povoado. Essa integração entre o povoado e o assentamento pode ser percebida por meio da movimentação diária dos moradores entre os dois espaços, dos serviços públicos de atendimento à saúde que, até o ano de 2017, aconteciam no antigo posto de saúde do povoado Lagoa de Juazeiro, que atendiam tanto os moradores do povoado, quanto os moradores do assentamento. Em 2017 o posto de saúde foi fechado e os atendimentos à comunidade passaram a ser realizado na unidade de saúde do distrito de Iguá.

Além disso, até o ano de 2003, a Escola Municipal Casemiro de Abreu, localizada no povoado Lagoa de Juazeiro, atendia as crianças dos dois espaços, porém, pela demanda, os assentados do Lagoa Nova, com o investimento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PFONAF) de grupo A, construíram uma extensão da escola no assentamento, cujo nome é: Escola Casemiro de Abreu II. Outro fator que reafirma a integração desses espaços é o endereço dos assentados, que é: Assentamento Lagoa Nova, Povoado Lagoa de Juazeiro, Distrito de Iguá, Vitória da Conquista – BA.

#### **4.3.1 A história do povoado construída a partir da expressão da memória dos moradores**

O povoado Lagoa de Juazeiro passou por um longo processo de transformação espacial, tendo em vista, as relações sociais que foram sendo construídas ao longo dos anos. Baseado nos relatos e narrativas dos moradores, o povoado em questão era uma fazenda, denominada Fazenda Lagoa de Baixo. Conforme o morador A, 78 anos, a fazenda pertenceu ao seu bisavô materno, Teodoro Silva.

... essa fazenda era deles, do meu bisavô. Vivia ele e os funcionários... os agregados dele aqui. Viviam de agricultura e pecuária. [...] Quando eu me entendi por gente, eles já moravam aqui [referindo-se ao bisavô e agregados]. Mas os primeiros antepassados donos da terra, era um casal - um português de Portugal e uma africana. Minha bisavó contava as histórias deles. O meu antepassado de Portugal se apaixonou pela escrava que cuidava dos irmãos menores deles. Aí eles fugiram e vieram viver aqui nessas terras. E as terras foi repassando, repassando e chegou até o meu bisavô. Dos moradores mais antigos que temos aqui é a minha tia, que tem 103 anos e é a moradora mais antiga daqui. Minha mãe tem 92, eu tenho 78 (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>23</sup>

Por conter muitos pés de Juá na fazenda, o seu bisavô mudou o nome para Fazenda Lagoa de Juazeiro. E após a morte do Teodoro Silva, parte da fazenda foi vendida para o latifundiário Alziro Dias, e a outra parte foi repartida para os filhos, incluindo a avó do morador A.

E depois, cada fração da fazenda foi sendo subdividida para as gerações seguintes. Assim, a mãe do morador A recebeu a fração dela, e, posteriormente, o morador A recebeu a parte dele, terra em que vive até hoje com a sua família. Desse modo, foi criando um pequeno aglomerado de gente que deu origem ao povoado que manteve o nome de Lagoa de Juazeiro.

No processo das repartições das terras por herança e venda, formou no povoado quatro grandes famílias tradicionais: Prado, Sampaio, Vieira e Lemos. Esses sobrenomes chegam no

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida por morador A, 78 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

mesmo ancestral. No final das contas, conforme depoimentos, o povoado Lagoa de Juazeiro é formado por uma única grande família, todo mundo é parente de todo mundo, seja de primeiro, segundo, terceiro... grau.

Durante sua infância, o morador A, relata que naquele tempo, as famílias do povoado não frequentavam muito a cidade, referindo-se a Vitória da Conquista. Conforme ele, o povoado era quase que autossuficiente, visto que, muitas das coisas que consumiam, era produzido na própria região. Criavam cabeça de gado, galinhas, porcos e cultivavam mandioca, palma, capim, e, como “naquele tempo chovia mais”<sup>24</sup>, plantavam o próprio alimento, como o milho, o feijão, as verduras, as frutas e hortaliças. Dessa forma, dependiam minimamente da cidade, como relata:

[...] do gado a gente tinha o leite que produzia a manteiga, o queijo, o requeijão. Da galinha, a carne e os ovos. Do porco, a banha e a carne. Da mandioca... ah, a mandioca era o que matava a nossa fome, come inatura, faz a farinha, alimentava os animais. Da mandioca a gente tira a goma que produz o chimango, o bolo, o beijú, tira a puba que produz o bolo, o biscoito e o cuscuz. Igual o milho, o milho a gente alimenta os animais, cozinha, assa, tira o fubá para o mingau e o farelo para o cuscuz. Mas naquele tempo tinha mais verde, chovia mais durante o ano. Raramente meus pais iam na cidade, só quando precisava mesmo, um sal, um açúcar que faltava. Ou comprar roupas, mas não era sempre, não. Pois o dinheiro era curto, a gente produzia só pra se manter mesmo, de vez em quando vendia alguma coisa, mas era só para o pessoal daqui mesmo, não era levado pra fora, não. Mas meu bisavô era fazendeiro, no tempo que a terra era dele, ele tinha muito gado, muita mandioca, palmas. Era muito respeitado aqui, era rico, tinha dinheiro. Mas aí, a terra foi fracionando, fracionando, fracionando... e não deu pra fazer muitas coisas, a família foi crescendo também. E a terra já não estava produzindo tão bem, já estava cansada (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>25</sup>

Além disso, conforme a narrativa do morador A, o acesso à cidade era muito difícil, por falta de transporte automotivo, os moradores deslocavam-se ou a pé ou montados a cavalo e/ou burro. De acordo a população foi aumentando, novas possibilidades de locomoção foram surgindo. O primeiro transporte automotivo a carregar a população para a cidade, era uma caminhonete que, segundo o morador A, a caminhonete saía do povoado de Lagoa Formosa e passava pelo povoado dos Porcos, local onde pegava os passageiros do povoado Lagoa de Juazeiro e seguia para Vitória da Conquista.

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por morador A, 78 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por morador A, 78 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

A moradora B, 72 anos, relatou as dificuldades que enfrentavam “naquele período”, referindo-se entre as décadas de 1960 a 1970. Conforme ela, a vida no povoado era muito difícil, tinha muita pobreza. Quando a chuva do ano era boa, tinha fartura, pelo menos, até parte do ano. Mas quando não chovia muito, passavam fome, muitas vezes comiam farinha molhada na água. Sobre as dificuldades, emocionada, ela relata:

Era muita seca, né minha filha?! Um solão quente, a terra rachada e as prantações mortas e a gente morrendo de fome tumém. Dava vontade de morrer quando via as crianças chorando de fome. Meus fi ficavam desnutridos, teve um dia que me deu vontade de cometer uma loucura pra num vê eles sofrê [...], aí eu cramei a Deus, cramei e Deus me ouviu, porque ele é pai também, tá entendendo? Então ele entende que pai num aguenta vê o fi sofrer, aí, minha fia, chego arrepio aqui, veio um padre catequizar aqui e trouxe comida pra gente, foi o que matou a fome dos meus fi naquele dia. [...] Uns não conseguiram viver nessa miséria, adoeceram e morram, meus fizinhos. Os que vingaram estão aqui, forte, trabalhando (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>26</sup>

Para o morador A, a partir da década de 1990, a pobreza estava insustentável no povoado, muitas pessoas haviam vendido suas terras pra tentar sobreviver. Vendiam e iam morar nos fundos das casas de familiares, as casas eram construídas com adobe. Só que, com o passar dos dias, baseado no relato, o dinheiro ia acabando, assim, conforme o entrevistado, o povoado também ia esvaziando, pois muitas pessoas começaram a ir embora em busca de trabalho. Além disso, alguns proprietários acabavam perdendo as terras por causa de dívidas não pagas. Sobre esse processo de expropriação, o morador A, expõe:

[...] tinha terras melhores que outras, uns tiveram a sorte de ficar com elas, outros, não. Então, quem teve sorte, começou a produzir mais, e faturava mais também. No tempo da seca, enquanto uns passavam fome, outros, nem tanto, ainda tinham o que comer e tinham um pouco de dinheiro guardado, que acumulavam no tempo da fartura. Aí, quando as pessoas precisavam vender suas terras, ou parte delas, tinha essa pessoa com dinheiro guardado que comprava as terras. [...] pagava barato pelas terras, mas eles vendiam mesmo assim. Essa pessoa que produzia mais, começou a crescer no povoado, abriu uma vendinha e começou a vender comida, o bom é que vendia fiado. Aliás, não muito bom, pois algumas pessoas começaram a enfiar a mão, comprando coisa, comprando coisa, ficou com dívida grande, não tinha como pagar, aí negociavam terras. (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Entrevista concedida por moradora B, 72 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

<sup>27</sup> Entrevista concedida por morador A, 78 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

Ainda conforme o morador A, a construção da Escola Municipal Casemiro de Abreu (Fot. 1) foi um grande marco no povoado. A escola atende alunos da antiga 1ª série até a antiga 4ª série do ensino fundamental. Segundo o morador, a escola foi construída na década de 1960 e foi inaugurada com festa. O morador A, relata esse momento com muita emoção:

A construção da escola foi um dos momentos mais importantes aqui pra nós, foi uma grande vitória. Ela foi fundada na década de 1960, pela gestão do ex-prefeito, José Pedral Sampaio. Fizemos uma grande festa de comemoração. Lembro como hoje, esse campo [referindo-se a uma área em frente da escola] ficou todo iluminado, fizemos uma fogueira, tinha muita comida também: milho cozido, amendoim – cozido e torrado – bolo de milho, de trigo, de mandioca, de puba, tinha uma bebidinha também – batida de maracujá e de limão. Eu lembro o nome da primeira professora, Gilnúbia Meira da Silva (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>28</sup>

Porém, mesmo com a construção da escola que atende até o ensino fundamental I, mais de 80% dos entrevistados acima de 60 anos, se declaram como analfabetos.

Foto 3 - Escola Municipal Casemiro de Abreu – Povoado Lagoa de Juazeiro



Fonte: Pesquisa de campo, foto, SANTOS, Macsuelle, 2019.

Para a moradora C, 75 anos, o momento mais marcante pra ela, foi a construção da Igreja Nossa Senhora Aparecida, no povoado. Segundo a moradora, na década de 1970, sentiu a falta de um templo religioso na comunidade. Mas antes da construção oficial, ela construiu um

<sup>28</sup> Entrevista concedida por morador A, 78 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

cômodo em frente da sua casa, na qual convidava a comunidade para as celebrações. O templo contribuiu para uma maior aproximação dos moradores enquanto comunidade, as pessoas passaram a se ver mais e a se comunicar mais, como narra a moradora C:

As pessoas faziam suas orações, seus agradecimentos, dentro de casa mesmo. O povo mais antigo era bem devoto, sabe? [...] Em cada casa havia um santuário em um quatinho, onde a família se ajoelhava, mas era tudo muito individual, as pessoas quase não se viam, quase não se falava, não tinha essa coisa de frequentar a casa do outro, tomar um café ... a comunidade era pequena ainda. Aí, como eu gostava de rezar, pois tive uma criação perante Deus, construí em frente da minha casa, um templo sagrado. Aí, fui batendo de porta em porta convidando as pessoas pra ir rezar o terço. Cumade Maria, que Deus a tenha, tinha uma voz bonita, cantava a Ladainha de Nossa Senhora em latim, a finada mãe dela que ensinou. Era lindo de ver. [...] O grupo do Coração de Maria acontecia na quarta-feira, rezávamos o terço e a Salve rainha. No domingo falávamos as palavras do senhor, as leituras da Bíblia, as cantigas... Ô tempo bom (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>29</sup>

Dessa forma, o templo religioso teve uma importante função social no povoado Lagoa de Juazeiro, pois garantiu a sociabilidade dos moradores. Ainda de acordo a moradora C, a Igreja Nossa Senhora Aparecida (Fot. 2) só veio a ser construída em meados da década de 1980, pelo falecido Padre Aguiar, que foi pároco da Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz e São Vicente de Paulo, localizada na Avenida Frei Benjamim, no bairro Patagônia, do município de Vitória da Conquista – BA. Conforme a Moradora C, o referido padre fez uma grande missão no Povoado Lagoa de Juazeiro, sobretudo no combate à fome e, também, com projeto de água potável para a comunidade. Arrecadava cestas básicas e roupas e distribuía para as famílias mais carentes do povoado, levava carros pipas com água potável para abastecer a população.

Foto 4 - Igreja Nossa Senhora Aparecida - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida por moradora C, 75 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.



Fonte: Pesquisa de campo, foto, SANTOS, Macsuelle, 2019.

Além disso, conforme a moradora, o padre levava alegria para as crianças, pois, na festa da Padroeira da Igreja, comemorado no dia 12 de outubro, data de inauguração da igreja, o referido padre levava brinquedos e doces para alegrar as crianças do povoado.

Ainda hoje, é muito comum encontrar nas casas dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro, santuários, como classificou a moradora C (Fot. 3). A questão religiosa continua forte e tornou-se uma tradição na comunidade, promovendo, inclusive, a sociabilidade entre os moradores.

Foto 3 – Santuário na residência de um morador - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA, 2019



Fonte: Pesquisa de campo. SANTOS, Macsuelle, 2019.

Em extensão ao povoado Lagoa de Juazeiro, existe o assentamento de reforma agrária, Lagoa Nova. De acordo com as narrativas de assentados mais antigos, a ocupação das terras aconteceu no dia 12/07/1998.

Chegamos aqui no dia 12 de julho de 1998, por volta de 2 horas da manhã. Na ocupação tinha uns 12 carros – entre baú, fusca, caminhão ... tudo quanto é tipo de carro acompanhou nós aqui – no mínimo, tinha umas 150 pessoas. Um órgão da Fetag<sup>30</sup> nos acompanhou até aqui. Estava tudo escuro, tinha muito barulho. As pessoas do Juazeiro sem entender nada, foi atrás de nós, ver o que estava acontecendo. Foi uma noite longa, mas levamos água e farofa de carne, ninguém dormiu, só as crianças que ficaram nos veículos dormindo. E a gente ficou acordado vigiando, com medo do dono da fazenda e da polícia (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>31</sup>

Os assentados entrevistados, informaram que tiveram conhecimento sobre a terra ocupada por meio de reuniões que aconteciam no assentamento Santa Marta, localizado no município de Vitória da Conquista que, por meio dessas reuniões, foi se formando uma liderança que, com o auxílio da Fetag, organizou a ocupação do então, assentamento Lagoa Nova. Sobre a terra ocupada, os entrevistados informaram que se tratava de um grande latifúndio sem produtividade e com alta dívida de impostos ao governo.

Durante a ocupação, as pessoas ficaram acampados em barracos de lona, estado em que viveram por mais ou menos cinco anos. Esse período foi destacado como um dos mais difíceis, vivido por eles. Como narra a moradora D:

Quando chegamos aqui, moramos em barracos de lona. Lona preta. Cada um foi pra mata pegar suas varinhas, fizemos nossas camas de varas, nossos armários com varas... tudo com varas. As cuias eram nossos pratos. [...] Os desafios eram tremendos, pois quando vinha o sol, a lona esquentava muito, e ainda tinha o fogão de lenha que ajudava a esquentar mais. E quando chovia, molhava tudo, muitas famílias com crianças pequenas sofriam muito com isso, às vezes tinha que correr pra debaixo de móveis, mas mesmo assim, a água da enxurrada tomava tudo, os idosos e crianças viviam doentes. Também tinha muitos bichos peçonhentos, cobras, escorpiões. No início morreu algumas crianças com picadas, a ajuda demorava pra chegar e nem sempre chegava. E foi assim por quase 5 anos. [...] E o sol quente, quente, quente... e ali você não via uma folha verde, você só via velame seco. Que era no mês de julho, que nessa quadra é tempo seco (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

<sup>31</sup> Entrevista concedida por moradora D, 61 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

<sup>32</sup> Entrevista concedida por moradora D, 61 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

Das pessoas que estiveram presentes durante a ocupação, restaram apenas 45 famílias. De acordo as entrevistas, logo de início, muitas pessoas desistiram, ou por causa das dificuldades enfrentadas durante a ocupação, ou por não gostarem do aspecto da terra, devido “o solo pobre”, como classificou o morador E, 72 anos (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>33</sup>

Durante o período de acampamento, por três anos consecutivos, os ocupantes receberam 3 liminares de despejo, fazendo com que eles migrassem de uma área pra outra, “porque a justiça perseguia, juntamente, com o proprietário da terra. E o INCRA demorou de normalizar” (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>34</sup>

Em um desses despejos, os ocupantes acamparam no antigo campo de futebol, da baixada do povoado Lagoa de Juazeiro (Fot. 4), foi quando passaram a ter um maior contato com a comunidade do povoado. Por um lado, os entrevistados relataram a solidariedade de alguns moradores do povoado, que levavam comida e água pra eles, por outro, relataram a falta de empatia de outros, que viam neles, adversários, visto que, antes da ocupação, esses moradores extraíam madeiras e caçavam nas terras da fazenda ocupada. A moradora D relata:

Essa fazenda aqui era vizinha a eles [referindo-se ao povoado Lagoa de Juazeiro e sua população], e eles usufruíam daqui, caçavam, tiravam madeira... com nós ocupando, não poderia mais acontecer. Mas hoje somos todos amigos, eles foram beneficiados com o assentamento, pois proporcionou maior circulação de pessoas, dinheiro, com a demanda, passou a ter ônibus diariamente para a cidade, passou a ter mais bares, as pessoas foram melhorando de vida, passou a ter transporte levando os alunos para o Iguá, médico com mais frequência... tudo conquista nossa que beneficiou os dois lados (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>35</sup>

Para se manterem durante os primeiros anos, os moradores do assentamento cultivavam os alimentos de forma coletiva. Além disso, recebiam apoio e ajuda de membros da igreja. Como relatam:

A luta era tremenda. Era eu e Roque atrás das igrejas lá em Conquista, pedindo. A gente recebia os sacos de coisas, era saco de feijão, de farinha, de arroz, só vinha alimentação grosseira, não vinha carne, não. As vezes vinha verdura junto, o padre conseguia sacos de beterraba, abóbora, batatinha. Daí

<sup>33</sup> Entrevista concedida por morador E, 72 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

<sup>34</sup> Entrevista concedida por morador E, 72 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

<sup>35</sup> Entrevista concedida por moradora D, 61 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

a gente trazia, colocava debaixo da barraca e o pessoal ia chegando na fila e a gente ia distribuindo os litros de acordo com o tamanho da família (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>36</sup>

Sobrevivemos no início através de roças comunitárias, chamávamos de coletiva. Produzia, aí a liderança vinha e repartia para cada um o seu quinhão. Produzíamos milho, feijão catador, feijão carioquinha, batata. Mas chovia muito naquela época, a produção era razoavelmente boa, hoje não é (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>37</sup>

Conforme os relatos, as famílias ocupantes enfrentaram muitas dificuldades durante a fase de acampamento do Movimento sem Terra (MST), moravam em barracos feitos com lona preta, que esquentam muito na estação quente e molham durante as estações chuvosas, sem água, sem energia elétrica, sem banheiro, sem nenhuma estrutura. A alimentação ocorria por meio de doações das igrejas e por meio da agricultura coletiva desenvolvida no acampamento. Porém, mesmo com as dificuldades, os acampados resistiram a opressão e continuaram lutando pela Reforma Agrária e pela agroecologia.

Foto 4 – Espaço que os ocupantes do assentamento Lagoa Nova acamparam durante as liminares de despejo – Vitória da Conquista – Bahia - 2019

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida por moradora D, 61 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

<sup>37</sup> Entrevista concedida por morador E, 72 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.



Fonte: Pesquisa de campo, foto, SANTOS, Macsuelle, 2019.

A posse da terra saiu em meados de 2001, e, no ano seguinte, a antiga liderança do movimento, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), grupo A, levou para o assentamento projetos de habitação, gado e arame. Em 2002 foi construída a agrovila do assentamento Lagoa Nova, composta por 44 domicílios (Fot. 5).

Foto 5 - Aspectos do arruamento da agrovila Lagoa Nova – Vitória da Conquista- BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle, 2019.

Porém, mesmo após a emissão de posse da terra, muitas famílias continuaram a abandonar os lotes. À medida que os lotes iam desocupando, por meio do abandono, iam sendo ocupados por outras famílias. Dentre as motivações do abandono das terras, destaca-se a falta de assistência técnica e de políticas públicas nos assentamentos de reforma agrária no país. Conforme membro da liderança do assentamento Lagoa Nova, há deficiências na política de reforma agrária:

A reforma agrária é uma política pública deficiente e contraditória. Falta seriedade e compromisso do governo. Mas o verdadeiro foco deles não é a agricultura familiar, é o agronegócio, a bancada ruralista é grande e a prioridade é toda voltada pra isso, pois é rentável pra eles. E a reforma agrária fica em último plano, como um faz de contas... o problema é que a gente acredita nesse sonho e deposita na terra nossa esperança. Mas é preciso assistência técnica que não temos, é preciso políticas públicas para escoar a produção, é preciso crédito. Do que adianta liberar terras, no caso, improdutivas, a maioria das terras dos assentamentos são terras pouco produtivas, então, pra se tornar mais produtiva, é preciso de correção no solo, é preciso irrigação, é preciso técnicas agrícolas... é preciso muita coisa, mas não temos essa atenção (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>38</sup>

A ausência de assistência técnica e políticas de crédito, também foram os pontos negativos narrados pelos moradores entrevistados. Segundo eles, apesar de terem recebido crédito, via PRONAF, após a posse, foi muito pouco, e o recurso foi utilizado para a compra de gado e arames para cercar os lotes. Foi comprado uma vaca para cada morador, porém, segundo eles, a falta de conhecimento pecuário, atrelado ao fato de não terem recebido nenhum auxílio técnico, associado à seca e a baixa produtividade, o gado foi adoecendo e morrendo, uns morriam por falta de alimento e os poucos que sobreviveram, foram vendidos bem abaixo do valor investido, por estarem magros.

A agricultura é uma importante atividade econômica na Microrregião de Vitória da Conquista, inclusive no povoado Lagoa de Juazeiro, com destaque para as culturas de mandioca, feijão e milho. O sistema agrário predominante é o de agricultura familiar. Porém, conforme Santos *et al* (2015), as secas que vêm ocorrendo na região na última década, vem provocando perdas superiores a 90% da produção, dizimando, principalmente, as lavouras de feijão e milho que necessitam da chuva em todas as etapas da produção, a foto 6 retrata um pouco dessa perda agrícola na região do povoado Lagoa de Juazeiro.

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida por representante da liderança do Assentamento Lagoa Nova. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

Foto 6 - Cultivo de milho e feijão secando antes da colheita – Povoado Lagoa de Juazeiro, 2019

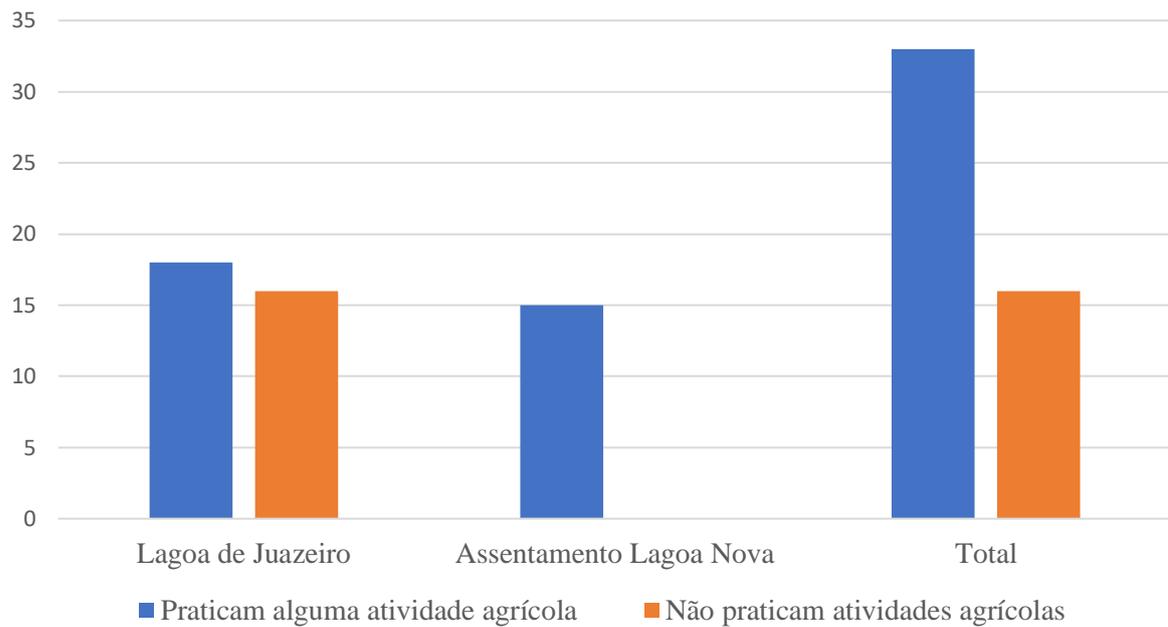


Fonte: Pesquisa de campo, foto, SANTOS, Macsuelle, 2019.

De acordo Conti e Schroeder (2013), uma das características mais acentuadas do semiárido são os extensos períodos de seca, dificultando o cultivo de vários produtos agrícolas, com exceção da mandioca, que se adequa e se desenvolve utilizando pouca água. Dessa forma, a saída tem sido apostar em culturas alternativas para suprimento humano e animal, como o plantio de palma, cana, capineira de corte, feijão andu e mandioca, que são mais resistentes à seca.

Na região do povoado Lagoa de Juazeiro, 67% dos entrevistados cultivam pelo menos espécie agrícola. Destes, 45% são moradores do assentamento Lagoa Nova, vale ressaltar que, essa proporção referente aos moradores do assentamento Lagoa Nova, representa 100% dos moradores entrevistados do lugar, conforme apresenta o gráfico 6.

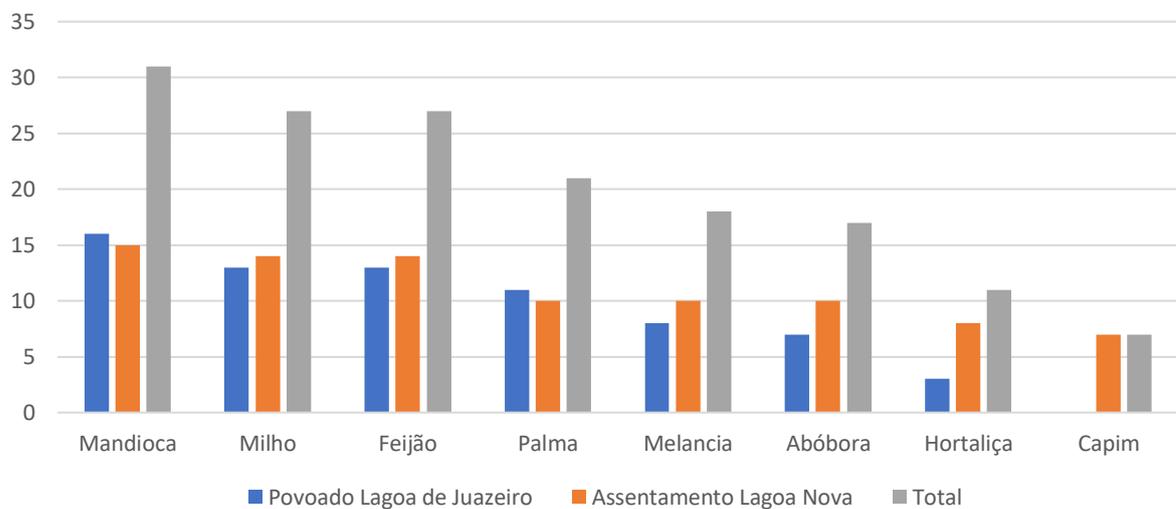
Gráfico 6 – Prática agrícola dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Sobre a produção agrícola, trata-se da agricultura de sequeiro, pois, conforme Silva *et al* (2011), a região nordeste do Brasil é conhecida como uma região seca, em que, a maioria da população sobrevive da agricultura de sequeiro. As variabilidades espaciais e cronológicas da precipitação pluvial nas regiões áridas e semiáridas são fatores limitantes para esse tipo de agricultura. Conforme o gráfico 7, as principais culturas cultivadas na região do povoado Lagoa de Juazeiro são o milho, o feijão catador, a palma, e, sobretudo, a mandioca, essa está representada na foto 7.

Gráfico 7 - Principais cultivos agrícolas - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Embora a mandioca seja o cultivo considerado mais resistente à baixa pluviosidade, os agricultores locais ainda relatam perdas agrícolas da produção, divulgaram perdas de até, aproximadamente, 30% da produção ao ano. Devido as áreas produtiva, sobretudo dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro, não serem extensas, em média 2 a 3 pratos<sup>39</sup> de terras plantadas, a perda agrícola, por menor que seja, ganha maior magnitude para estes agricultores, visto que, a expectativa da produção que já era baixa, reduz-se ainda mais com a perda da produção.

Foto 7 - Plantação de mandioca - povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019



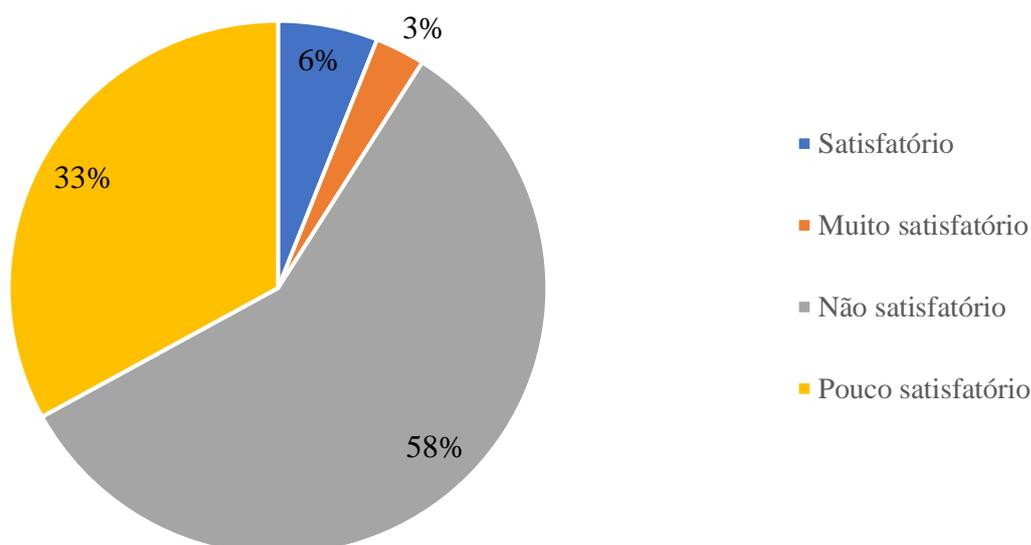
Fonte: Pesquisa de campo. Foto: SANTOS, Macsuelle, 2019.

Em relação a produtividade do que foi cultivado, 58% dos entrevistados estão insatisfeitos com o resultado da produção, 33% consideram pouco satisfatório, e, apenas 12% dos entrevistados consideram seus resultados satisfatórios ou muito satisfatórios, como demonstra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Perspectivas dos agricultores do povoado Lagoa de Juazeiro em relação aos resultados da produção – Vitória da Conquista - BA - 2019

---

<sup>39</sup> Medidas de áreas.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Esse resultado é consequência das perdas agrícolas que, conforme Santos *et al* (2015), ocorreu devido a redução pluviométrica a partir dos anos 2000 na microrregião de Vitória da Conquista e, sobretudo, da má distribuição da chuva no decorrer do ano, que é marcado por um curto período anual chuvoso e um grande período de seca. Conforme autores supracitados, mesmo a mandioca sendo mais resistente à baixa precipitação em relação ao milho e ao feijão, vem apresentando perdas na produção de até 50%.

A deficiência pluviométrica, associado à falta de assistência técnica, de políticas públicas que atendam as necessidades da região, resultam em perdas agrícolas e, conseqüentemente, à evasão rural e abandono dos lotes agrários. Sobre essa questão, uma moradora do assentamento expõe:

Não fica ninguém aqui, não dá pra sobreviver. Eu sou uma das poucas que estou desde o início. Quem tem seu ganha pão, sua aposentadoria, dá pra ficar. Mas e quem não tem? Vai viver de quê? Plantar, a gente planta... Todo ano, faça chuva ou faça sol, mesmo no ano anterior não ter dado nada, mas mesmo assim, todo ano a gente planta. Mas não dá. Quando dá, é o de cumer por uns dias, talvez semanas, e, se a safra foi melhorzinha, talvez, meses. Mas isso é raro de acontecer. E a nossa terra está cansada, precisamos de orientação de órgão competentes pra usar melhor elas. [...] Minha filha morava aqui também, com a filharada dela, [...], mas tinha que sair pra trabalhar fora pra alimentar as bocas dela [referindo-se aos filhos], com isso, umas lideranças aqui, pegou e tirou o nome dela do RB<sup>40</sup> [...] (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Relação de Beneficiários (RB) do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA

<sup>41</sup> Entrevista concedida por moradora F, 82 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

Sobre os motivos que levam ao abandono dos lotes, evasão rural e migração, os moradores da região do povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova, destacaram: a) a falta de renda para suprir as necessidades básicas da família b) a infertilidade do solo e as questões climáticas c) falta de crédito para investir nas terras e d) falta de emprego.

Além dessas questões, representante da liderança do assentamento relatou as dificuldades para conseguir políticas de crédito via PRONAF para estarem investindo no assentamento. Expôs que, para conseguir mais projetos do programa, é necessário que os assentados desenvolvam os projetos que foram elaborados no início juntamente com o INCRA. Todavia, devido a baixa produtividade, a baixa rentabilidade e da falta de estrutura, como exemplo, a falta de equipamentos como tratores, de assistência técnica, etc., para desenvolver as atividades tidas como obrigatórias, os assentados acabam optando em desenvolver outras atividades, e cultivarem outros tipos de cultura, como alternativa de sobrevivência, explica a representante.

Moradores do assentamento falaram sobre problemas relacionados a conflitos internos, expuseram existir uma divisão de grupos que gera uma desunião entre os assentados, e, conseqüentemente, dificulta a comunicação entre eles, além de enfraquecer o grupo enquanto movimento social, que representa uma classe que luta pela redistribuição de terras no Brasil.

Hoje existe uma divisão de grupos muito forte aqui dentro, umas do lado da associação - eu sou da associação antiga - outras do lado da Fetag. A Fetag é um órgão que dá apoio aos assentamentos. Mas eles só querem nos usufruir ao lado deles, eles comandam o assentamento, querem dominar. Aqui, hoje, somos representados pelo INCRA, mas a Fetag ainda é influída aqui dentro. Só que hoje enfraqueceu o lado da Fetag, pois muita gente aqui não quer nem saber, principalmente os moradores mais antigos. Mas ainda tem gente aqui que nos influi a favor dessa Fetag aí. Tem gente aqui na diretoria, que tem mulher que trabalha dentro da Fetag, a presidência de hoje trabalha na Fetag, tem gente aqui que se encostou na Fetag e a filha virou até vereadora. A Fetag só trouxe destruição para o assentamento, tirou os nomes de muitos assentados do RB, inclusive o meu, mas estou procurando meus direitos. Existe muita corrupção aqui dentro, não se engane não, tem jogo político atrás da Fetag, eu tenho medo de expor tudo o que eu sei, é perigoso. O pessoal tirou o antigo presidente, o Roque, que foi quem organizou a ocupação, se revoltou e tirou ele. Teve uma sindicância aqui que começou em 2008, e o líder colocou o Roque pra fora e assumiu a presidência. Tirou o nome dele da RB lá em Salvador. [...]. E de 2008 pra cá só foi destruição, acabando com assentamento, não teve mais projetos (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida por moradora D, 61 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

Os assentamentos representam uma nova forma de produzir, e as relações sociais relacionadas à posse da terra é compreendida por Bergamasco (1997), como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas. Visto que, essas novas relações provocam alterações socioculturais e econômico-institucionais. Bergamasco caracteriza tal processo:

Isso aponta para a necessidade de observação sistemática das novas relações com o mercado e com muitas outras instituições envolvidas na produção agropecuária. Na parceria, no arrendamento e, principalmente, no trabalho assalariado, as diversas atividades que compõem o processo produtivo eram até então controladas pelo fazendeiro/proprietário fundiário. Agora, passam ao controle direto dos agricultores assentados (BERGAMASCO, 1997, p. 1).

Todavia, nem sempre o movimento de reforma agrária consegue um suporte das políticas públicas para a manutenção dos assentamentos, mas, ainda assim, o desejo de plantar, a possibilidade de viver e trabalhar de forma livre, isentos de submissão trabalhista, move muitos assentados a persistirem lutando para realizarem o objetivo central de suas vidas, que é o de produzir em suas terras.

Sobre a convivência entre os moradores do povoado Lagoa de Juazeiro e o assentamento Lagoa Nova, ambos grupos relataram um estranhamento no início, porém, hoje em dia, além do bom convívio, os espaços se reconhecem como complemento um do outro. Moradores do assentamento e do povoado reconhecem a importância da reforma agrária na região e destacam as melhorias que o povoado teve após a formação do assentamento Lagoa Nova:

Ah! O Juazeiro cresceu muito depois do assentamento, mais pessoas, mais desenvolvimento. Não tinha ônibus aqui, depois deles, aumentou o número de passageiros, aí começou a ter ônibus. A escola daqui só atende até a quarta série, depois disso, o povo parava de estudar. Quando o assentamento veio, eles lutaram por um ônibus para levar as crianças para estudar no Iguá, hoje tem escola pra eles. Os tanques de água também, eles lutaram pra eles e todos se beneficiaram. E tudo é assim, beneficia os dois lados, mesmo quando a luta é deles (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>43</sup>

O povoado era muito inferior, sem muita movimentação. Na verdade, quem trouxe toda movimentação pra lá, foi o sem-terra. [...] Fez muita gente crescer comercialmente, financeiramente. Porque a gente gastava nosso dinheiro com eles, não podíamos sair pra ir pra cidade, tínhamos que segurar a terra, então,

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida por moradora G, 45 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

comprávamos tudo nas mãos deles. Hoje, muitos deles nos agradecem por ter ocupado essa terra (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>44</sup>

A tomada de consciência da população em relação aos seus direitos e deveres torna a sociedade mais ativa nos processos sociais, os mesmos passam a se organizar e lutar em defesa de seus interesses. Assim, passam a fiscalizar mais e cobrar das autoridades competentes, tornando-se agentes políticos em suas comunidades.

Apesar dos avanços referentes a reforma agrária e permanência da população no campo, há muito a se fazer, cabe aos órgãos públicos direcionarem as políticas públicas para as intervenções de disponibilidade e facilidade de crédito, assistência técnica, projetos para escoarem a produção, infraestrutura de qualidade, etc., viabilizando uma melhor qualidade de vida para essa população.

#### **4.3.2 Características da população estudada**

Em relação ao sexo, considerando todos os sujeitos do núcleo familiar das residências envolvidas na amostragem, a maioria é do sexo feminino (54%). Considerando apenas a pessoa entrevistada em cada residência, 73% foram do sexo feminino.

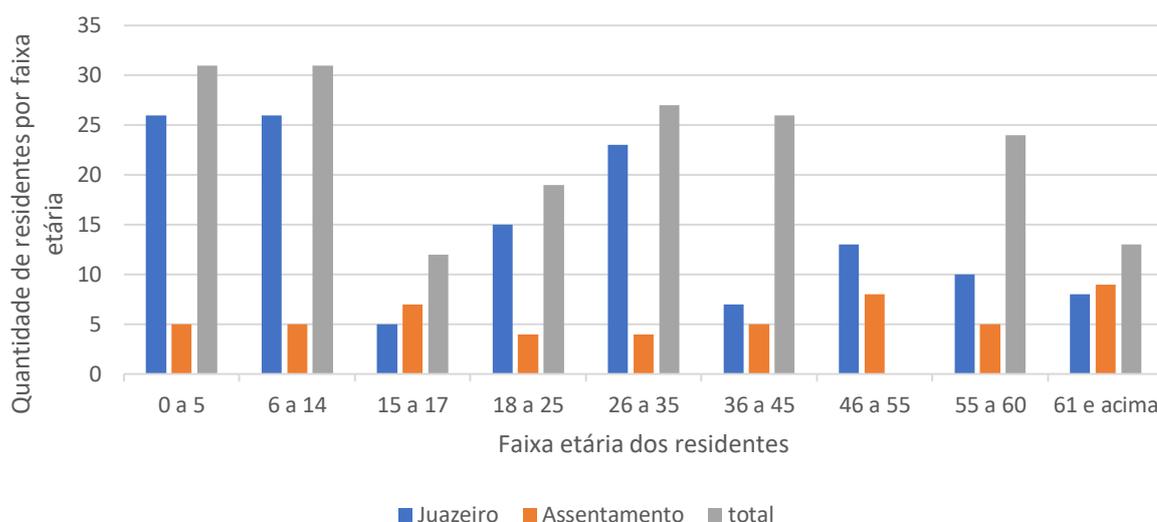
Considerando a faixa etária de todos os sujeitos do núcleo familiar nas residências envolvidas na amostragem, verificou-se que a maioria (31%) está na faixa etária entre 0 a 14 anos, na sequência, entre 26 a 45 anos (26%). E em menor percentual, entre 15 aos 17 anos e a partir dos 61 anos de idade, apresentando 6% em cada, como mostra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Faixa etária de todos moradores pesquisados – Povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova – Vitória da Conquista - BA - 2019<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Entrevista concedida por moradora H, 52 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova - Vitória da Conquista - BA.

<sup>45</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

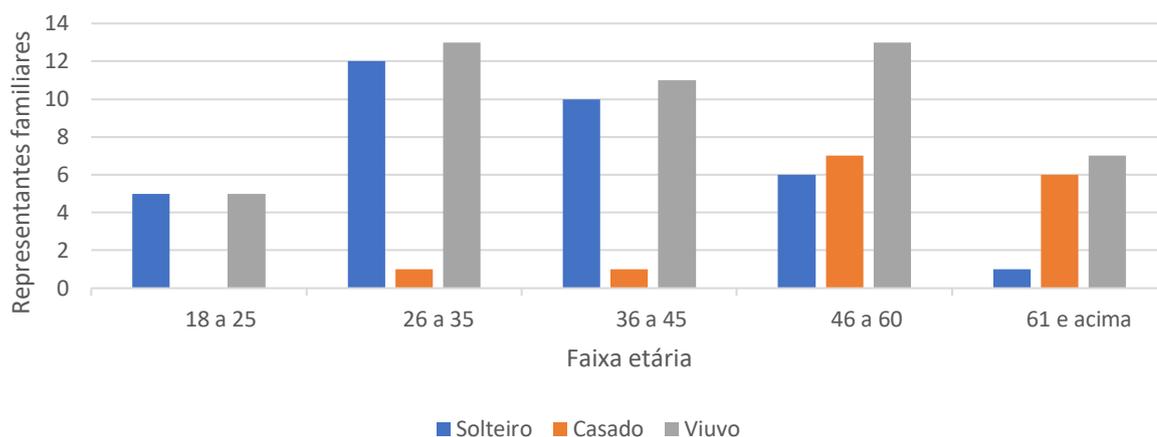
Analisando pela localidade da residência, observa-se que a maioria dos moradores pesquisados no assentamento Lagoa Nova, tem mais moradores na faixa etária acima de 61 anos de idade (15%). Esse quadro é reflexo da dificuldade da população mais jovem em fixar-se nesse espaço, por diversos motivos, sendo eles, educação, lazer e, principalmente, ausência de emprego, como afirma membro da liderança do referido assentamento:

[...] sobretudo pela ausência de trabalho e a baixa perspectiva de produção e desenvolvimento econômico e pessoal, o assentamento não atrai muito a população mais jovem. Os que são atraídos, que veem no MST a oportunidade e alternativa de ter a sua terra e a sua casa, até tentam, mas nem sempre conseguem se manter só disso, aí vão pra fora trabalhar, tem muitas casas vazias aqui, ou só com as mulheres e filhos, mas não estão abandonadas, os moradores estão lá fora, caçando jeito de ganhar a vida e poderem investir em suas terras [...] (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>46</sup>

Considerando a idade dos representantes familiares entrevistados em cada residência, a maior porcentagem no povoado Lagoa de Juazeiro foi entre 26 a 45 anos (35%), já no assentamento Lagoa Nova, a partir dos 46 anos (86%), como apresenta o gráfico 10.

Gráfico 10 – Faixa etária/estado civil dos representantes familiares entrevistados em cada residência – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019

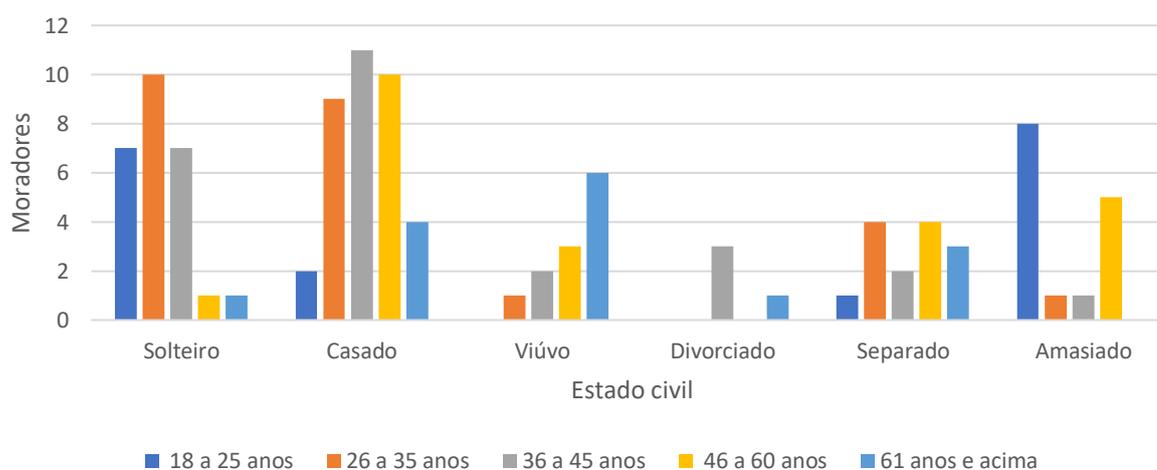
<sup>46</sup> Entrevista concedida por representante da liderança do Assentamento Lagoa Nova. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

A respeito do estado civil, considerando todos os sujeitos pesquisados (povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova) a partir dos 18 anos de idade, observa-se no gráfico 11 que, a maioria dos sujeitos são casados (40%), seja na igreja e/ou no civil. Além dos casamentos reconhecidos juridicamente, há no povoado, famílias que se classificam como “amasiados”, que são pessoas que vivem juntas, como casal, porém, não são casados oficialmente, essa categoria aparece em maior proporção entre a população jovem, de 18 a 25 anos (53%).

Gráfico 11 – Estado civil dos residentes por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro<sup>47</sup> - Vitória da Conquista – BA, 2019

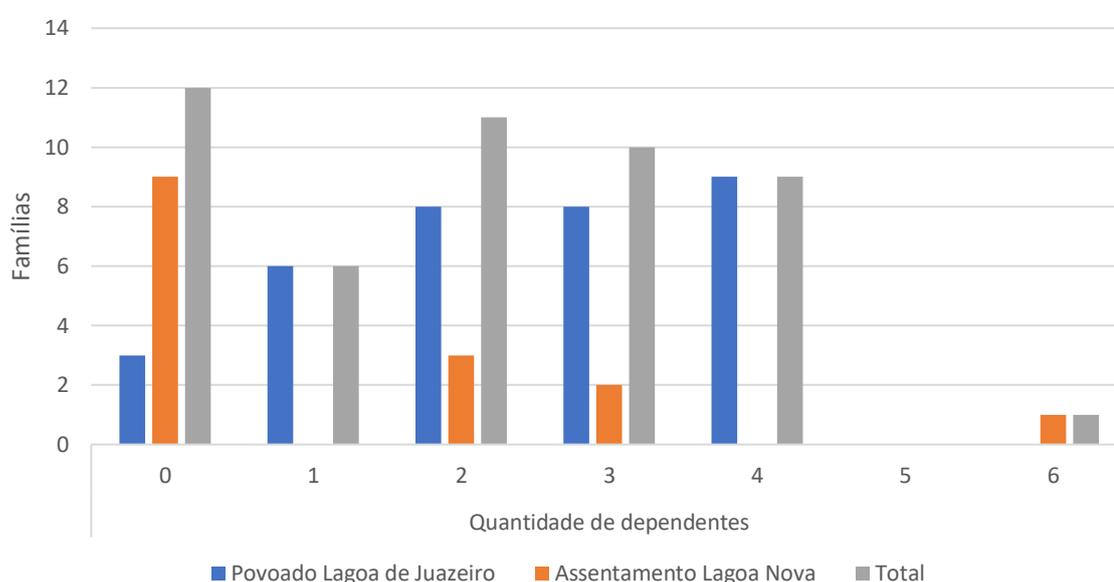


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

<sup>47</sup> Baseado nas informações prestadas pelo membro da família pesquisada.

Quanto ao número de dependentes, sejam crianças ou qualquer outro sujeito que esteja sob a dependência financeira do chefe da família, o gráfico 12 mostra que no assentamento Lagoa Nova, uma grande porcentagem das famílias pesquisadas não possuem dependentes (60%), já no povoado Lagoa de Juazeiro, foi observado que a maioria das famílias pesquisadas possuem até 4 dependentes - 26% das famílias pesquisadas têm 4 dependentes, 24%, 3 dependentes, e 23%, 2 dependentes.

Gráfico 12 – Número de dependentes por família – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA, 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Quanto ao tempo de residência na comunidade, 62% das famílias pesquisadas vivem no povoado há mais de 20 anos, 30% vivem de 11 a 20 anos, e apenas 2% vivem no povoado de 2 a 5 anos. Não houve famílias pesquisadas que vivem no povoado há menos de 2 anos.

#### 4.3.3 Evasão dos moradores do assentamento Lagoa Nova

O povoado Lagoa de Juazeiro, levando em consideração o assentamento Lagoa Nova como extensão, conforme o Atlas Geográfico de Vitória da Conquista (2015), possui 166 domicílios distribuídos da seguinte forma: 120 no povoado Lagoa de Juazeiro e 46 no Assentamento de Reforma Agrária Lagoa Nova. Do total de domicílios (povoado + assentamento), 11% estão vazias, destes, 4% no povoado e 26% no assentamento. Em entrevista semiestruturada com os moradores vizinhos às residências vazias, sobre as motivações e os

destinos de migração dos ex-vizinhos, constatou-se que, de forma geral, foram embora porque arrumaram emprego em outros lugares, como relatou a moradora I:

[...] aqui o pessoal foi embora pra trabalhar, né? Ganhar a vida lá fora, pois não tá fácil pra ninguém. Um vai, “arruma a casa” (no sentido de estabilizar), aí quando tem outra vaga, já indica outro daqui, e o povo vai indo. [...] se pudesse escolher, ninguém saía, não, é uma tristeza quando vai, mas fazer o quê, né? Tem que trabalhar, aqui ninguém nasceu rico, ninguém é fazendeiro, é tudo pião, tudo de baixo (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>48</sup>

No assentamento Lagoa Nova, os moradores relataram que as casas encontradas vazias, mesmo não sendo o endereço fixo dos proprietários, eles sempre estão por lá, sobretudo nos finais de semana. Os mesmos moram na cidade, principalmente por motivos de trabalho comparecendo no assentamento aos finais de semana e, eventualmente, quando convocados durante a semana. Em entrevista semiestruturada com um morador que possui uma residência na agrovila do Lagoa Nova, mas que não reside diariamente lá, foi esclarecido:

A gente precisa trabalhar. Nem todo mundo tem condição de morar aqui, de onde vai tirar o dinheiro para pagar os boletos do início do mês? Quem vai pagar a luz e a cesta básica? Quem vai me dar emprego pra eu poder morar aqui com a minha família? Ninguém. Então eu tenho que correr atrás, não posso sair do serviço pra morar aqui, seria um luxo. Pobre não tem direito ao luxo, pobre tem que trabalhar pra viver, ou morre todo mundo de fome. (...) A terra aqui é boa, gosto daqui. Um dia, se Deus quiser, eu e minha família vem morar aqui de vez, mas hoje não é possível (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>49</sup>

Esse quadro é muito comum nos assentamentos de reforma agrária do Brasil e, além de ser motivo de crítica por parte dos opositores do programa de reforma agrária, implica na desmoralização das políticas públicas de desconcentração fundiária. Segundo dados do último levantamento divulgado pelo INCRA (2018), no Estado da Bahia, mais de 200 casas localizadas em 23 assentamentos rurais estão vazias, assentados alegam falta de apoio e crédito. Para evitarem a expulsão do programa, os assentamentos irregulares são notificados e os beneficiários devem justificar a ausência no local. As ações de notificações ocorrem pelo menos três vezes ao ano. Os assentamentos de Vitória da Conquista não foram notificados no último edital, conforme o edital nº 76/2019 do INCRA.

<sup>48</sup> Entrevista concedida por moradora I, 32 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA

<sup>49</sup> Entrevista concedida por morador J, 48 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA

Muitas vezes a rotatividade nos assentamentos está ligada à ausência de infraestrutura que inviabiliza a permanência das famílias, como aponta Vera *et al* (2002). Dessa forma, além de uma infraestrutura que proporcione qualidade de vida às famílias, para os lotes não serem abandonados e passados pra frente, é necessário criar condições para o assentado permanecer na terra, criar incentivos e ter políticas públicas.

Para Alentejano (2001) e Zinga & Pedlowski (2003), um elemento importante que tem contribuído para a permanência dos assentados em seus lotes é a pluriatividade, que se caracteriza pela combinação da prática da atividade agrícola com atividades não agrícolas, seja assalariamento urbano, artesanal, atividades terciárias, prestação de serviços, etc., como forma de complementar a renda, todavia, como aponta Del Grossi e Graziano da Silva (2002), as atividades não agrícolas têm a possibilidade de maior retorno econômico que as atividades agrícolas, assim, à medida que essas atividades apresentam uma maior participação na composição da renda familiar, há um maior deslocamento de mão de obra para as atividades não agrícolas em detrimento às atividades agrícolas, dessa forma, as atividades agrícolas passam a ocupar, cada vez menos, o tempo das famílias, isto posto, ocorre uma redução na renda agrícola.

## **5 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E A MOBILIDADE DO TRABALHADOR NO POVOADO LAGOA DE JUAZEIRO – VCA - BA**

Nesta seção foi realizado estudo sobre o perfil socioeconômico dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro, levando em consideração a renda, escolaridade, o acesso aos serviços, as condições de moradia, e o potencial de consumo e de produção das famílias pesquisadas, também, foi feito um estudo do conceito de pobreza, relacionando-o com migração. Por fim, uma análise da mobilidade dos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro.

### **5.1 A pobreza como um fator influente no processo da migração**

A pobreza é uma condição social e econômica caracterizada pela ausência marcada na satisfação das necessidades básicas. A conceituação de pobreza é algo complexo, pode ser estudado apenas pela perspectiva econômica ou inserindo aspectos não-econômicos. Há diversos fatores que contribuem para a existência desse fenômeno, a distribuição desigual dos recursos econômicos - tais como, infraestrutura, emprego, renda, saúde, educação, moradia, transporte, recursos sociais, dentre outros – representam que nem todas as pessoas têm as mesmas possibilidades e oportunidades, além disso, a combinação desses fatores elevam o risco de pobreza.

Conforme Crespo & Gurovitz (2002) a conceituação de pobreza pode ser realizada levando em consideração algum “juízo de valor” seja em termos relativos ou absolutos.

A conceituação de pobreza é categorizada como “juízo de valor” quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Não leva em conta uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos. Desse modo, tal enfoque não esconde sua fragilidade, embora seja bastante óbvio que mesmo uma conceituação objetiva da pobreza não se furta à presença de algum juízo de valor (CRESPO & GUROVITZ, 2002, p. 3).

Na abordagem relativa, a pobreza ocorre quando as pessoas não desfrutam de um certo nível mínimo de padrão de vida estipulado por um governo, variando de país para país. É quando as pessoas possuem os recursos financeiros para sobreviver, mas não o suficiente para viver de forma digna, conforme o padrão de vida de uma determinada comunidade. A pobreza relativa está associada diretamente com a desigualdade na distribuição de renda “é explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na

camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas” (CRESPO & GUROVITZ, 2002, p. 3-4).

Na abordagem absoluta, a pobreza é sinônimo de privação e ocorre quando as pessoas não conseguem atingir o padrão de vida mínimo, ou seja, se encontram abaixo desse nível, seja no aspecto nutricional, de vestuário, de moradia, etc. De acordo Crespo & Gurovitz (2002) os limites de pobreza são calculados a partir da renda necessária para custear os padrões de vida e pode ser realizado por diferentes aspectos: biológicos, das necessidades básicas e dos salários mínimos.

A perspectiva biológica define a linha de pobreza por meio das condições nutricionais, ocorre quando as pessoas não conseguem atingir, em termos de calorias ou nutrição, um nível mínimo de saúde física. Na perspectiva das necessidades básicas, compreende-se necessidades como moradia, alimentação, saneamento, água potável, educação, saúde, transporte público, dentre outros. Na óptica dos salários mínimos, parte da ideia de que existe um salário mínimo para o nível de vida mínimo.

Narayan (2000), ex-consultora sênior do Grupo de Redução da Pobreza do Banco Mundial descreve a pobreza como fome, falta de abrigo, de assistência médica, não poder frequentar a escola, não saber ler, não falar corretamente, é desemprego, é mortalidade infantil, é sobreviver um dia de cada vez, é impotência, falta de representatividade e liberdade.

Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a pobreza é medida pelo consumo alimentar ou dados antropométricos de uma família - uma pessoa pobre é aquela que não tem dinheiro para garantir uma refeição que forneça 1750 calorias por dia. Já a Organização das Nações Unidas (ONU), esta relaciona a pobreza com indicadores de renda - uma pessoa pobre é que tem uma renda equivalente a US\$ 1,25 por dia ou cerca de dois reais. Em relação ao Brasil, o Projeto Alvorada (2002), relaciona a pobreza do país, a má distribuição de renda e a baixa eficiência dos gastos públicos.

Para Araújo (2003), pobreza é muito mais do que simplesmente não ter dinheiro suficiente para atender as necessidades básicas, é não ter instrução, acesso à terra, a longevidade, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito, voz ativa nas instituições, acesso as oportunidades, etc. No ponto de vista de Demo (2000), a pobreza é consequência do capitalismo e está relacionado ao baixo conhecimento de seus mecanismos por parte dos sujeitos envolvidos. Para o autor, o enfrentamento da pobreza só é possível por meio da educação emancipatória

Conforme Maria (2019) independente da abordagem utilizada, está cada vez mais frequente o estudo da pobreza a partir de técnicas de mapeamento, dando uma maior atenção para a compreensão das relações entre pobreza e migração, visto que, a migração, assim como

a pobreza, se concretizam no espaço e passam por transformações ao longo do tempo, a partir dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais.

Em entrevista ao Instituto Humanistas Unisinos (IHU), a professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos, Cogo (2013), expõe que, em escala global, os movimentos migratórios estão relacionados, entre outros fatores, às questões econômicas. Na mesma perspectiva, Ghizzo & Rocha (2008) e Bagno *et al* (2008) também apontam as questões econômicas como um dos principais fatores da migração. “[...] de um modo geral, a migração é motivada por fatores sócio-econômicos. A carência de recursos, de trabalho, de alimento e de condições de vida propicia a motivação para buscar, em outras terras, aquilo que a terra natal não supre” (BAGNO *et al*, 2008, p. 1).

Maria (2019), ao fazer a relação da pobreza e migração, embora defenda a pobreza como um dos principais fatores da migração, deixa claro que na dinâmica migratória, não só os pobres migram, “além de que nem todo pobre de um município lá nasceu e/ou só lá viveu - isto é, há, tanto entre os pobres como entre os não-pobres, naturais e migrantes, já que pode lançar mão do ato migratório como estratégia de sobrevivência” (MARIA, 2019, p. 1), em contrapartida, por razões econômicas, políticas e sociais de segregação e/ou exclusão, é possível também que os pobres não adotem a migração como estratégia de sobrevivência.

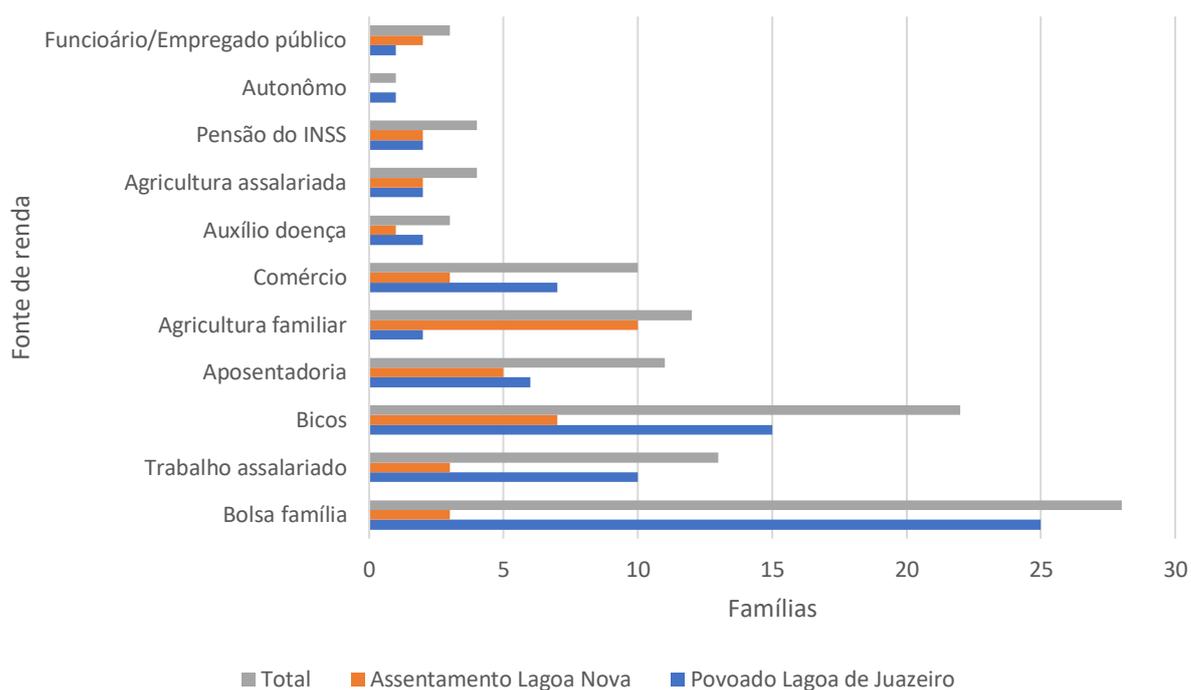
Ao compreender a complexidade da pobreza, os diferentes conceitos e abordagens, torna-se possível criar políticas públicas que visem sanar de forma eficaz, os problemas.

## **5.2 Fontes de renda e relações de trabalho dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA**

Por tratar-se de diferentes modalidades rurais, com diferentes intervenções de políticas públicas, em alguns pontos, as análises referentes ao assentamento Lagoa Nova e o povoado Lagoa de Juazeiro ocorrerão de formas isoladas.

Em relação a principal fonte de renda das famílias entrevistadas, no que diz respeito ao povoado Lagoa de Juazeiro, provém de programas assistencialistas do governo, com destaque ao Programa Bolsa Família, como indica o gráfico 13.

Gráfico 13 - Principais fontes de renda das famílias entrevistadas – Povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova –Vitória da Conquista - BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

O Programa Bolsa Família é uma política pública de caráter social do Governo Federal. A partir de 1988, inicia-se a prática de programas sociais no Brasil, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), posteriormente foram criados outros programas, como o Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, que, durante o período em que a presidência da República era ocupada pelo Sr. Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram unificados, transformando em Bolsa Família. Neste contexto, para a integração das políticas públicas de assistência social, educação infantil, transferência de renda, dentre outros, no ano de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDF).

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado com o objetivo de combater a fome, a pobreza e outros tipos de privações das famílias, teoricamente, é uma renda complementar, todavia, não é o que acontece no povoado Lagoa de Juazeiro, para a maioria das famílias pesquisadas, o Programa Bolsa Família aparece como única fonte de renda, dessa forma, por mais relevante que seja, e não diminuindo a sua importância para a redução das carências sociais e o acesso ao exercício da cidadania, o PBF por si só, não consegue tirar essa população da margem da linha de pobreza, tendo em vista que, as famílias beneficiadas pelo programa, recebem em torno de 85 a 305 reais/mês.

Na sequência, os moradores do povoado Lagoa de Juazeiro indicaram como principal fonte de renda, os bicos, que são trabalhos temporários, instáveis e ocasionais, caracterizado como pequenos serviços realizados para melhorar a renda ou até mesmo, praticados como única fonte de renda. Os trabalhadores dessa categoria se adaptam aos mais variados serviços que, eventualmente, vão surgindo. Dentre as funções que surgem com mais frequência, são os “trabalhos de roça”<sup>50</sup>, como caracterizam os moradores, como pegar água, lenha, varrer terreiro, limpar roça, plantar, etc.

Os bicos, empregos temporários, *freelancers*, para muitos estudiosos, é a nova cara do mercado de trabalho, além disso, uma abertura para a precarização do trabalho devido a instabilidade e flexibilização das leis trabalhistas. Em relação ao povoado Lagoa de Juazeiro, as atividades informais exercidas pelos moradores, por serem pequenos serviços que acabam em poucas horas, como uma lavagem de roupa, limpeza de terreno, etc., são pouco rentáveis. Fora esses pequenos serviços apresentados como “bicos”, o trabalho sazonal também se destacou nessa categoria, são trabalhos de temporada, estação, como colheita, plantio, limpeza de roça... atividades que não são praticadas durante todo o ano, na região.

O povoado não oferece muitas oportunidades de trabalho estável para os moradores, o que tem estimulado a migração em busca de oportunidade de emprego e renda em outras localidades. Das poucas oportunidades de trabalho estável ofertadas no local, estão voltadas para os serviços públicos, como: professor, merendeira, auxiliar de professor, auxiliar de transporte (que acompanham os alunos da creche no transporte escolar) e agente de saúde. Porém, para preencher as vagas, é necessário passar por uma seleção pública, dificultando o acesso dos moradores no preenchimento das vagas, geralmente, para cargo de merendeira, professor e auxiliares, são preenchidas por profissionais de fora, quase sempre, da sede do município. Atualmente, as duas vagas de agentes de saúde do povoado, são ocupadas por moradores, que atendem tanto ao povoado Lagoa de Juazeiro, quanto ao assentamento Lagoa Nova.

No assentamento Lagoa Nova tem uma assentada formada em pedagogia que, em outro momento, lecionou para os alunos da comunidade, porém, ao vencer o contrato, foi substituída por uma professora da sede do município. Questionada sobre como acontece o processo seletivo para lecionar na região, a professora esclarece:

É um processo seletivo igual a qualquer outro. Surge a vaga, a gente se inscreve. Quem tem mais anos de trabalho registrado, títulos, boa colocação

---

<sup>50</sup> Atividades relacionadas a agricultura, como capinagem, plantio, carregamento de lenha, água, etc.

na prova... fica com a vaga. O fato de eu morar aqui não me beneficia. Deveria ser um ponto positivo, pois esse é meu espaço, é minha gente, eu conheço os problemas daqui, conheço as famílias e seria mais uma oportunidade de emprego para os moradores daqui. Mas não levam isso em consideração, é a nota, os títulos... tudo baseado em números, não significa que seja ruim, não estou dizendo isso (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>51</sup>

Conforme exposto no gráfico 13, uma outra atividade que se destaca e gera renda no povoado Lagoa de Juazeiro, são os comércios, representado pelas pequenas mercearias e bares, chamadas de “vendas” pelos moradores. No total, possuem 12 estabelecimentos comerciais na área estudada, 10 no povoado Lagoa de Juazeiro e 2 no assentamento Lagoa Nova. Há estabelecimentos que vendem desde produtos de mercearias a produtos da construção civil, como blocos, cimentos, ripas, tintas e outros. A foto 8 é de uma loja de materiais de construção que foi construída em extensão à uma mercearia.

Foto 8 - Loja de material de construção no povoado Lagoa de Juazeiro



Fonte: Pesquisa de campo. Foto: SANTOS, Macsuelle. Fevereiro/2019.

Estes estabelecimentos, além de gerar renda para as famílias comerciantes, são destacados como áreas de lazer pelos moradores. Aos finais de semana essas “vendas” ficam cheias de moradores de todas faixas etárias, desde crianças a idosos. É o espaço utilizado por eles para encontrar os amigos, bater papo e distraírem-se de diferentes formas.

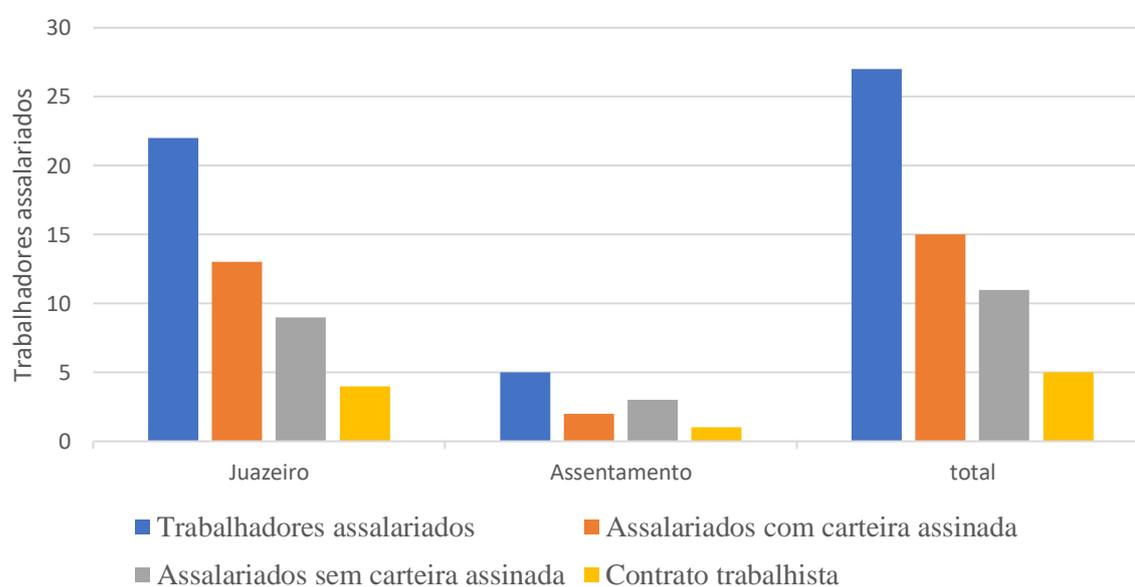
---

<sup>51</sup> Entrevista concedida por representante da liderança do Assentamento Lagoa Nova. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Realizada por meio de gravação de áudio, utilizando o aparelho celular da entrevistadora.

O gráfico 13 mostra que as atividades agrícolas como produtoras de renda, são pouco expressivas no povoado Lagoa de Juazeiro, destacando-se mais no assentamento Lagoa Nova, por tratar-se de uma área de Reforma Agrária com políticas públicas específicas e incentivos voltados para a prática da agricultura familiar, além disso, os assentamentos possuem obrigações a serem cumpridas conforme o seu plano de desenvolvimento. No assentamento Lagoa Nova, em relação ao povoado Lagoa de Juazeiro, a dependência dos programas sociais, como o Bolsa Família, aparece de forma pouco expressivo, como revela o gráfico 13. Essa ocorrência pode ser reflexo do fato de residir de forma fixa no assentamento, majoritariamente, pessoas idosas.

Quanto ao trabalho assalariado vivenciado pelos moradores do povoado e assentamento estudado, nem sempre é com registro em carteira, como mostra o gráfico 14. 48% dos trabalhadores assalariados de Lagoa de Juazeiro e Lagoa Nova estão sem registro na carteira de trabalho, para estes, a informalidade é a alternativa encontrada para garantir a manutenção da vida.

Gráfico 14 – Trabalhadores assalariados – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

No processo da coleta dos dados, que aconteceu também por meio de conversas informais junto as famílias entrevistadas, foi revelado condições degradantes de trabalho que,

caracterizam o trabalho análogo ao de escravo<sup>52</sup>, com irregularidades na documentação, jornada exaustiva, sem descanso semanal, nem mesmo aos domingos e feriados.

Durante a pesquisa de campo, diversas histórias referentes as condições trabalhistas foram sendo expostas pelos familiares e trabalhadores pesquisados, dentre elas, a de um casal com filhos que trabalha em um sítio como caseiros em “troca” de moradia, cesta básica e um salário simbólico de 180 reais/mês. Também teve as histórias das pessoas que trabalham nas lavouras de cafés que, por muitas vezes, se viram como “reféns” do trabalho, no qual, iam para as fazendas para trabalhar na colheita, recebiam um crédito para consumir no estabelecimento comercial do dono ou gerente da fazenda, faziam suas feiras, tanto para eles que estavam nas fazendas, quanto para serem enviadas para os dependentes que ficavam no povoado. Porém, por ser uma compra a ser paga a prazo, os produtos eram vendidos com acréscimos, diante da necessidade, os trabalhadores não viam outra alternativa a não ser comprar. No final das contas, além de não receberem nada pelo período trabalhado – pois era descontado o valor devido -, eram “obrigados” a voltar para trabalhar até quitarem as dívidas, caracterizando o trabalho escravo contemporâneo. Além dessas, muitas outras histórias foram compartilhadas pelos pesquisados.

Apesar das condições de trabalho degradantes vivenciadas por esses trabalhadores, eles se mostram gratos e realizados pela oportunidade de terem um emprego, “bom ou ruim, é o que mata a nossa fome [...] nos deu uma oportunidade e aceitamos por opção, não fomos enganados” (INFORMAÇÃO VERBAL, 20119)<sup>53</sup>. Essa relação é definida por Gaudemar (1977, p. 190) de “liberdade negativa”, em que, existe uma necessidade de manutenção da vida por trás dessa “livre escolha”. Além disso, não é apenas a falta da liberdade que faz um trabalhador escravo, e sim, de dignidade.

Em entrevista realizada para a revista on-line “Nossa Ciência”, Silva (2017), professora da Universidade Federal do Maranhão, referência de grande importância para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil no campo teórico e na intervenção das realidades sociais, explica a pobreza como resultado da organização social capitalista:

---

<sup>52</sup> No Brasil é chamado trabalho análogo ao escravo e não escravidão porque, diferente do conceito histórico, o trabalhador não é uma posse do empresário. Hoje, enquadra-se em trabalho análogo ao escravo uma situação que combina diversos fatores degradantes como: lugar inadequado desobedecendo regras de saúde e segurança ocupacional, jornadas exaustivas, trabalho forçado, irregularidade de documentação trabalhista, além de servidão por dívidas, entre outros. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas apoiam o conceito utilizado no Brasil.

<sup>53</sup> Entrevista concedida por moradora I, 32 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.

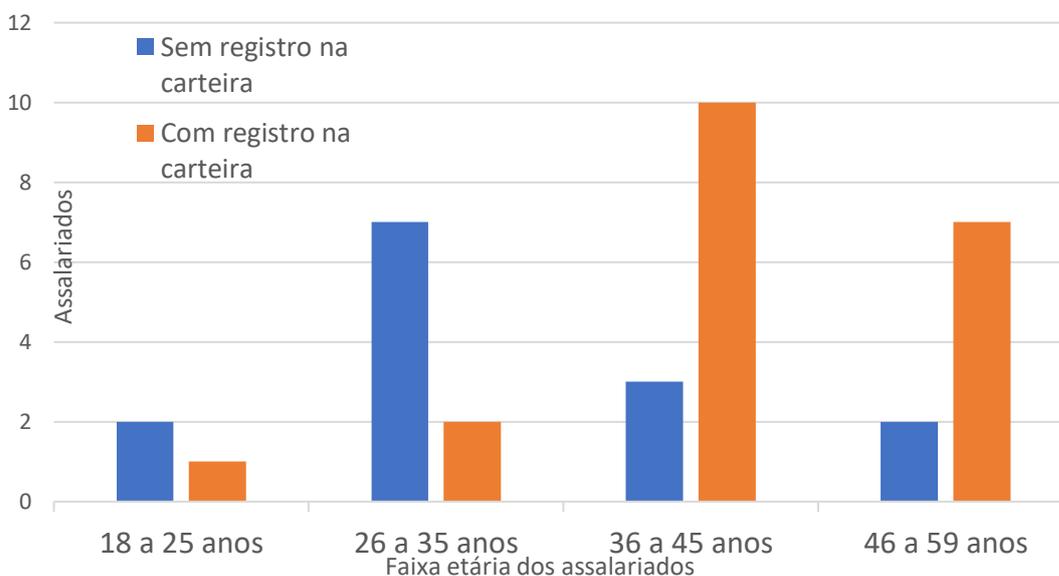
A pobreza decorre de uma determinação que é estrutural. O pobre não é pobre por opção, ele não está no trabalho informal e precário por opção, é por determinação do modo como a sociedade se organiza para distribuir as riquezas que são socialmente produzidas no sistema capitalista (SILVA, 2017, p. 1).

Dessa forma, os moradores do povoado Lagoa de Juazeiro não têm outra opção, a não ser aceitar o trabalho em condições precárias. Mesmo após muitas conquistas referentes aos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores rurais, há ainda diversos desafios, como a informalidade. O trabalho informal favorece à precarização da relação trabalhista, pois esse tipo de relação nega os direitos que o trabalhador deveria receber durante o período que esteve empregado.

Conforme estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2014), até o ano de 2013, embora tenha reduzido consideravelmente, de forma geral, a informalidade no campo ainda está entre as mais altas do mercado de trabalho. Por vez, Neri (2000) ressalta que o setor informal é o segmento que mais contribui para a pobreza brasileira. Segundo o autor, mais de 50% dos pobres brasileiros são de famílias chefiadas por sujeitos com ocupação no seguimento informal.

Analisando o trabalho assalariado por faixa etária no gráfico 15, proporcionalmente, fica evidente que os trabalhadores mais jovens são os mais vulneráveis aos trabalhos informais e, conseqüentemente, às precarizações trabalhistas.

Gráfico 15 – Assalariados por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019.

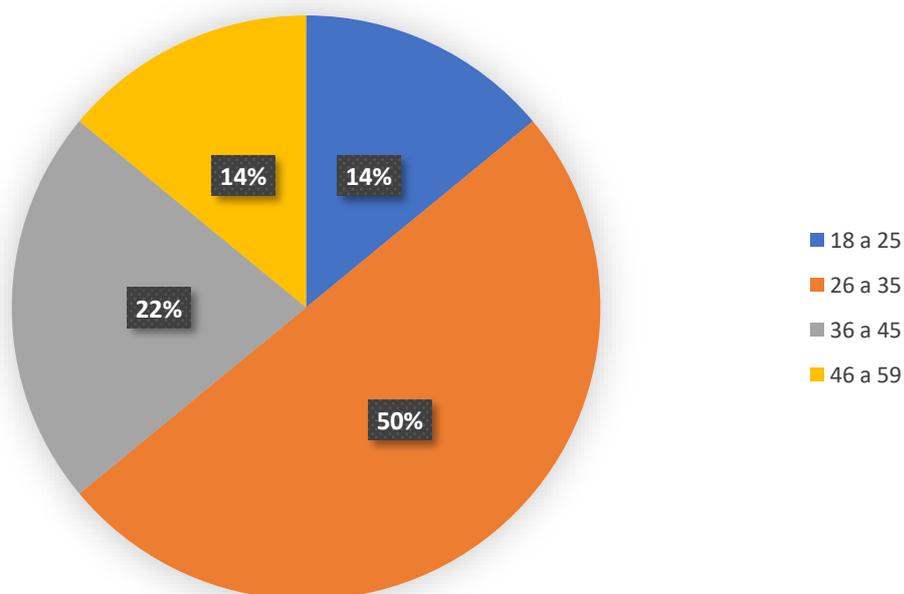


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Essa análise pode ser melhor compreendida por meio do gráfico 16. Os dados indicam que 64% dos trabalhadores assalariados que se encontram na informalidade, são jovens com idade entre 18 a 35 anos. Este fato pode ser reflexo das dificuldades da busca do primeiro emprego, em que, muitas vezes, é exigido experiência para ocupar as vagas disponíveis. A contradição é que para que esse público jovem em busca do primeiro emprego obtenha experiência, é necessário oportunidade.

Diante das dificuldades do primeiro emprego, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2015), os jovens tornam-se mais propensos a aceitar empregos sem carteira de trabalho assinada e até mesmo inserir-se em atividades com baixo índice de formalização.

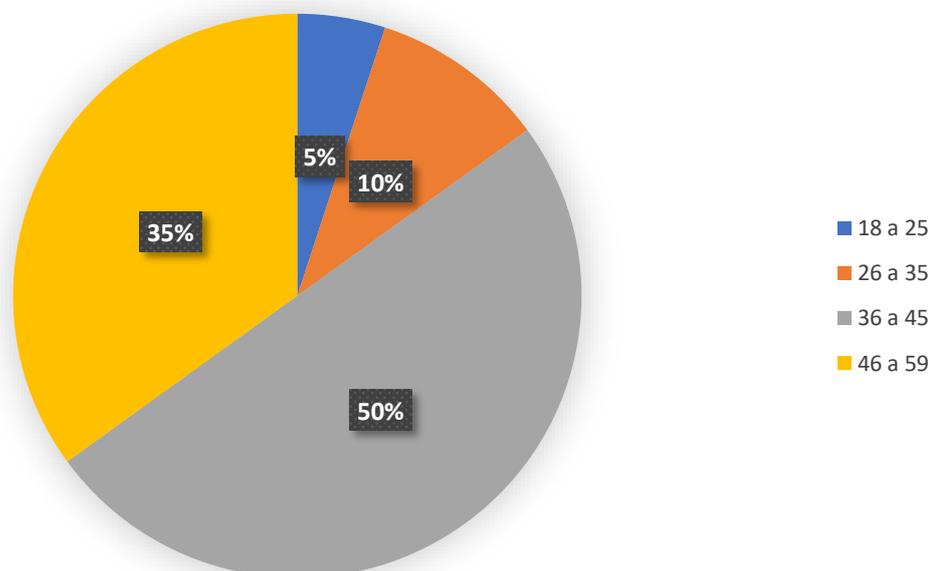
Gráfico 16 - Assalariados sem registro na carteira por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

O trabalho formal, seja ele caracterizado pelo registro em carteira ou contrato de trabalho, no povoado Lagoa de Juazeiro, beneficia mais os trabalhadores com faixa etária entre 36 a 45 anos, seguido da faixa etária entre 46 a 59 anos, como exibe o gráfico 17.

Gráfico 17 - Assalariados com registro na carteira por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA - 2019.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Dentre os trabalhadores assalariados entrevistados, além dos trabalhadores informais e os com registro na carteira, possui no povoado os empregados que trabalham por meio de um contrato, estes representam 8% dos trabalhadores assalariados pesquisados. Os empregados que vivem sob esse modelo de relação trabalhista alegam receber um valor mensal inferior ao salário mínimo vigente no país, há casos relatados de até R\$450,00 mensais. Para estes, o contrato não lhes favorece em nada, na prática eles se consideram trabalhadores tão informais quanto os trabalhadores informais propriamente ditos, visto que, o contrato assinado não lhes assegura nenhum benefício trabalhista, como férias remunerada, 13º salário, hora extra, seguro desemprego, dentre outros.

Conforme a Medida Provisória do Planalto do Governo Federal (MP) 410/2007, que permite a contratação de trabalhador rural sem registro em carteira por meio do contrato de trabalho, este só é possível para trabalhos temporários, ou seja, em trabalhos por tempo determinado, não podendo ultrapassar 2 meses, passando deste prazo, torna-se obrigatório o registro na carteira. Todavia, os trabalhadores do povoado em regime de contrato trabalhista afirmaram terem meses e até anos de trabalho nessa condição.

O contrato serve de comprovação nos órgãos de fiscalização trabalhista. Porém, conforme o juiz do trabalho e integrante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Zéu

Palmeira, em entrevista para a Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, manifesta que a MP 410/2007 que altera a Lei 5.889/73 que regulamenta o trabalho rural no Brasil, que deveria contribuir para combater o trabalho em condições precárias, incentiva a sonegação de direitos, podendo agravar ainda mais a precarização das relações trabalhistas no campo, visto que, tal medida permite a contratação de trabalhador rural por tempo determinado sem registro em carteira. Além disso, o referido juiz afirma que a medida dificulta a tarefa dos fiscais do trabalho, pois:

[...] o fiscal vai encontrar o trabalhador geralmente em uma situação ambígua. O trabalhador está sem carteira e no momento da fiscalização o empregador pode providenciar uma espécie desse contrato por escrito e dizer que é um contrato de trabalho rural por pequeno prazo, e de fato ele vai ter respaldo na lei. Já a carteira é uma exigência para admissão. Ninguém pode começar a executar uma atividade sem que tenha apresentado a carteira de trabalho ao empregador (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>54</sup>

Para gerar mais oportunidades de empregos no campo é necessário um maior investimento do governo na Reforma Agrária, em assistência técnica para a agricultura familiar, programas de qualificação dos trabalhadores rurais, linhas de crédito, etc.

Para contribuir com a criação de empregos a logo prazo no campo, o professor José Gilberto Souza, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), campus de Jaboticabal, defende a aplicação do Plano Diretor Municipal Rural pelos municípios, o que provocaria uma visão estratégica de desenvolvimento rural (JORNAL UNESP, 2008). Além disso, ele propõe a aplicação do controle e recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal do Estado na introdução de processos de trabalhos mais eminentes.

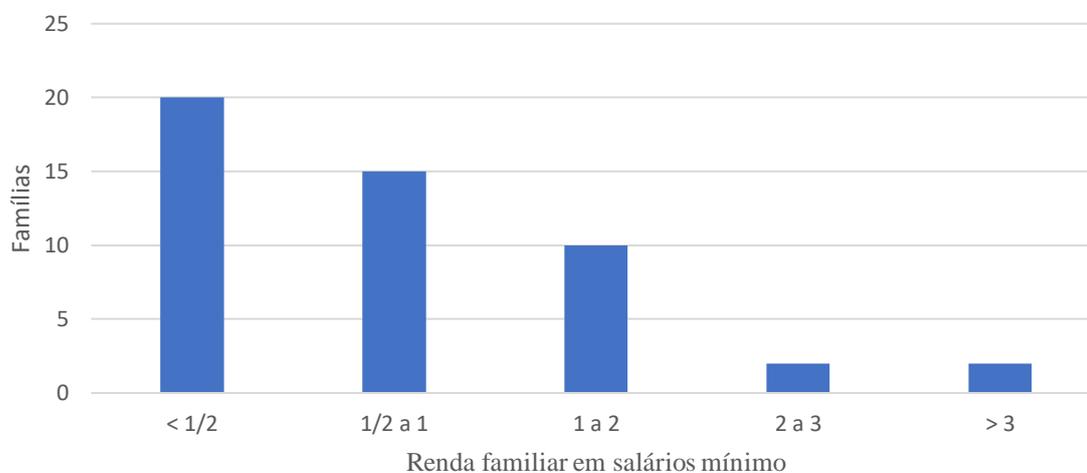
### **5.3 Renda familiar**

Em relação a renda familiar, conforme o gráfico 18, 41% das famílias entrevistadas vivem com renda familiar de até ½ salário/mês. Na sequência, 29% das famílias vivem com renda mensal até 1 salário mínimo e 2% declararam uma renda mensal superior a 5 salários mínimos/mês.

---

<sup>54</sup> Em entrevista para a Comissão Pastoral da Terra Nordeste II, por Zeu Palmeira dizer quem é essa pessoa (Juiz do trabalho e integrante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho).

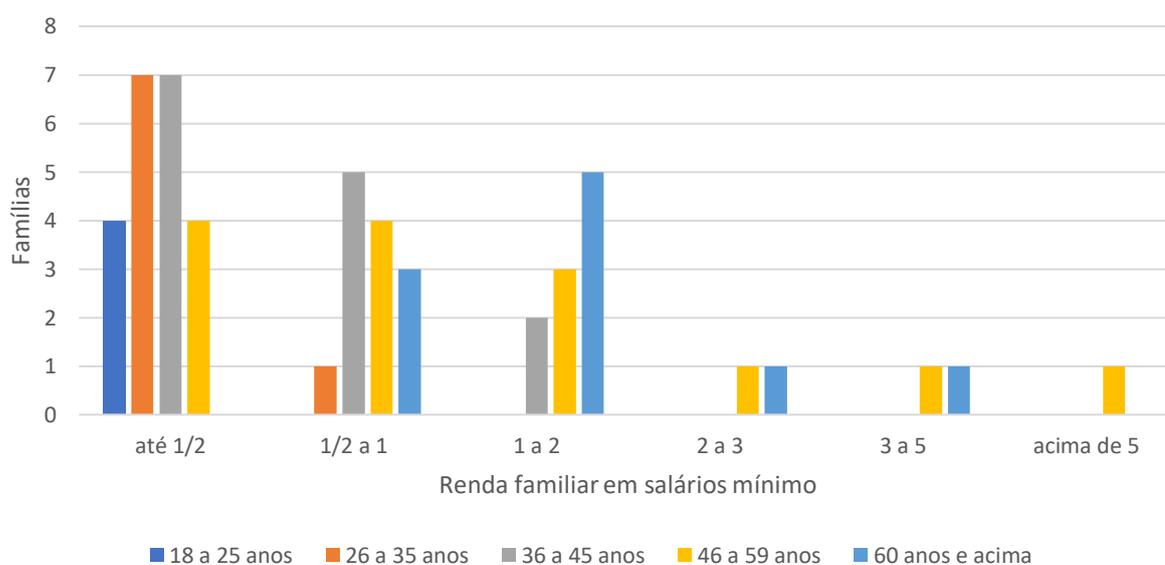
Gráfico 18 – Renda familiar/mês – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Levando em consideração a renda por faixa etária, o gráfico 19 deixa evidente que a melhor idade para se viver na região do povoado Lagoa de Juazeiro é a partir dos 60 anos de idade, por causa da aposentadoria. O gráfico mostra que as famílias que possuem residentes a partir dos 60 anos, declararam uma renda familiar entre 1 a 5 salários.

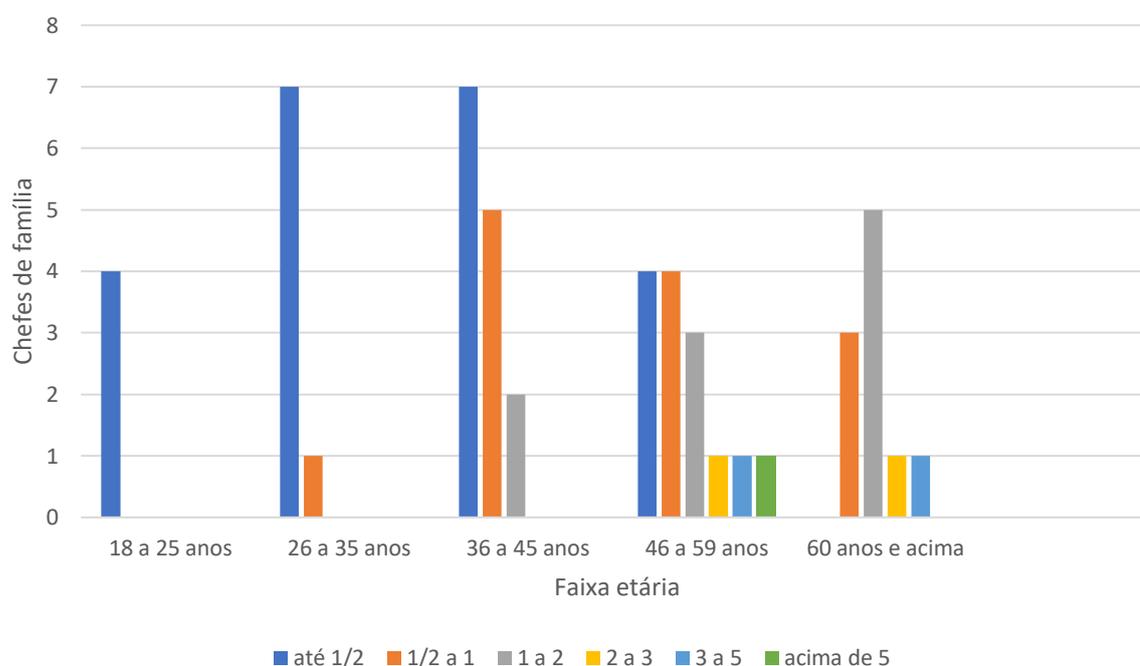
Gráfico 19 – Renda familiar por faixa etária – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Além de serem os mais vulneráveis ao trabalho informal, a renda familiar da população mais jovem é, proporcionalmente, a mais grave. O gráfico 20 mostra de forma mais clara que as famílias chefiadas por sujeitos mais jovens, vivem uma situação financeira mais crítica, visto que, entre as famílias (pesquisadas) chefiadas por pessoas entre 18 a 25 anos, não há registro de renda familiar superior a meio salário mínimo. Em relação as famílias chefiadas por sujeitos entre 26 a 35 anos, 13% declaram uma renda familiar entre 1/2 a 1 salário mínimo e 87% informaram receber por mês, até meio salário.

Gráfico 20 – Distribuição da renda por faixa etária - Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019

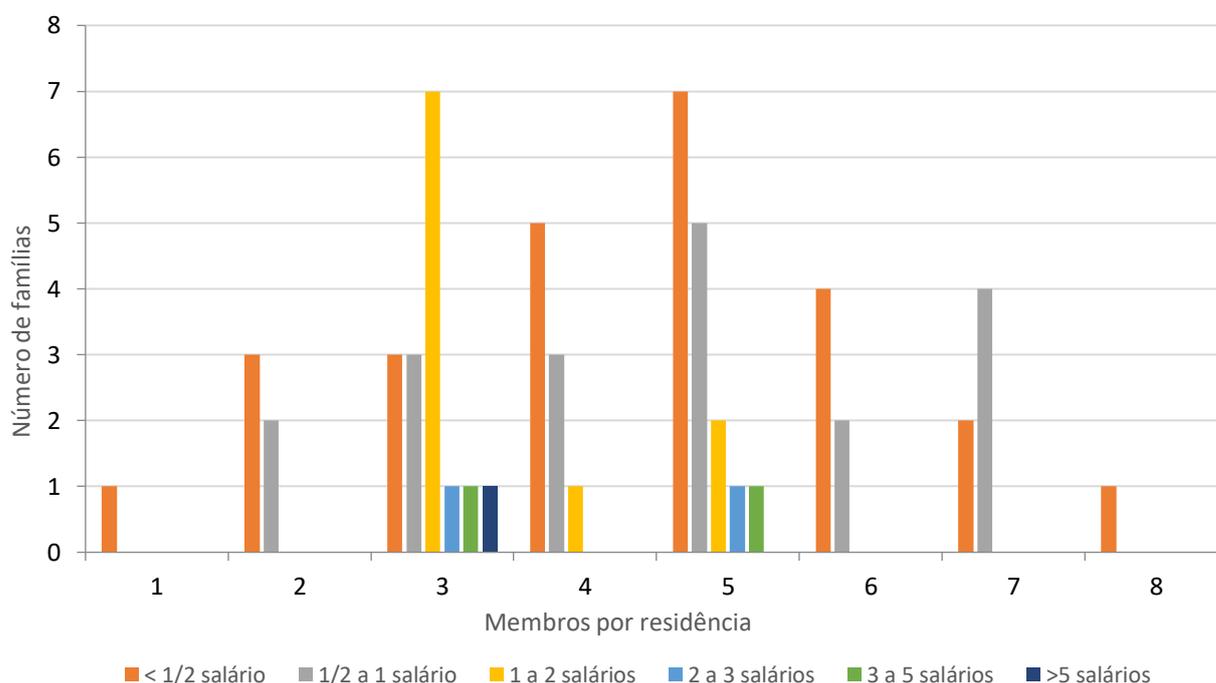


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Estudos alertam para a questão da situação de vulnerabilidade da população jovem em relação ao trabalho, por ser um grupo que apresenta as taxas mais altas de desemprego e subemprego no Brasil. É um contingente que apresenta maiores dificuldades na inserção do mercado de trabalho formal, pela exigência de comprovação de experiência e as novas exigências do mercado de trabalho - como nível de escolaridade, cursos de aperfeiçoamento, conhecimentos em informática, línguas estrangeiras, etc. - algumas das exigências não são acessíveis aos jovens de famílias pobres, até mesmo a conclusão do ensino básico é um desafio para essa comunidade, visto que, em alguns casos, jovens tiveram que abandonar os estudos em algum momento da vida, para ajudar no sustento da família.

Analisando o gráfico 21, que faz uma relação entre renda familiar em salários mínimos e a quantidade de habitantes por residência, os dados indicam uma renda domiciliar per capita<sup>55</sup> muito baixa, principalmente, pelo fato de os rendimentos familiares mais baixos englobarem, sobretudo, os núcleos familiares mais numerosos.

Gráfico 21 - Renda familiar (em salários-mínimos) – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA -2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Conforme a classificação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), famílias com rendimentos de até 25% do salário mínimo per capita, vivem na pobreza extrema. E aqueles que vivem com até meio salário, vivem em pobreza absoluta. A pobreza absoluta acontece quando o sujeito ou a família se encontra em um nível de rendimento mínimo muito baixo, impossibilitando adquirir bens importantes para a manutenção da vida. É caracterizado por uma carência de necessidades básicas, como alimentos, vestimentas, instalações sanitárias, água potável, residência, educação, saúde, instalações sanitárias, informação, etc. A pobreza absoluta não é determinada apenas pela renda, mas também, pelo acesso aos serviços.

<sup>55</sup> Quantidade de dinheiro destinada a cada integrante de uma família.

#### 5.4 Aspectos socioeconômicos dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro

Em relação a sustentabilidade familiar, esta foi investigada em duas perspectivas: a do consumidor e a do produtor. Essa sondagem foi baseada nos padrões de vida conquistados pela população pesquisada, e o estudo possibilitou a compreensão de como as pessoas convertem seus rendimentos em qualidade de vida.

Na ótica do consumidor, foi verificado o potencial de consumo empreendido pelas famílias, através da aquisição de bens de consumo, tais como: micro-ondas, TV, geladeira, máquina de lavar, aparelho de DVD, de som, computador, etc. Além disso, foi levado em consideração o acesso aos serviços públicos, como educação, saúde, lixo, esgoto, dentre outros, por fim, as condições de moradia: a quantidade de cômodos, de banheiros, o tipo de piso da residência, de telhado, etc.

Por mais que o consumo de bens e serviços tenha crescido de forma significativa nos últimos anos no meio rural, oferecendo meios para que a população dependa cada vez menos das cidades, essas transformações vêm ocorrendo lentamente no povoado Lagoa de Juazeiro, por mais que apresentem características referentes ao modo de vida urbano, o modo de vida rural é o que prevalece. A principal atividade econômica desenvolvida no povoado e assentamento são afazeres relacionados a agricultura, o estilo de vida, por mais que tenham traços urbanos, prevalecem o rural – casas construídas com adobe e varas, delimitações dos terrenos com cerca de arame, animais criados no fundo do quintal, fogão à lenha. Também é possível notar os traços rurais nas vestimentas, pois os moradores tem um estilo mais *country*, usam botas, cinto com fivelas grandes, lenços... além disso, a principal atividade de lazer deles, as paixões, são as cavalgadas.

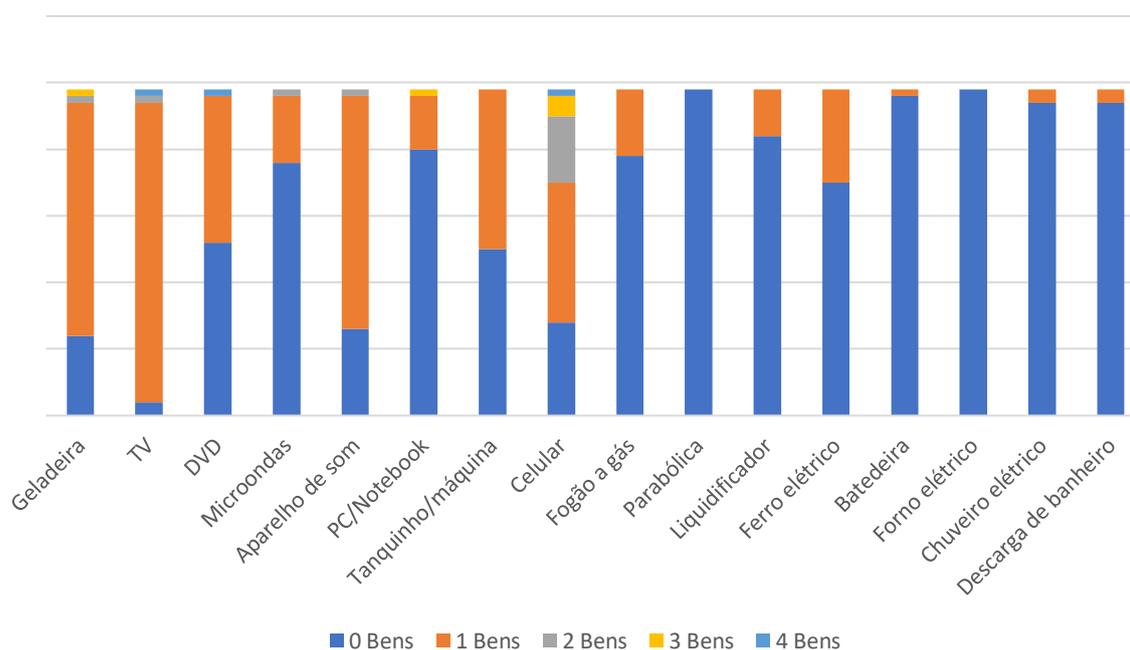
Apenas 28% das famílias entrevistadas utilizam fogão à gás, ainda assim, esse aparato culinário, nessas residências, é utilizado apenas em “ocasiões especiais”, como dizem eles, por exemplo, para preparar um café para as visitas, preparar uma refeição com mais urgência ou na madrugada. Mesmo nas residências que possuem o fogão a gás, o principal meio para o preparo das refeições, assim como os demais 72% das famílias entrevistadas, é o fogão a lenha.

Em relação a obtenção dos bens de consumo duráveis, os dados evidenciam um baixo poder de compra dos residentes. Os equipamentos prevalentes são os de informação, como TV, celular e aparelho de som. O chuveiro elétrico e a descarga de banheiro apresentaram um percentual de aquisição muito baixo. O fato de não haver água encanada no povoado, contribui para este fato, os 4% das famílias entrevistadas que possuem chuveiro elétrico e descarga sanitária e até mesmo água encanada nas residências, tiveram que comprar uma bomba de água

para transportar a água da cisterna<sup>56</sup> para as caixas de água que abastecem o banheiro e as pias das casas.

Já o micro-ondas, computador e/ou notebook, liquidificador, ferro elétrico e batedeira, também são aparelhos pouco investido por essa população. Não houve registro para forno elétrico e antena parabólica, como demonstra o gráfico 22.

Gráfico 22 – Bens de consumo duráveis nos domicílios – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Em relação aos serviços, no povoado tem uma escola municipal que atende alunos até o 5º ano do ensino fundamental I, na primeira metade da década de 2000, foi construído uma extensão dessa escola no assentamento Lagoa Nova. Ao passar para o 6º ano do ensino fundamental II, esses alunos, tanto do povoado quanto do assentamento, são transferidos para a escola municipal do distrito de Iguá – Vitória da Conquista - BA, que atende alunos até o 9º ano, posteriormente, são transferidos para a escola estadual do mesmo distrito, os alunos que precisam de transporte para deslocar-se até a escola, contam com o transporte coletivo público para o acesso.

<sup>56</sup> Construídas por intermédio de projeto custeado pelo Governo Federal.

Sobre o lixo produzido no local, não há um serviço de coleta, o mesmo é queimado ou jogado em terrenos baldios para serem soterrados posteriormente. Os atendimentos à saúde são realizados ou no distrito de Iguá ou na cidade de Vitória da Conquista.

Para a circulação dos moradores do povoado até a sede do município, os moradores contam com o transporte coletivo local. Fazem duas viagens diárias de segunda a sábado, exceto feriados, saindo do povoado às 6 da manhã e retornando ao meio dia, no segundo horário, saindo do povoado às 13h30 e retornando às 17h30, nos sábados, o retorno acontece às 16h. Estes horários facilitam a vida dos trabalhadores locais que se deslocam diariamente para trabalhar na sede do município, tema a ser discutido na sequência. A própria comunidade também oferece o acesso às compras de alimentos por meio do comércio local.

No povoado Lagoa de Juazeiro não há distribuição de água encanada e nem saneamento básico pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (EMBASA)<sup>57</sup>. Por muitos anos, os moradores abasteciam-se com a água minada em poços construídos por eles mesmos. Algumas dessas fontes, a água era salobra e compartilhada com animais, sobretudo as que abasteciam o assentamento Lagoa Nova, com exceção das escolas locais, estas eram e continuam sendo abastecidas com água potável, por meio de carros pipa.

Através do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado pelo MDS desde 2003, que tem como objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo, criado para contemplar famílias rurais de baixa renda, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, atingidas pela seca ou falta regular de água, foram construídas cisternas (Fot. 9) para a captação de água nas residências do povoado e assentamento pesquisado. Conforme depoimentos, as cisternas ajudaram a melhorar a qualidade de vida da população. Durante o período de chuva, a depender do índice pluviométrico, as famílias relataram conseguir encher totalmente a cisterna que tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água. Todavia, devido as questões climáticas, durante a maior parte do ano, essas cisternas ficavam vazias, por falta de chuva.

Foto 9 - Cisterna para captação de água da chuva – Povoado Lagoa de Juazeiro

---

<sup>57</sup>A Embasa é uma empresa brasileira concessionária de serviços de saneamento básico de quase todo o estado da Bahia e pertencente ao governo estadual, seu acionista majoritário, detendo 99,69% do capital total da companhia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Visando melhorar a condição social dos atingidos pela seca e estiagem no Brasil, o Governo Federal adotou a medida denominada como Operação Carro-Pipa. Este Programa Emergencial de Distribuição de Água, conforme decretado pela Portaria Interministerial Nº 1, de 25 de julho de 2012, é resultado da relação mútua, técnica e financeira, estabelecida pelo Ministério da Integração Nacional e o Ministério da Defesa, e agem em parceria com as prefeituras dos Estados da região do semiárido nordestino e região norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A execução da Operação Carro-Pipa é realizada por intermédio do Exército Brasileiro. Essa operação distribui água potável para a Zona Rural de Vitória da Conquista, na qual, a população do povoado Lagoa de Juazeiro se beneficia há aproximadamente 6 anos. A população se diz muito satisfeita em relação a distribuição da água que é fornecida mensalmente. Sobre a organização dessa distribuição, acontece da seguinte forma:

Aqui tem três controladores de água: eu sou uma controladora, e Erli é outro controlador e a mulher de Vaninho é outra controladora. Então, eu coloco água da venda de Báu até aqui em cima. Erli coloca até o pé da ladeira, e a mulher de Vaninho coloca na parte de baixo. Aí, tipo, tem mês que vem seis, sete pipas de água pra mim, aí, vem até nove pipas para os outros, entendeu? Aí, cada controlador recebe uma quantidade de água, eu que distribuo a minha parte aqui, nas casas que eu tenho que colocar aqui, né? Todo mês vem nessa quantidade, de cinco até nove pipas por controlador. E pra que serve o controlador? O controlador serve, [...] pra quando o pipeiro vir, a gente tem um cartão do exército, aí tem que passar na maquininha dele e precisa ter uma pessoa pra ser responsável por esse cartão e já separar e informar as casas que irão colocar água em cada vez, a gente escolhe por necessidade, quem está precisando mais em cada vinda. E ajuda o pipeiro a não ficar desorganizado,

sem saber onde colocar, em qual já colocou água no mês, a gente faz esse controle (MORADORA I)<sup>58</sup>.

No ano de 2018, por meio de uma conquista da Associação dos Moradores do Povoado Lagoa de Juazeiro junto a câmara de vereadores do município de Vitória da Conquista, foi construído um poço artesiano que, com auxílio de uma bomba, leva água encanada para as residências do povoado (Fot. 10), exceto do assentamento Lagoa Nova. A bomba é ligada e desligada diariamente. A água é um pouco salobra, mas atende as necessidades da população para os serviços domésticos, como lavar roupas, limpar casa, lavar louças, etc.

Foto 10 – Instalação de encanamento de água para abastecimento das residências – Povoado Lagoa de Juazeiro, Vitória da Conquista - BA



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Sobre as condições de moradia, foi verificado que a maioria das residências são próprias dos moradores, adquiridas seja por meio de herança, construção em terreno comprado ou

---

<sup>58</sup> Entrevista concedida por moradora I, 32 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.

herdado, comprada na mão de terceiros ou familiares. Há também, em pequena proporção, famílias que vivem em moradias provisórias, ou seja, que não possuem casa própria, não pagam aluguel, e vivem de favor em uma casa cedida por familiares e/ou terceiros, de forma temporária.

O fato de a maioria das casas serem construções antigas, construídas nas décadas de 1960, 1970, 1980, boa parte das construções do povoado Lagoa de Juazeiro são construídas de abobe ou tijolos. A fabricação de abobe e tijolos era uma prática antiga dos moradores e perdurou até o início dos anos 2000. As casas mais recentes, a maioria são construídas de blocos de cerâmica. As casas do assentamento Lagoa Nova seguem um padrão de construção, é o mesmo modelo para todas as casas e todas foram construídas com blocos de cerâmica. A maioria das casas, tanto do assentamento quanto do povoado, tem como demarcação dos limites de seus terrenos, cercas de arame com arbustos de quiabento<sup>59</sup> ou de varas e em poucas quantidades, encontram-se casas muradas, sobretudo nas residências construídas nos últimos anos (ver Fot. 11).

Foto 11 – Residências do povoado Lagoa de Juazeiro, Vitória da Conquista - BA



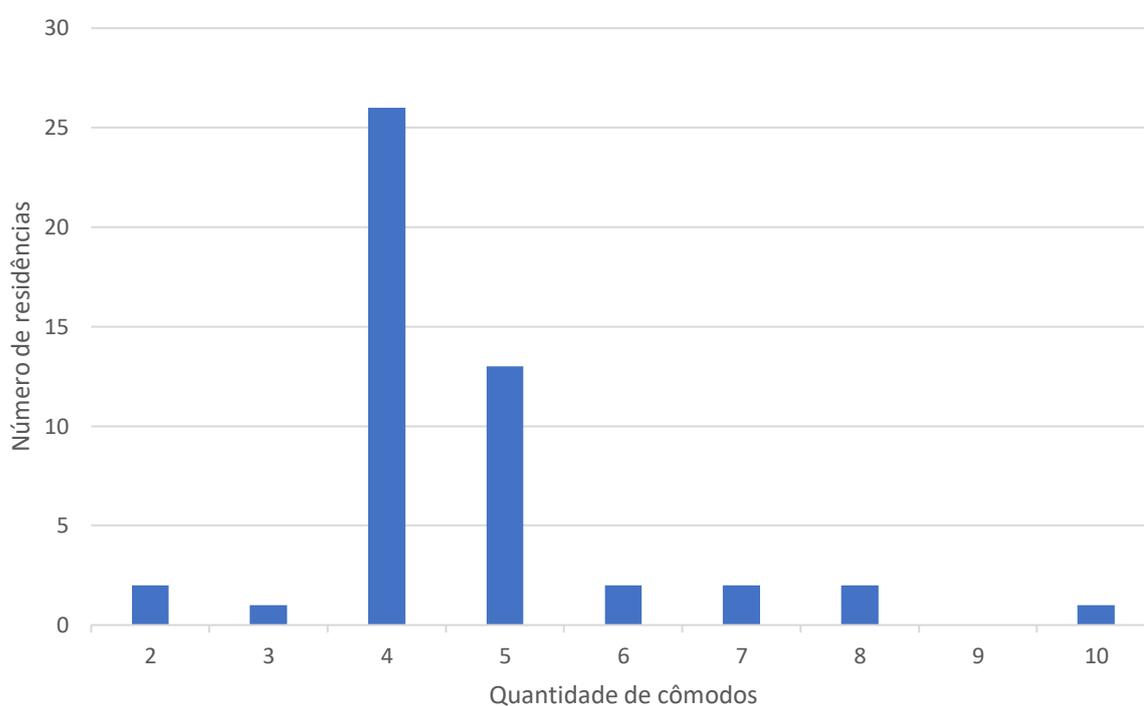
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

---

<sup>59</sup> É uma árvoreta da família das cactáceas (*Pereskia Zehntneri*), perene e muito comum na Bahia. Se caracteriza pelo tronco fortemente aculeado e pelas folhas bem diferenciadas. Quiabento é um arbusto que tem na Caatinga, um ideal lugar para o seu crescimento.

Considerando a infraestrutura das casas pesquisadas, a maioria delas possuem 4 cômodos (gráfico 23), distribuídos da seguinte forma: 2 quartos, 1 sala/copa, 1 cozinha. Na sequência, em maior proporção, aparecem as casas com 5 cômodos, estas, com 3 quartos. Levando em consideração a média de residentes por domicílio, constata-se uma alta densidade demográfica por cômodos.

Gráfico 23 – Cômodos por residência – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Todas residências pesquisadas possuem energia elétrica, esta foi implantada na comunidade, aproximadamente, na segunda metade da década de 1990, segundo as informações dos moradores. No assentamento Lagoa Nova, a energia elétrica foi implantada no ano de 2005.

Em relação ao banheiro sanitário, todas as residências do assentamento Lagoa Nova possuem banheiros internos e nenhum externo, já as residências do povoado Lagoa de Juazeiro, 49% possuem apenas banheiro externo (ver Fot. 12), destes, 21% não possuem privadas. No lugar do vaso sanitário, possui um buraco bem rudimentar.

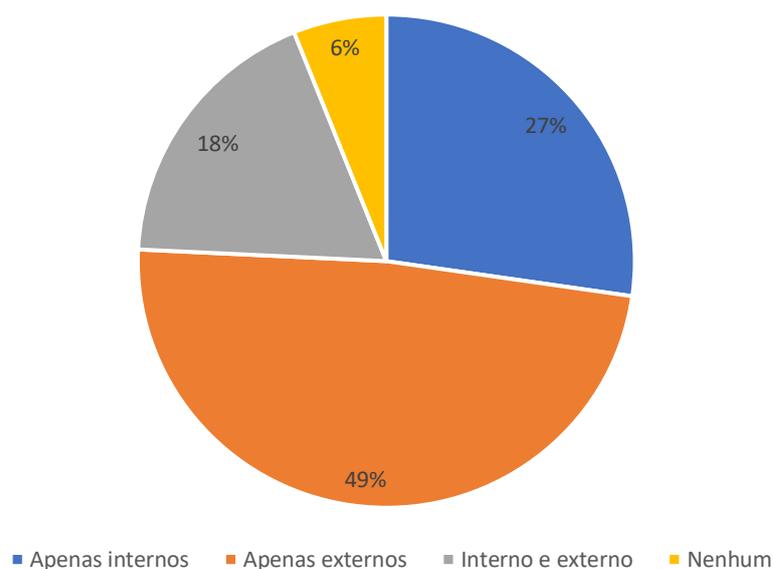
Foto 12 – Banheiros externos – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A pesquisa constatou a ausência de instalação sanitária, mesmo que rudimentar. Em 6% das residências pesquisadas (gráfico 24), não possui banheiro em suas dependências, dessa forma, os moradores fazem suas necessidades fisiológicas ao ar livre ou em penicos dentro de casa - depois são descartadas no mato, conforme os depoimentos.

Gráfico 24 – Instalações sanitárias – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista -BA - 2019



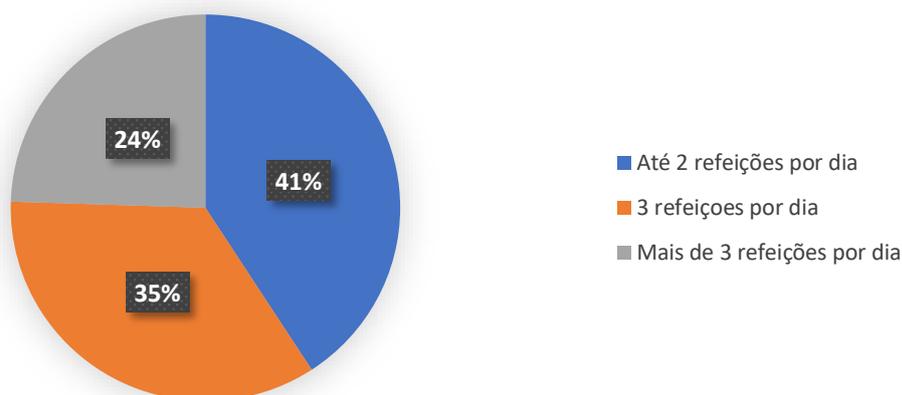
Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Considerando a satisfação com a condição da moradia, foi estabelecido quatro categorias de respostas: boa, ruim, regular e ótima. No assentamento Lagoa Nova não houve respostas na categoria ruim, 36% dos entrevistados marcaram a categoria “regular” para a condição da moradia, alegando precisar de reformas, 61% marcaram a categoria “boa” e apenas 3% consideraram as condições da moradia ótima. No povoado Lagoa de Juazeiro, não houve respostas para a categoria “ótima”, 38% dos entrevistados consideram a condição da moradia ruim, 49% consideraram regular e apenas 13% consideraram boa.

Para a maioria dessas famílias que vivem com o orçamento contado, a principal preocupação é garantir a alimentação. Levam a vida como um jogo de escolhas, sempre precisando cortar uma coisa para fazer outra, como expõe a moradora M: “deixo de pagar contas, de pagar luz, de comprar chinelo, sabão ... pra comprar comida” (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>60</sup>. Dos domicílios pesquisados, 41% tem apenas até duas refeições por dia – almoço e janta – e 24% mais de três refeições (gráfico 25)

Gráfico 25 – Quantidade de refeições por dia/domicílio – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019

<sup>60</sup> Entrevista concedida por moradora M, 52 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Mesmo com programas sociais federais o problema da fome não é solucionado. É preciso possibilitar condições para que as pessoas tenham a oportunidade de se auto sustentar através de um trabalho e uma remuneração digna.

Ter um lar confortável e seguro não faz parte da realidade de todas as famílias do povoado em questão, a moradora M relatou o medo de a casa cair sobre ela e seus seis filhos durante o período de ventania e chuva:

Eu comprei essa casinha caindo os pedaços, foi o que eu consegui pagar com o meu dinheiro de café, dividido em parcelas. Comprei com a esperança de derrubar e reconstruir, mas não tenho condição pra isso, tenho filho pra criar. A casa está nessa condição que você está vendo, chão de terra, madeira do teto tudo podre, comido por traças, caindo, aquela parede ali caiu esses dias, olha a situação que está?! por Deus não tinha ninguém lá dentro, quando venta, leva as telhas, quando chove, é indiferente ficar dentro de casa ou do lado de fora, tenho medo do mal acontecer (INFORMAÇÃO VERBAL).<sup>61</sup>

Sem recursos para arcar com despesas de reforma e manutenção do imóvel, a população mais carente do povoado vive como podem, muitas vezes em condição insalubre, sob risco de desabamento de construções precárias, com telhados fragilizados. Assim, a vida dessas famílias é marcada pela precariedade, pela carência de condições de habitação e de direitos aos serviços públicos, como água encanada, iluminação pública de qualidade e saneamento básico.

Na perspectiva do produtor, foi identificado o potencial de geração de renda através da produtividade agrícola, do uso de tecnologia na produção, como trator, correção de solo, uso de fertilizantes, etc., através de investimentos em capital físico, como carro, moto e outros,

<sup>61</sup> Entrevista concedida por moradora M, 52 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.

investimentos em capital humano, levando em consideração a frequência dos filhos em escola pública e privada, adesão de planos de saúde e também, o nível educacional dos membros do núcleo familiar.

Em relação ao uso da terra para atividades agrícolas, mais de 80% dos entrevistados do povoado Lagoa de Juazeiro que praticam alguma atividade agrícola informaram plantar entre uma a duas tarefas<sup>62</sup> de terra, cultivam, sobretudo, a mandioca, por ser mais resistente às secas. A medida referente a tarefa da terra variou entre os entrevistados, para alguns, uma tarefa equivale a 28x30m, para outros equivale a 30x30m e para uma minoria, 40x40m. No assentamento Lagoa Nova, devido uma maior extensão agrária, a área cultivada é bem maior, os moradores da agrovila informaram cultivar entre 1 a 3 hectares de terra.

Sobre a procedência das terras – dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro -, 86% alegaram ter recebido por herança, os demais, adquiriram por meio da compra. Sobre a produtividade, os agricultores informaram terem constantes perdas agrícolas próximo dos 100% ou até mesmo perda total em algumas culturas, como no feijão catador, feijão de arranca, milho e melancia. Em relação a mandioca, os agricultores entrevistados informaram que o percentual de perda na produção da raiz chega no máximo aos 30%. Sobre o destino da produção, especialmente da mandioca, ou são vendidas as roças da mandioca ou a raiz é colhida para a produção da farinha, como afirmado pela moradora I.

A gente planta um prato, um prato e meio [...] nem sempre dá pra ganhar dinheiro, porque um prato de terra não é grandes coisas, é pouca terra. Não dá pra produzir muito e comercializar. É mais pra gente, pra família mesmo e o pouquinho que sobra, a gente vende pra tirar o dinheirinho do feijão e da carne, mas né pra ganhar dinheiro não, pois não dá. (...) No tempo de colher, ou vende a roça ou produz farinha na meia. (...) Se a farinha tiver cara, da pra tirar um lucrozinho bom, mas se a farinha tiver barata, aí não dá nada. Que nem esse ano mesmo, o saco de farinha tava de 40 a 50 reais, aí não dá nada, porque é na meia, metade meu e metade do dono da casa de farinha, aí eu fico só com 25 reais por cada saco de farinha (INFORMAÇÃO VERBAL<sup>63</sup>).

O fato de não haver nenhuma casa de farinha coletiva no povoado Lagoa de Juazeiro e assentamento Lagoa Nova, associado ao fato de nem todas as pessoas terem condição financeira para construir suas próprias casas de farinha, encarece a produção desse alimento para os pequenos produtores de mandioca. A opção mais adotada é o da produção por meia, funciona da seguinte forma: o dono da casa de farinha fornece o local e os equipamentos para a fabricação

---

<sup>62</sup> Medida agrária.

<sup>63</sup> Entrevista concedida por moradora I, 32 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.

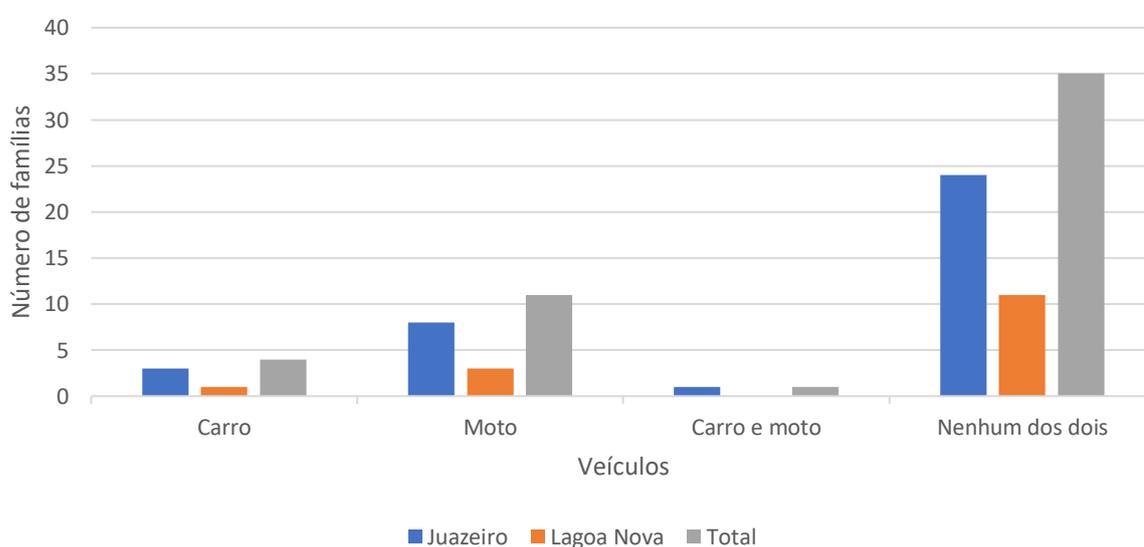
da farinha e o agricultor a mandioca, depois, ambos artilham os lucros, esse processo reduz ainda mais a produtividade do pequeno produtor.

No povoado Lagoa de Juazeiro possui três casas de farinha, todas do setor privado. Em relação ao assentamento Lagoa Nova, não há nenhuma e essa é justamente uma das principais críticas dos agricultores da agrovila; questionados sobre o que precisa ser melhorado no assentamento, os moradores apontaram a necessidade da construção de uma casa de farinha comunitária.

Quanto ao uso de tecnologia na produção, como tratores, tanto os moradores do povoado, quanto da agrovila relataram que o trabalho é totalmente braçal. Com relação ao uso de fertilizantes, inseticidas, correção de solo, ambos grupos comunitários informaram não fazer uso dessas tecnologias e de não conhecer as técnicas.

No que concerne ao investimento em veículos automotores, como carros e motos, 69% da população pesquisada não possui nenhum dos dois e 21% possui motocicleta, como mostra o gráfico 26.

Gráfico 26 – Investimento em veículos automotores – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019

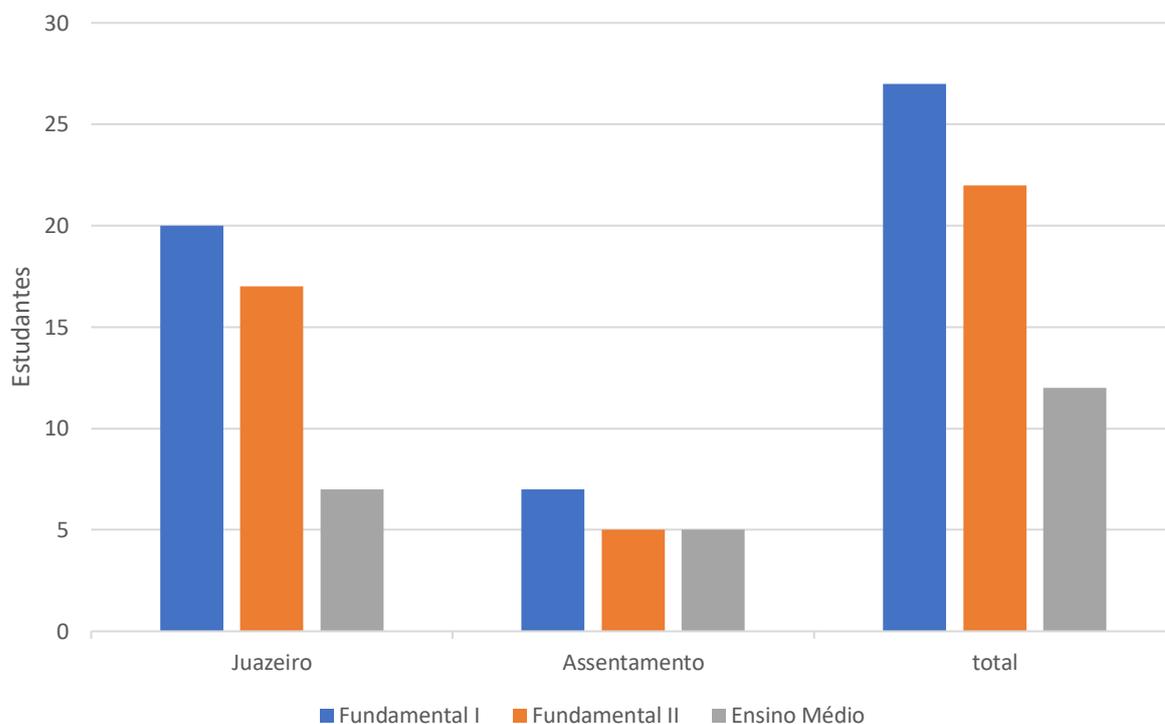


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Em relação ao investimento em capital humano, todas crianças e jovens em idade escolar frequentam e/ou sempre frequentaram escolas públicas, nunca frequentaram cursos profissionalizantes ou capacitação pessoal, além disso, não houve registro de membros familiares que possuem algum tipo de plano de saúde entre as famílias entrevistadas. Quanto

ao nível de escolaridade dos membros das residências, dos que ainda estão estudando, mais de 44% frequentam o ensino fundamental I, que vai até o 5º ano e 19% estão cursando o ensino médio, como mostra o gráfico 27.

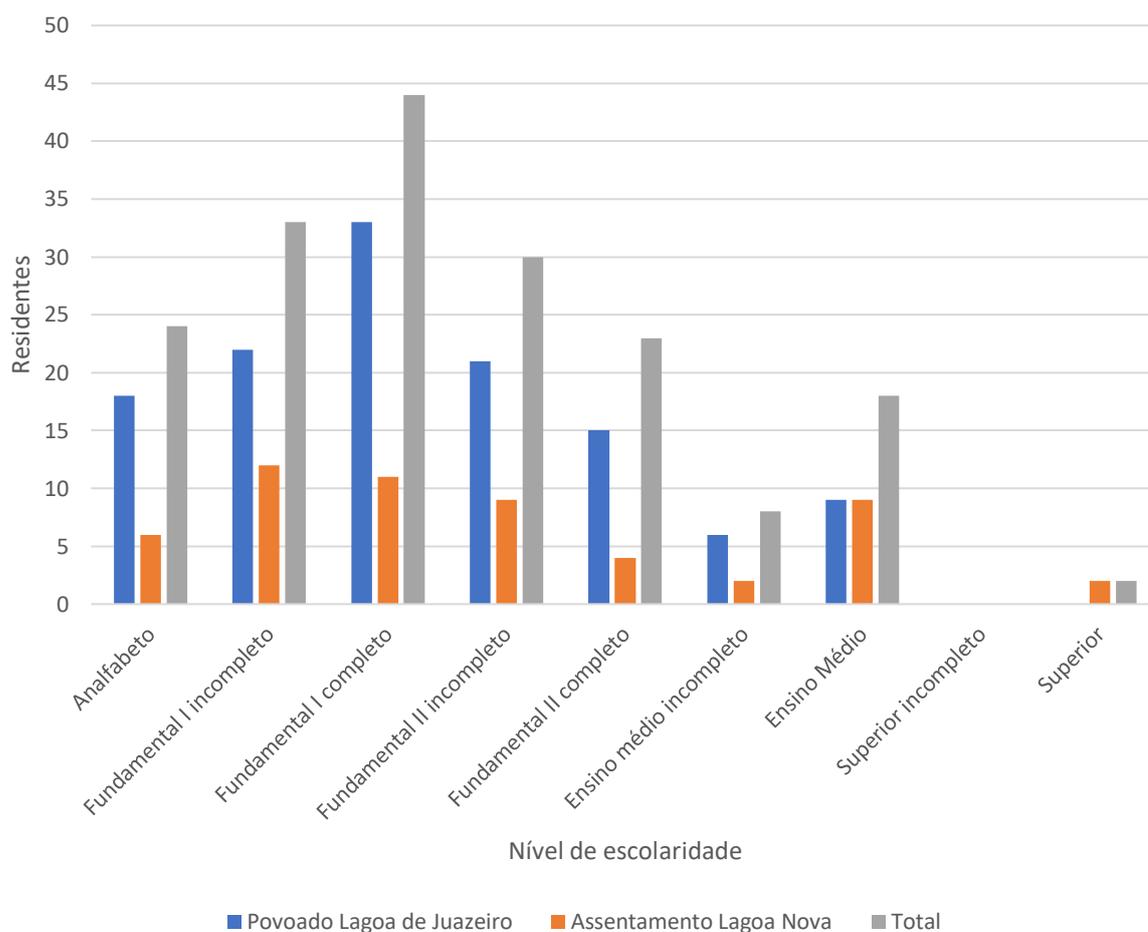
Gráfico 27 – Estudantes – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Dos membros das residências que não estudam mais, apenas 1% concluiu o ensino superior, 10% concluíram o ensino médio, 18% desistiram antes mesmo de concluírem o ensino fundamental I e 13% declararam-se analfabetos (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Nível de escolaridade dos residentes – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019

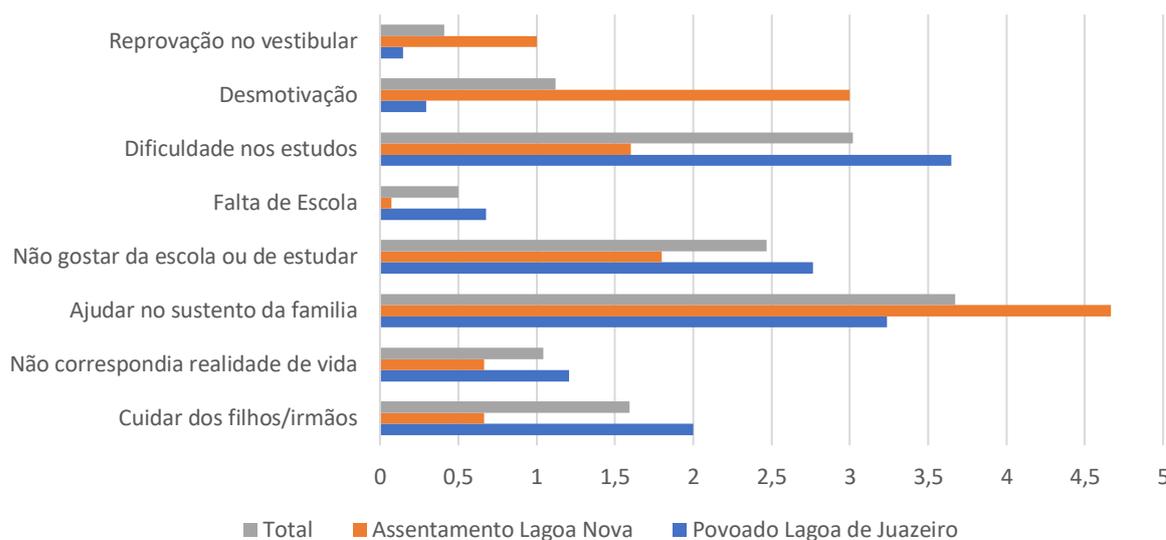


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Um dos fatores que pode ter refletido nesse quadro é que até o ano de 2001 não havia transporte escolar a fim de levar os alunos do povoado ao distrito de Iguá para cursarem o ensino fundamental II, já que, no povoado, só há o ensino até o 5º ano do ensino fundamental I. O transporte escolar público só foi conquistado a partir do ano de 2002 por meio da presidência do assentamento Lagoa Nova.

Questionados sobre os motivos que levaram à desistência escolar, 27% alegaram ter desistido para ajudar no sustento da família, 22% alegaram ter desistido por sentir dificuldades nos estudos e 18% por não gostar de estudar ou não gostar da escola, como exposto no gráfico 29.

Gráfico 29 – Relevância dos motivos que levaram a desistência/abandono escolar – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



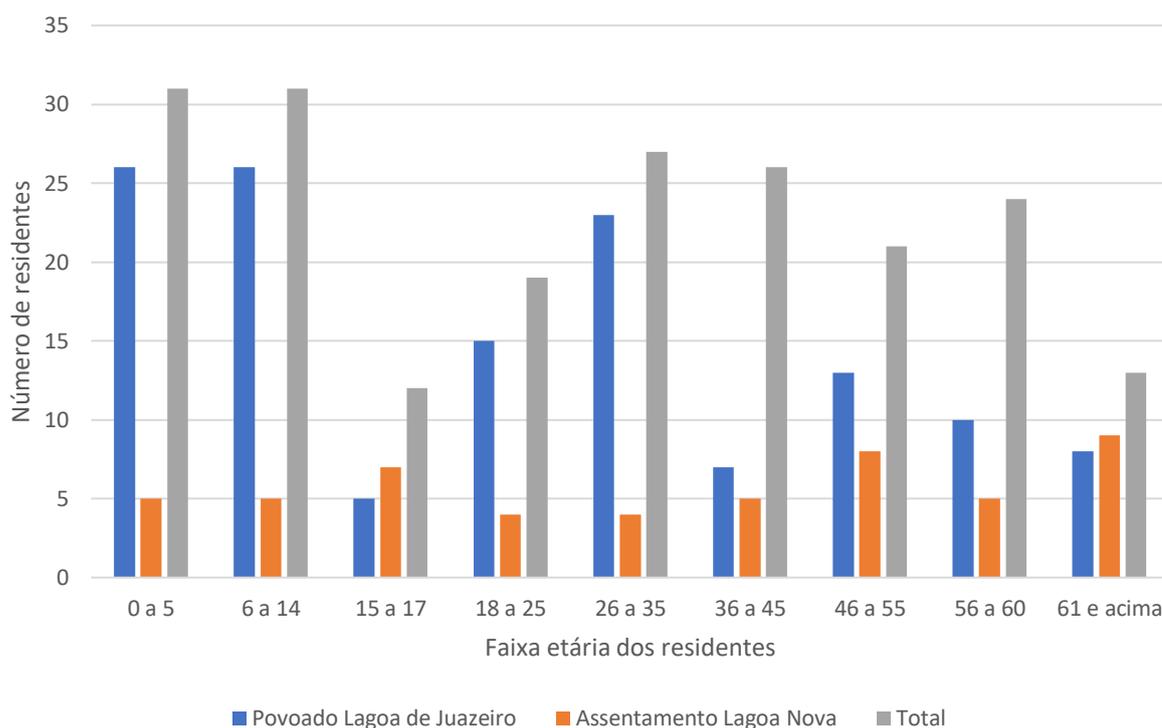
Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Sobre a escola localizada no povoado Lagoa de Juazeiro, trata-se de uma escola multisseriada, uma única sala que atende aos alunos de todas as séries, essa é a principal reclamação dos moradores, segundo eles, está prejudicando a aprendizagem dos alunos que saem da escola para cursar o fundamental II sem saber ler e escrever. Visando uma maior qualidade no ensino, os moradores levantaram alguns pontos que precisam ser melhorados, tais como: acabar com o multisseriado, professores mais qualificados, escola mais atraente e colorida para os alunos, com quadra, parquinho e biblioteca, reconstrução do banheiro, etc.

As carências de políticas sociais básicas para reduzir as desigualdades e garantir o acesso de qualidade à saúde, educação, renda, alimentação, moradia, emprego vêm contribuindo para a vulnerabilidade dessas famílias, tanto economicamente, quanto socialmente.

Somando os dados expostos referentes a habitação, infraestrutura, educação, saúde, renda, dentre outros, as informações apontam uma maior vulnerabilidade socioeconômica em relação as crianças, visto que, eles são maioria dentre as faixas etárias dos residentes pesquisados, como mostra o gráfico 30, com isso, aumenta-se a probabilidade de muitos deles viverem em condições degradantes.

Gráfico 30 – Faixa etária dos residentes pesquisados – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Além das crianças e adolescentes, a população jovem entre 18 a 35 anos também indica uma maior vulnerabilidade, pois além de receberem as menores remunerações, são os que enfrentam maiores dificuldades trabalhistas, seja na inserção do mercado de trabalho, seja na informalização e suas precarizações. É necessária uma atenção maior das autoridades públicas em relação a esses grupos. Os idosos, por exemplo, devido ao acesso a aposentadoria, estão mais cobertos, com isso, proporcionalmente, apresentam uma menor vulnerabilidade em relação aos outros grupos.

### 5.5 A mobilidade do trabalhador no povoado Lagoa de Juazeiro

Historicamente, a mobilidade sempre foi um aspecto marcante nas sociedades e em todos modos de produção, todavia, é no sistema capitalista que a mobilidade assumiu maior importância. Com a valorização e ampliação do capital, novas formas de trabalho foram surgindo, dessa forma, a mobilidade da força de trabalho tornou-se uma condição importante na reprodução do modo de produção capitalista, provocando frequentes deslocamentos, sobretudo, por questões socioeconômicas.

Para Harvey (2013), entre migrar ou permanecer no lugar de origem, a melhor alternativa para os trabalhadores é o de permanecer e lutar por melhorias, todavia, essa não é a realidade

de muitos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro que não veem outra alternativa a não ser sair do seu lugar de vivência em busca de emprego para a manutenção da vida.

No povoado Lagoa de Juazeiro a mobilidade do trabalho é concretizada no momento em que os trabalhadores saem do povoado em busca de trabalho em outros espaços, sobretudo nos espaços urbanos. A falta de emprego e renda tem impulsionado, eventualmente, a migração de homens e mulheres do povoado em questão para as cidades brasileiras. A maioria desses trabalhadores possuem um histórico de vida parecido, enfrentaram muitas dificuldades durante a vida, possuem baixo nível de escolaridade, começaram a trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família, além disso, como estratégia de sobrevivência, a mobilidade do trabalho tornou-se algo necessário para muitos deles.

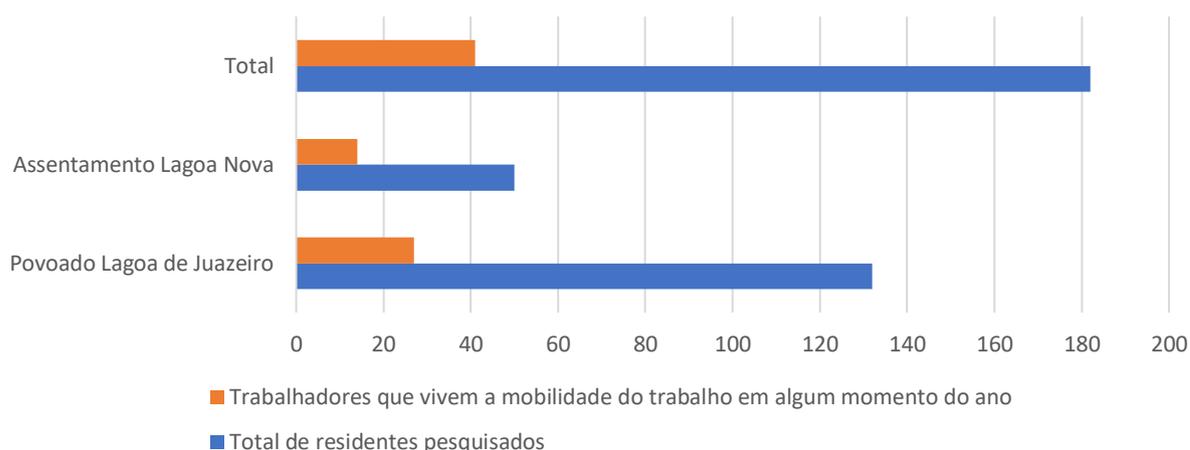
Conforme Gemelli e Carvalho (2011, p. 48), “a mobilidade do trabalho é um reflexo que o capital exerce sobre a força de trabalho, de acordo com seus anseios e necessidades produtivas e expansivas. Logo, a mobilidade do trabalho representa o controle do capital sobre a força de trabalho”, dessa forma, os deslocamentos são resultados da movimentação do capital, que determina os pontos migratórios que precisam de determinados grupos de força-de-trabalho disposto a aceitar todas adversidades e condições às quais serão expostos.

A mobilidade do trabalho tornou-se uma estratégia de sobrevivência por parte de muitos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro e, para isso, estão propensos a se deslocarem conforme as regras que o capitalismo impõe. Dessa forma, em busca de inserção no mercado de trabalho, muitos trabalhadores do povoado submetem-se aos deslocamentos diários, temporários e até mesmo permanentes. Das residências pesquisadas, 54% possui pelo menos um membro que vive a mobilidade do trabalho, e, analisando em número populacional, pelo menos 18% dos sujeitos pesquisados<sup>64</sup> se deslocam ou migraram (temporariamente) por motivos trabalhistas, como demonstra o gráfico 31.

Gráfico 31 – Residentes que vivem a mobilidade do trabalho – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019

---

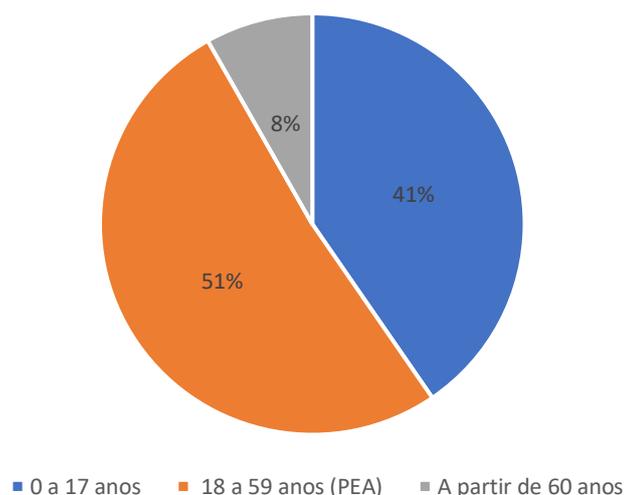
<sup>64</sup> Todos sujeitos envolvidos na pesquisa, de criança a idoso.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Considerando que a população economicamente ativa representa 51% do total dos sujeitos pesquisados, como revela o gráfico 32, proporcionalmente, a porcentagem dos trabalhadores que vivem a mobilidade do trabalho sobe para 26%. Levando em consideração a porcentagem da população ativa, dos representantes familiares por residência que vivem a mobilidade do trabalho e o percentual total de sujeitos empregados, observa-se uma significativa mobilidade do trabalho vivida pelos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro.

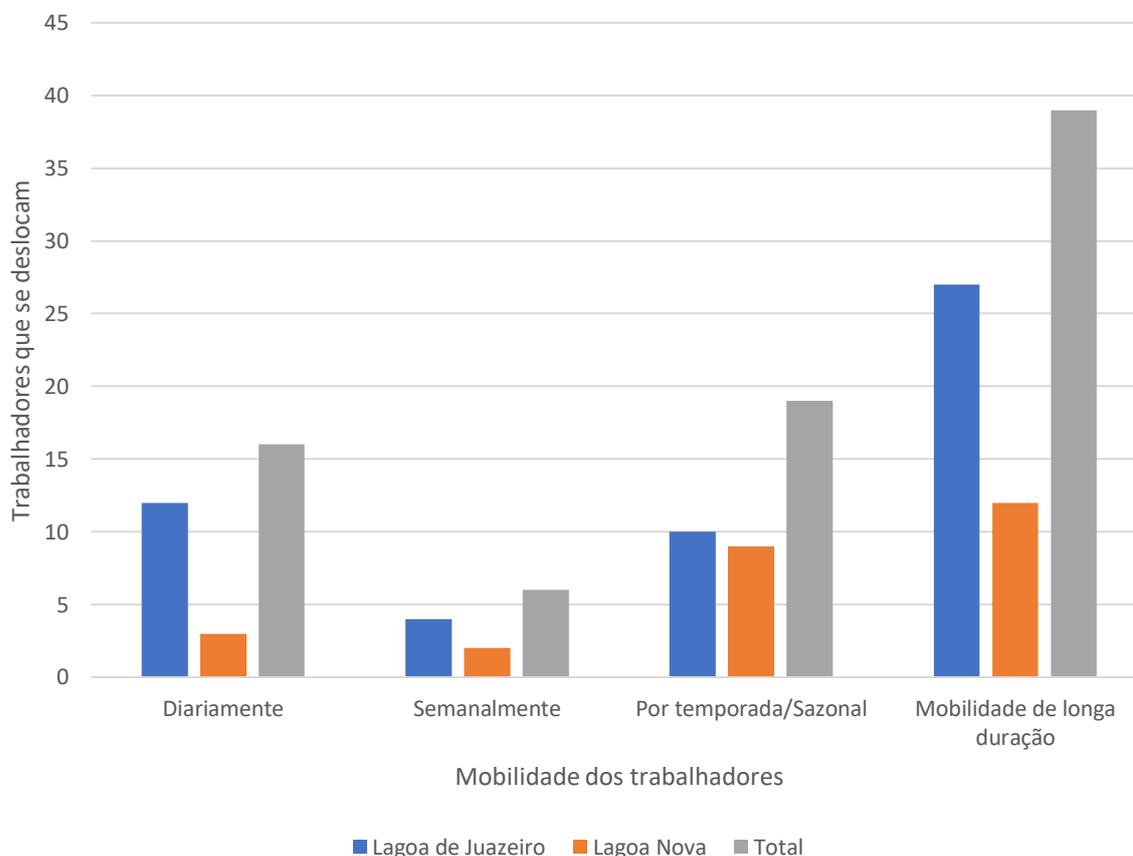
Gráfico 32 – Parcela da população total que é economicamente ativa (PEA) – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Dos trabalhadores que se deslocam (26%), 24% é por temporada, 20% diariamente, 7% semanalmente e 49% é a mobilidade de longa duração, como exposto no gráfico 33.

Gráfico 33 – Mobilidade dos trabalhadores – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

As alterações no mundo do trabalho provocam mudanças na vida de muitos trabalhadores, que, por falta de oportunidades que contribuam para a reprodução da vida, muitos deles precisam deslocar-se de seus lugares de origem.

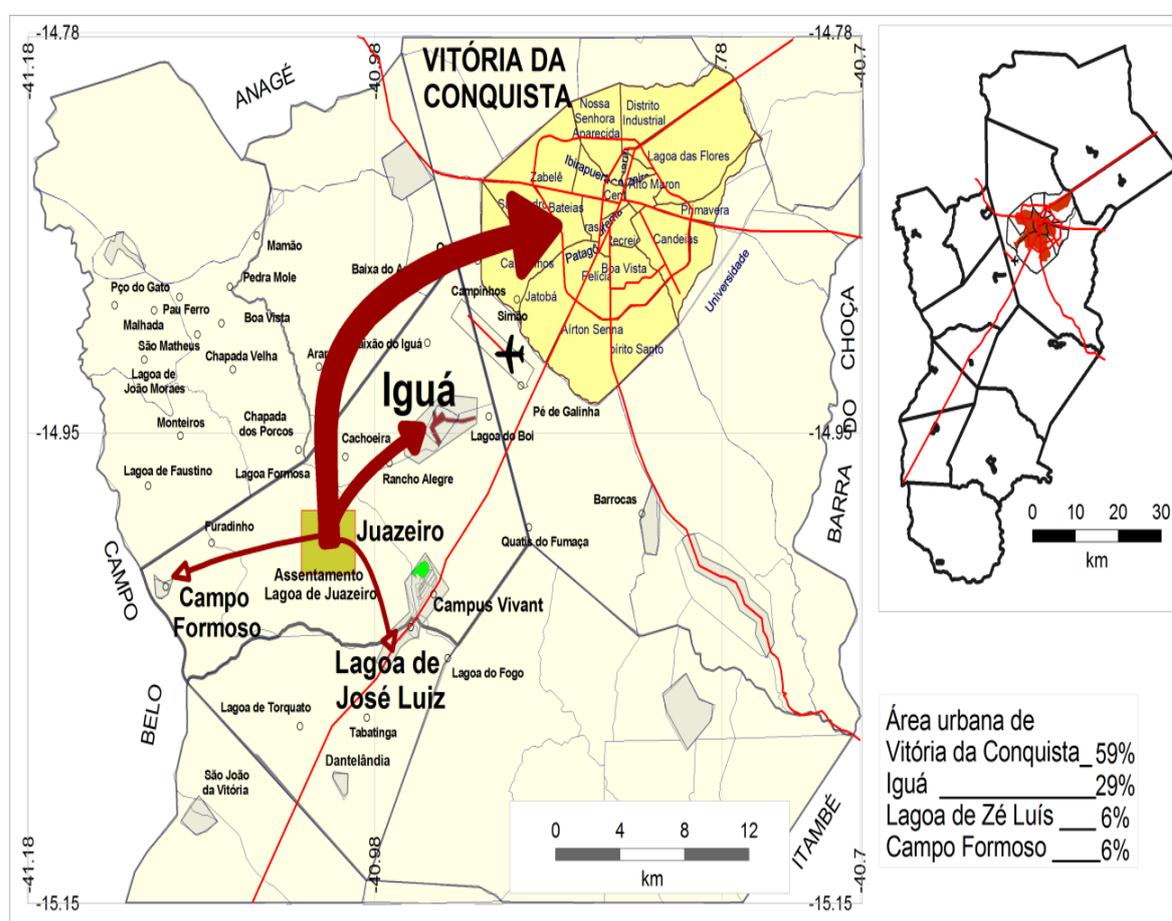
### 5.5.1 As mobilidades dos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro

A agricultura sempre foi a principal fonte de renda desenvolvida no povoado Lagoa de Juazeiro pelos moradores. É no período de chuva que essa população encontra trabalho remunerado na própria região, porém, pela produção ser predominante de culturas de ciclo curto, como o feijão e o milho, não garante emprego e renda durante todo o ano para a comunidade, fazendo com que eles busquem novas formas e relações de trabalho em outros espaços.

Ao relatar sobre o que a levou sair para trabalhar em outros espaços, a moradora J afirma: “eu saio porque aqui não tem nenhum trabalho, só arruma algum serviço na chuva das águas, que o povo contrata para plantar. Mas acaba rapidinho, é por pouco tempo” (informação verbal)<sup>65</sup>. Dessa forma, os moradores precisam deslocar-se diariamente ou periodicamente para as fazendas no entorno do povoado, ou para a sede do município e até mesmo para outras cidades e/ou Estados em busca de emprego e renda.

Na mobilidade diária, o principal destino dos trabalhadores é a cidade de Vitória da Conquista, que atrai 59% dos empregados do povoado, e os demais, deslocam-se para fazendas localizadas nos povoados aos arredores, como mostra o mapa 2.

Mapa 2 - Principais destinos dos trabalhadores do Povoado de Juazeiro – Mobilidade diária

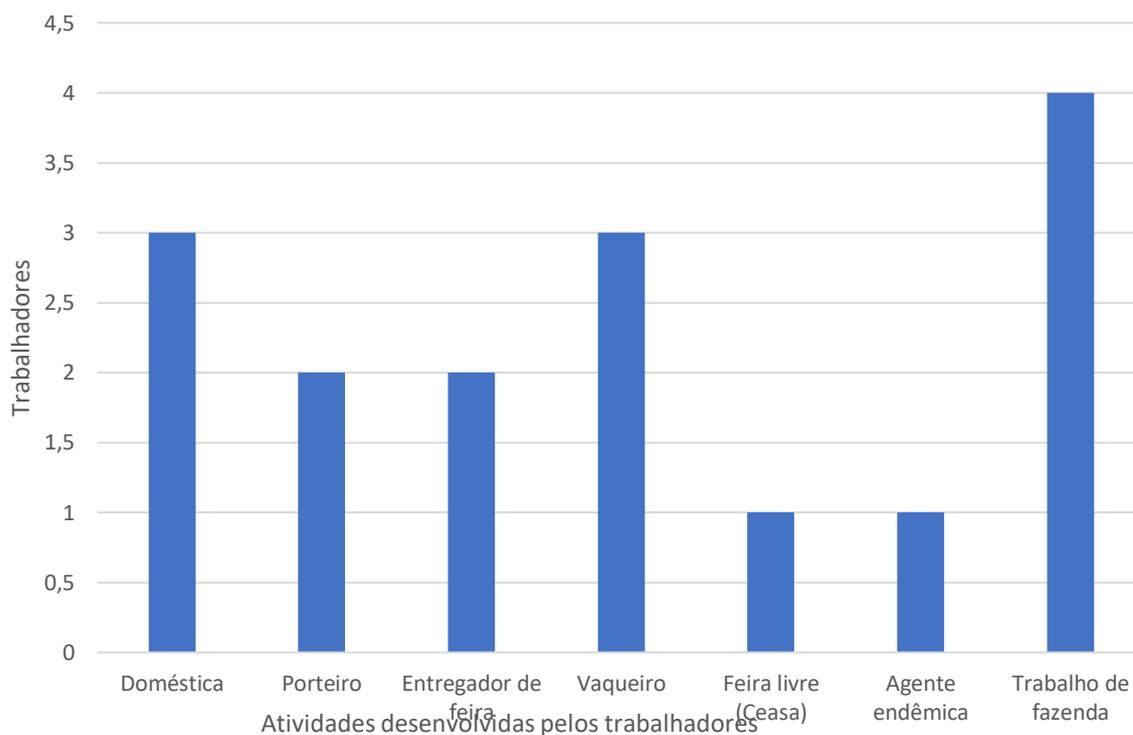


Fonte: dados da pesquisa de Campo (Santos, setembro de 2019), mapa elaborado por Rocha (2019)

<sup>65</sup> Entrevista concedida por moradora J, 34 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.

Em relação as atividades exercidas pelos trabalhadores que se deslocam diariamente, 56% são voltadas para atividades urbanas, como exposto no gráfico 34.

Gráfico 34 – Atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores que se deslocam diariamente – Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA - 2019



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Para o deslocamento, os trabalhadores que vão para as fazendas aos arredores do povoado, utilizam motocicletas próprias, os que se deslocam para a cidade de Vitória da Conquista – BA usam o ônibus local, saindo do povoado às 6h da manhã e chegando na cidade às 7h30. Ao chegarem na cidade, esses trabalhadores ainda pegam uma condução coletiva até o ambiente de trabalho.

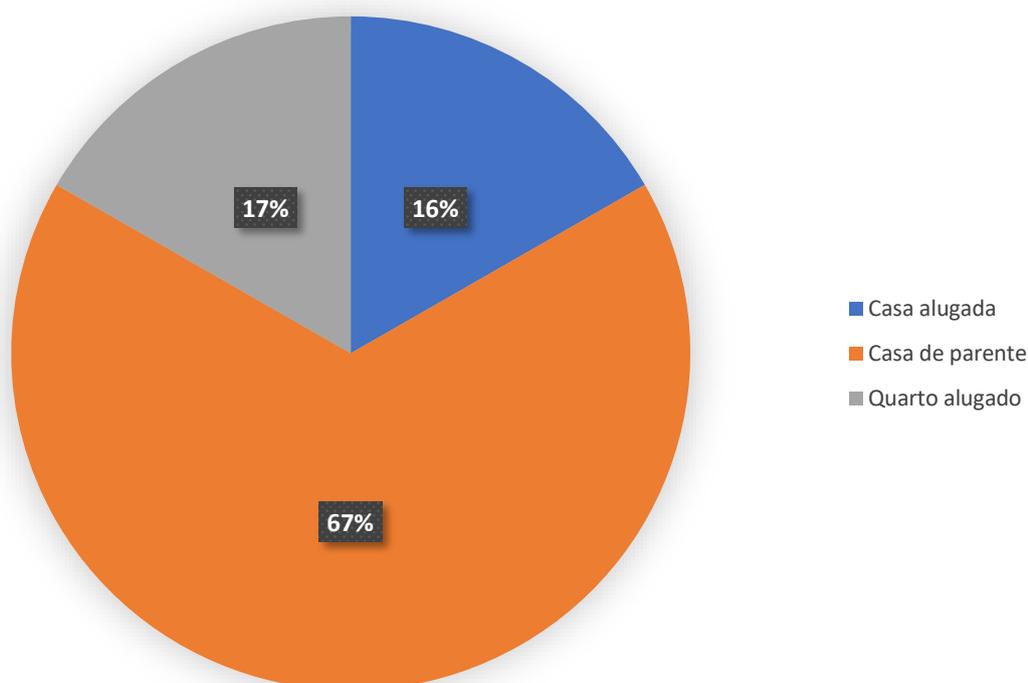
No que concerne aos custos, os que se deslocam para as fazendas gastam em média 150 reais/mês com combustível, os que deslocam para a cidade de Vitória da Conquista gastam aproximadamente entre 300 a 470<sup>66</sup> reais/mês com passagens de ônibus. A respeito desses

<sup>66</sup> Alguns trabalhadores não recebem ajuda de custos para os transportes utilizados para chegarem até o trabalho, dessa forma, desembolsam R\$12,00 (R\$6 de ida e R\$6 de volta – 6 vezes na semana) do povoado até a cidade, mais R\$7,60 (R\$3,80 de ida e R\$3,80 de volta – 6 vezes na semana) com ônibus coletivo. Os trabalhadores que informaram receber ajuda de custo para o transporte, alegaram receber apenas do transporte coletivo da cidade, ficando por conta deles o valor do transporte que sai do povoado até Centro da cidade.

gastos, a trabalhadora J<sup>67</sup> expõe: “metade do meu salário é para o ônibus. O que sobra, mal dá pra comer [...] mas é melhor pouco do que nada”. Questionada sobre a possibilidade de migrar para a cidade, a trabalhadora respondeu: “não tenho intenção, ficaria ainda mais caro, pois teria que pagar aluguel, água, luz, gás, ônibus, babá... aqui pelo menos tem a família pra ajudar”.

Diante o alto custo referente ao deslocamento do povoado à cidade de Vitória da Conquista, 40% dos trabalhadores que saem do povoado para trabalhar na cidade, optaram por instalarem-se na cidade durante a semana, retornando ao povoado apenas aos finais de semana, feriados e em dias excepcionais. Destes, 67% hospedam-se em casa de parentes durante a estadia na cidade, como mostra o gráfico 35.

Gráfico 35 – Tipo de moradia dos trabalhadores que se deslocam para Vitória da Conquista – BA – Mobilidade semanal



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019

Das atividades exercidas pelos trabalhadores que se instalam durante a semana de trabalho na cidade, destaca-se o da construção civil, que é um setor com grande crescimento em Vitória da Conquista – BA.

<sup>67</sup> Entrevista concedida por moradora J, 34 anos. Realizada por meio de gravação de áudio. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.

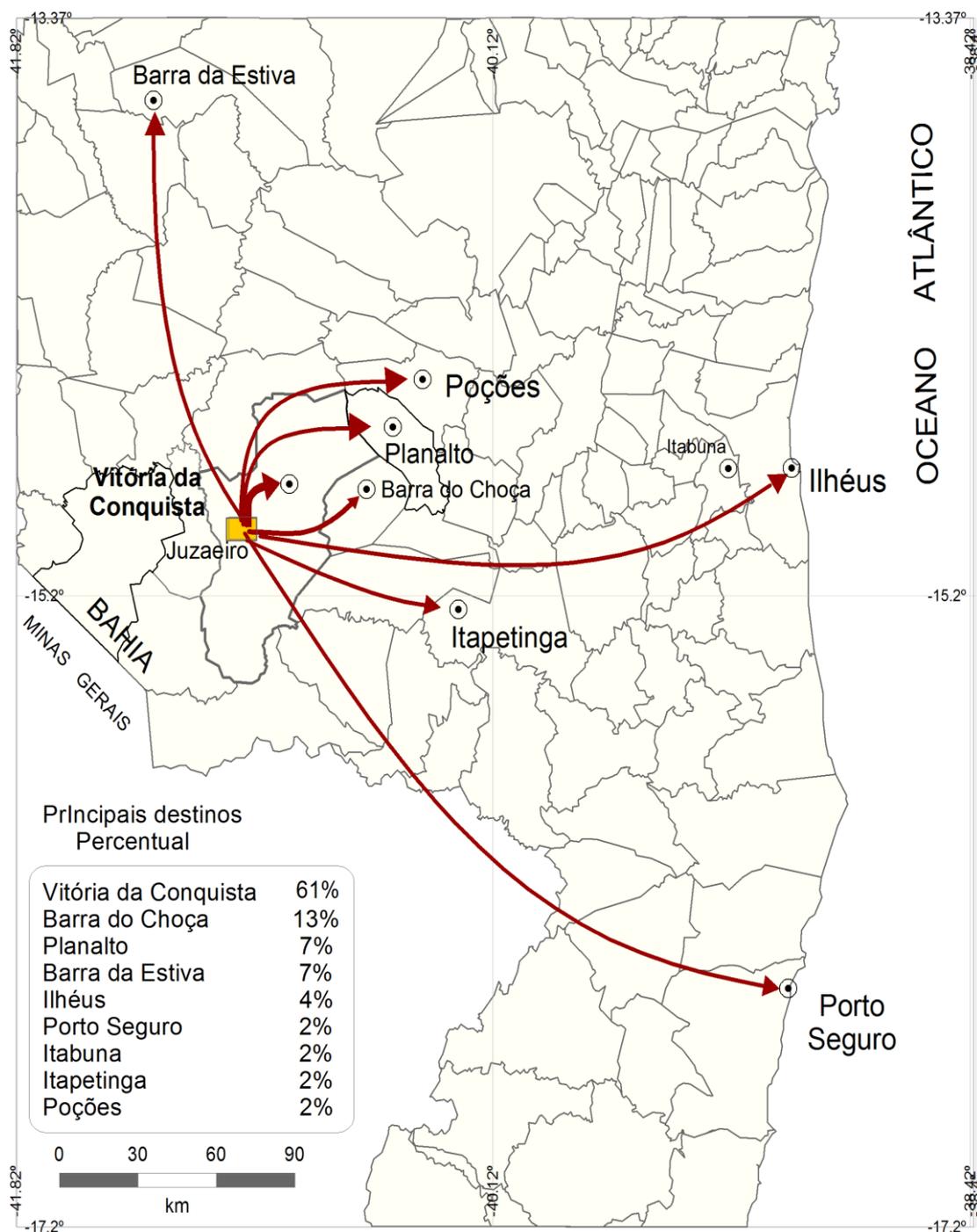
No que se refere a mobilidade temporária ou sazonal, mais de 70% dos destinos dos trabalhadores, são no Estado da Bahia. A dimensão temporal da mobilidade sazonal está relacionada ao período de plantio de algumas culturas, como o milho, feijão e a mandioca, e também, ao período de colheita do café. A temporalidade específica de cada processo produtivo das culturas agrícolas estabelece a sazonalidade dos fluxos de pessoas e a intensidade dos mesmos.

No povoado Lagoa de Juazeiro, 75% dos trabalhadores que desenvolvem atividades econômicas por temporada, dedicam-se às atividades das lavouras de café - que vai de maio até o final do mês de agosto - e passam até, aproximadamente, 4 meses/ano longe de casa e da família. Eles vão passando de fazenda em fazenda, cidade em cidade, até o final do ciclo. As motivações que levaram o trabalhador sazonal a se mobilizar foram a falta de emprego no lugar de origem (65% dos entrevistados) e a possibilidade de oferecer mais conforto para a família e quem fica à espera deles (35% dos entrevistados).

Constata-se que para esses trabalhadores, a colheita do café não representa apenas uma fonte de renda, mas também, uma possibilidade de conseguir elevação social. É uma expectativa em meio as privações vivenciadas no lugar de origem, como a falta de emprego, por exemplo, que foi a motivação apresentada por 65% dos trabalhadores que desenvolvem atividades econômicas por temporada. Eles viram na mobilidade uma estratégia para superar a dificuldade posta pela falta de perspectiva de conseguir trabalho e renda.

O trabalho, nessa condição temporal, não dá ao trabalhador nenhuma segurança, quando uma atividade termina, inicia-se a busca por outros trabalhos, em outros espaços. A rotatividade de um lugar para outro é grande, como mostra o mapa 3.

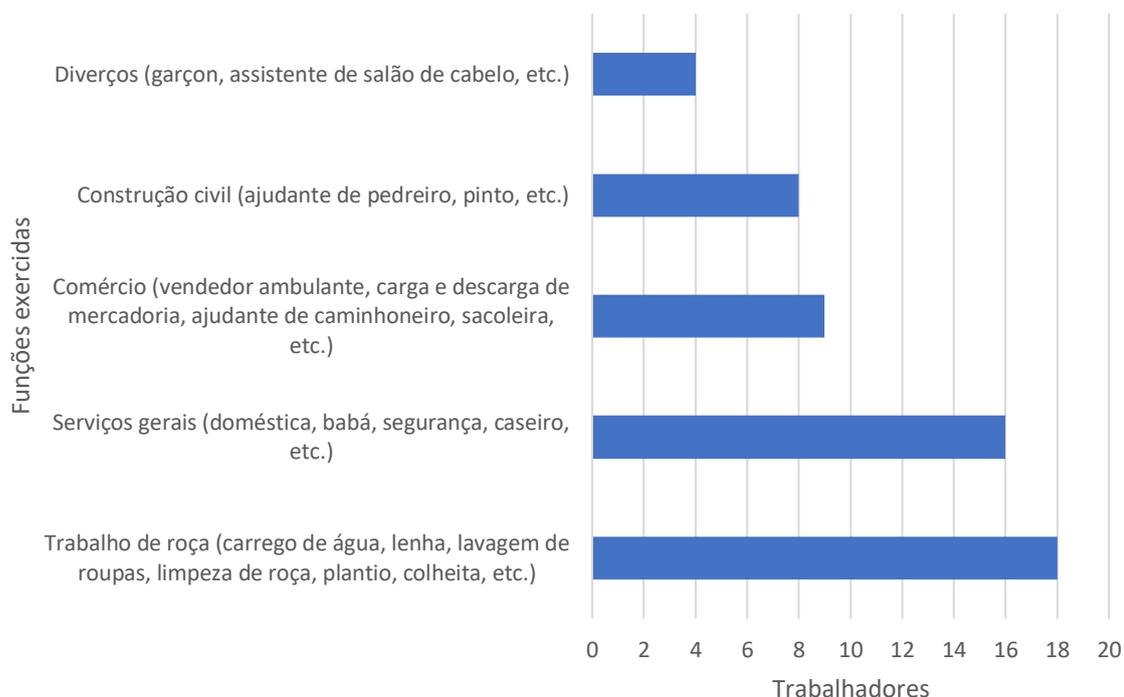
Mapa 3 - Principais destinos dos trabalhadores do Povoado Lagoa de Juazeiro no Estado da Bahia - últimos cinco anos



Fonte: dados da pesquisa de Campo (Santos, setembro de 2019), mapa elaborado por Rocha (2019)

Ao terminar o ciclo da colheita e do plantio, esses trabalhadores temporais aventuram-se em busca de novas ocupações, um serviço curto aqui, outro ali, sempre alternando as atividades (gráfico 36), isso quando conseguem outras oportunidades. Neste contexto: “A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (GAUDEMAR, 1977, p. 193-194).

Gráfico 36 – Rotação de atividades exercidas pelos trabalhadores temporais do povoado Lagoa de Juazeiro – Últimos cinco anos

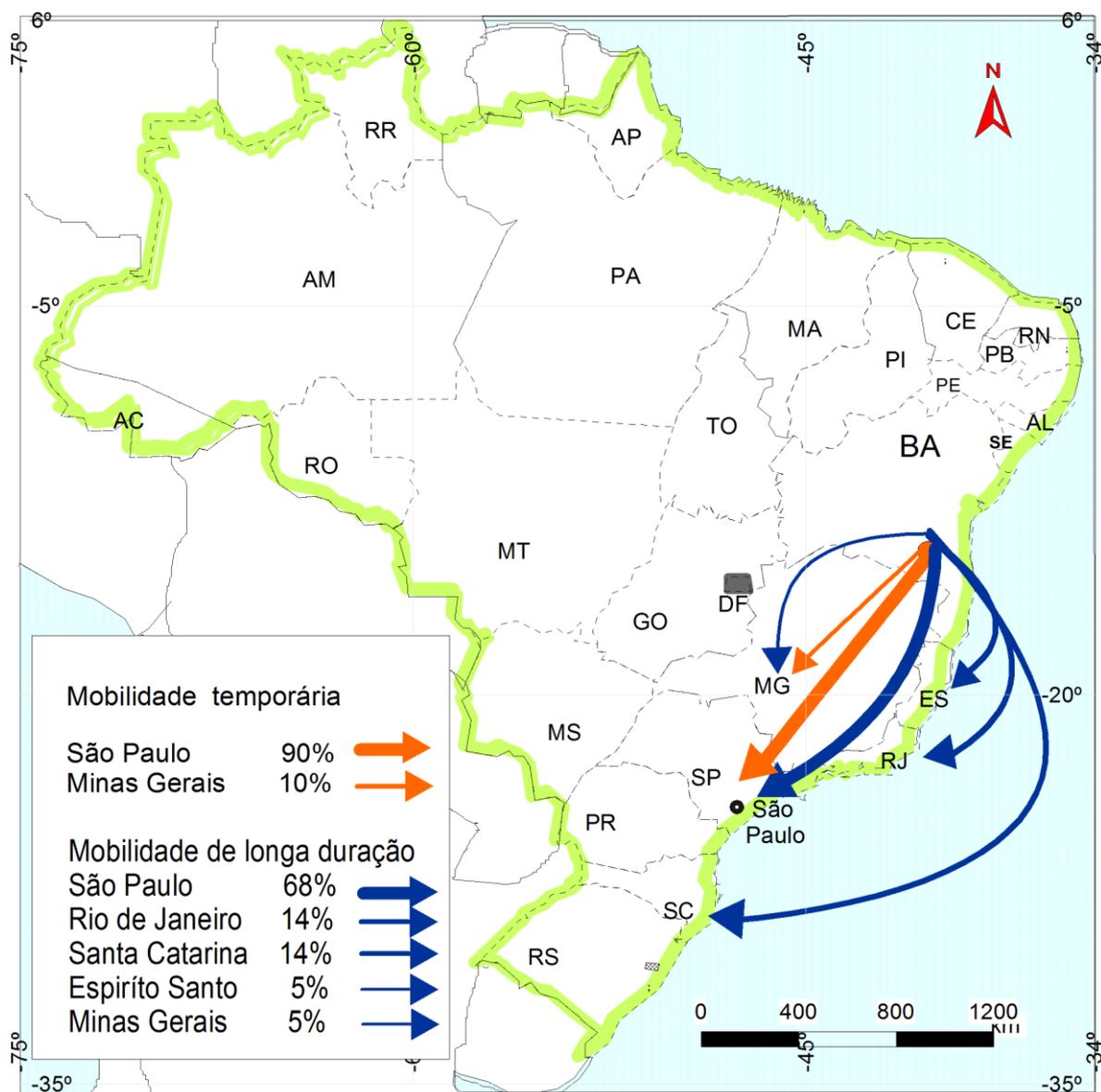


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Além da mobilidade temporária no Estado da Bahia, há também fluxos de trabalhadores para os Estados de São Paulo e Minas Gerais (Mapa 4), Estados que mais produzem café no Brasil e que atraem muita mão de obra.

49% dos trabalhadores pesquisados vivem a mobilidade do trabalho de longa duração. Muitos saem para trabalhar, conseguem emprego fixo e permanecem no destino enquanto continuarem trabalhando. Quando se estabilizam no emprego, os que possuem família constituída (mulher, marido, filhos...), voltam para buscar a família e retornam para o destino na qual se encontram empregados. Os principais destinos dos trabalhadores na mobilidade de longa duração se dividem entre as pequenas e médias cidades da Bahia (51%) e os grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste (49%), com destaque para São Paulo, como exibe o mapa 4.

Mapa 4 - Principais destinos dos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro a Nível de Brasil



Fonte: dados da pesquisa de Campo (Santos, setembro de 2019), mapa elaborado por Rocha (2019)

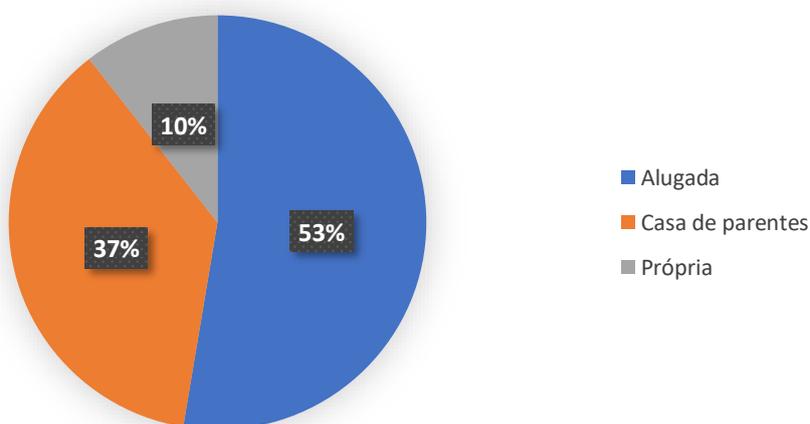
São Paulo, devido o seu vasto mercado de trabalho e crescimento econômico, continua sendo um estado que atrai pessoas em busca de oportunidades econômicas, culturais, etc. O referido estado é muito cobiçado por muitos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro, seja para o trabalho sazonal, seja pela busca de trabalho estável e melhor condição de vida, como citado pelos trabalhadores: “Bom mesmo é ir pra São Paulo pegar café. Moço, lá tem demais, o chão chega brilha de café, os pés... tudo carregados. Dá pra tirar um dinheirinho. Pro ano eu tô lá” (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>68</sup>, “tô vendo um serviço aqui, se não der certo, vou me picar pra SP, dá pra ficar nesse paradeiro não. [...] tenho conhecidos lá, eles arrumam trabalho pra

<sup>68</sup> Entrevista semiestruturada concedida por morador K, 19 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA.

mim, aí já vou com tudo certo, já pra trabalhar. Em cidade grande tem mais oportunidade pra tudo que você pensar[...]” (INFORMAÇÃO VERBAL)<sup>69</sup>. As privações vividas no local de origem, atrelada ao sonho de vencer na “cidade grande”, faz com que São Paulo, muitas vezes, seja interpretada pelos trabalhadores como um local que propicia melhor condição de vida.

Dos 51% de trabalhadores que vivem a mobilidade de longa duração no Estado da Bahia, 44% estão instalados na cidade de Vitória da Conquista – BA. Quanto ao tipo de moradia, 53% (gráfico 37) vivem de aluguel e apenas 10% moram em casa própria, conquistada por meio do Programa Habitacional do Governo Federal, “Minha Casa, Minha Vida”.

Gráfico 37 - Tipo de moradia dos trabalhadores que vivem em Vitória da Conquista – BA – Mobilidade de longa duração

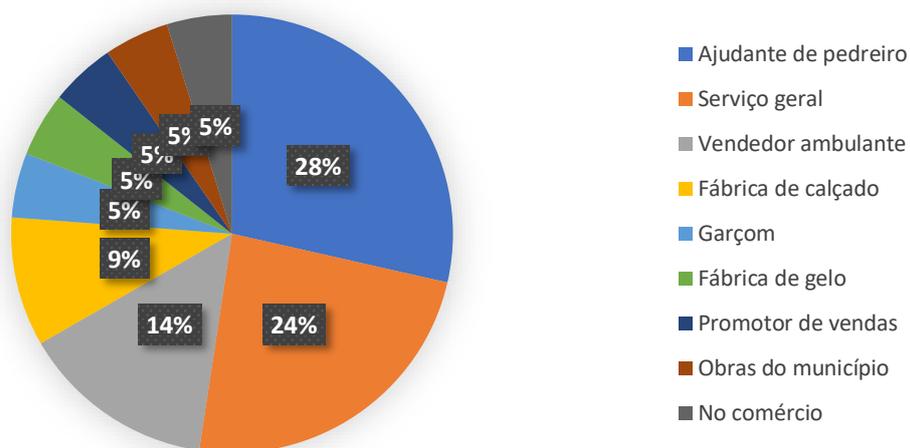


Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Das atividades exercidas por esses trabalhadores, são funções que exigem pouca escolaridade, como, ajudante de pedreiro, serviços gerais, etc. (gráfico 38). Geralmente, a baixa escolaridade limita as oportunidades de empregos a cargos que não exigem qualificação e que oferecem baixa remuneração, mantendo o trabalhador em um limite de pobreza.

Gráfico 38 – Atividades exercidas – Mobilidade do trabalho de longa duração

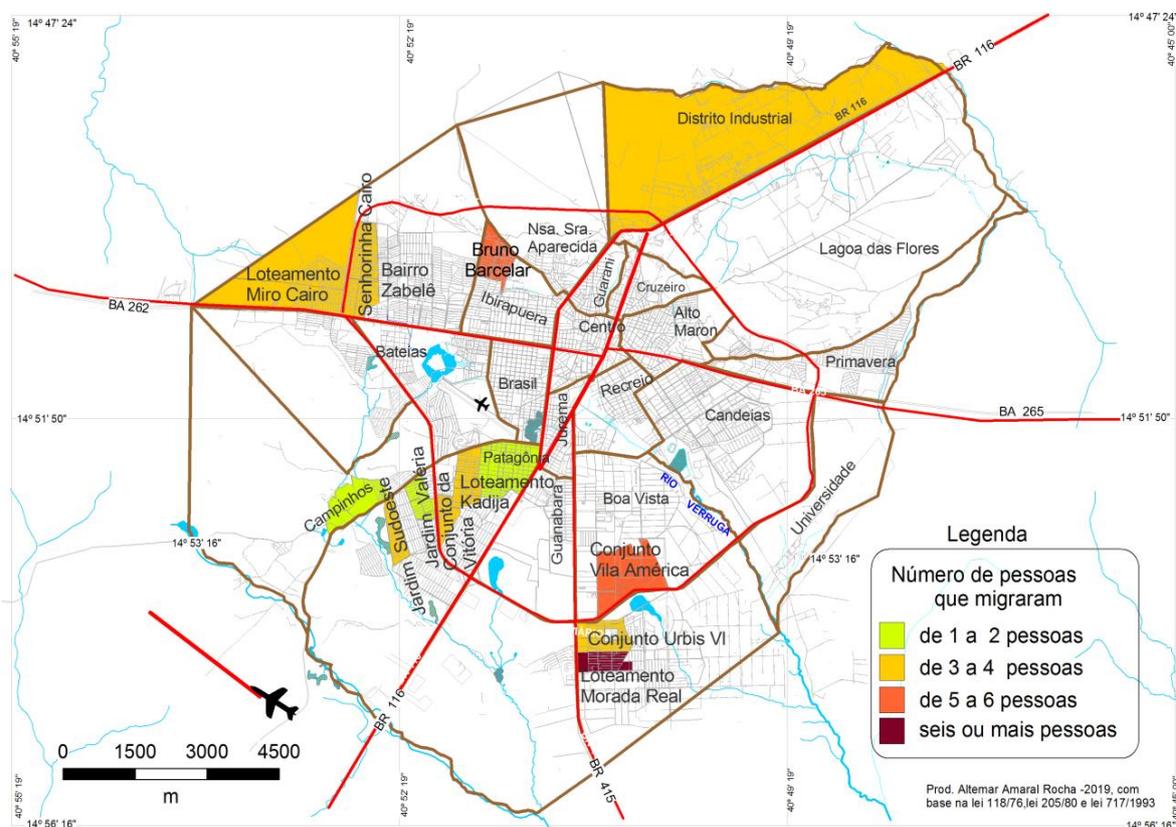
<sup>69</sup> Entrevista semiestruturada concedida por morador L, 36 anos. Entrevistadora: Macsuelle Santos. Entrevista semiestruturada aplicada em fevereiro de 2019, Povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista – BA.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, SANTOS, Macsuelle. Fevereiro, 2019.

Em Vitória da Conquista, esses trabalhadores moram nos bairros periféricos da cidade (mapa 5), espaços carentes e com muitos problemas sociais.

Mapa 5 – Locais de moradia das pessoas que migraram do povoado Lagoa de Juazeiro para a cidade de Vitória da Conquista nos últimos 5 anos



Fonte: dados da pesquisa de Campo (Macsuelle, setembro de 2019). Elaboração cartográfica (Rocha, novembro de 2019).

Diante do que já foi exposto, os dados revelam que, embora a mobilidade do trabalho tenha contribuído para a melhoria da condição de vida das famílias do povoado Lagoa de Juazeiro, visto que, as famílias passaram a ter de onde tirar dinheiro, mesmo que pouco, para custear a alimentação básica possibilitando a continuidade da vida, a mobilidade não tem tirado os trabalhadores dos limites da pobreza e vulnerabilidade social.

Os trabalhadores que regressam diariamente para o povoado, precisam arcar com os custos do deslocamento, comprometendo até, aproximadamente, 50% da renda. Os sujeitos que desenvolvem atividades econômicas por temporada não possuem estabilidade e nem renda fixa, passam semanas e até meses sem trabalho, vivem a angústia do amanhã incerto, trabalham um dia pensando no que será feito no outro, sem saber como irá pagar as contas do mês seguinte, comprar os alimentos, etc. Os trabalhadores que migraram temporariamente por motivo trabalhista, além de receberem baixos salários, têm gastos fixos com moradia, visto que, a maioria deles vivem de aluguel, como foi apresentado por meio dos dados.

Mesmo que importante e essencial, não houve grandes transformações na condição social dos trabalhadores do povoado Lagoa de Juazeiro por meio das políticas públicas sociais acessadas pela população, como o Programa Bolsa Família, tampouco, a partir da mobilidade do trabalho que, mesmo contribuindo para a manutenção básica da vida, não tem conseguido tirar essa população da vulnerabilidade social e dos limites da pobreza. Os pobres continuam na condição de invisíveis perante as autoridades públicas, seguindo famintos, angustiados, desamparados e sem voz.

## 6 CONCLUSÕES

A mobilidade representa para muitos trabalhadores a garantia da sobrevivência, para outros, a materialização do desejo de uma melhor condição de vida no seu lugar de origem. Mesmo com a mobilidade, o elo dos trabalhadores com o lugar de origem, continua. Este é manifestado por meio da ausência dos laços familiares mais afetuosos, que motivam o regresso destes trabalhadores. O ir e o vir dos trabalhadores por meio da mobilidade trabalhista, conecta os lugares de origem e destino, visto que, os sujeitos carregam consigo seus costumes, crenças e valores. Dessa forma, as relações sociais permeiam de um lugar para o outro.

Por meio dos questionários, constatou-se que além de receberem as menores remunerações, a população economicamente ativa mais jovem é a que mais enfrenta dificuldades relacionados às questões trabalhistas, desde a inserção no mercado de trabalho à informalidade, viabilizando o risco do trabalhador ser submetido a situações de trabalho escravo. Em contrapartida, os idosos estão melhores cobertos economicamente, devido as aposentadorias. As famílias das residências que se encontra pelo menos uma pessoa idosa, tendem a ter uma maior renda familiar.

Foi constatado que muitos moradores possuem uma fração de terra, porém, enfrentam problemas relacionados a escassez de água, que estabelece a regularidade da oferta de trabalho e obtenção da renda no povoado. Dessa forma, em boa parte do ano, o sustento das famílias é realizado com os recursos obtidos de fora - por meio da mobilidade do trabalho - e as possíveis aposentadorias e outros programas do governo de transferência de renda.

Os dados revelaram que a maioria das famílias pesquisadas depende de repasses do governo federal através do Programa Bolsa Família para a manutenção da vida, além disso, sobrevivem com pequenas plantações de alimentos para o próprio consumo, como milho e feijão. A renda das famílias que sobrevivem apenas com o Bolsa Família não ultrapassa os 100 reais por mês per capita, critério utilizado para caracterizar a extrema pobreza no país

A mobilidade do trabalho, embora necessária para a manutenção da vida, não têm tirado os trabalhadores dos limites da pobreza. Os custos com deslocamentos diários até o espaço de trabalho ou com moradia, fazem com que a renda, muitas vezes, não chegue a um salário mínimo, dessa forma, as famílias não conseguem ter gastos além de alimentação e moradia.

No entanto, foi observado pelas falas dos trabalhadores que, mesmo estando, em alguns casos, em situações precárias de trabalho e/ou moradia, com jornadas excessivas, baixos salários, informalidade, etc., eles veem na mobilidade do trabalho uma alternativa para suprir a falta e a irregularidade da oferta de trabalho no lugar de origem. Assim, mesmo não resolvendo

o problema da pobreza no povoado em questão, visto que, os trabalhadores permanecem em condições de, até mesmo, extrema pobreza, a mobilidade do trabalho tem sido fundamental para assegurar, em alguns casos, a sobrevivência. Devido a irregularidade da oferta de trabalho no povoado, assim como, ausência de políticas públicas eficientes, essas famílias não têm outra alternativa, a não ser a mobilidade do trabalho, para sobreviverem. Em consequência da baixa formação escolar e poucas experiências, as oportunidades de trabalho são limitadas a serviços braçais e de baixa remuneração. Os custos com deslocamentos e/ou aluguel compromete boa parte da renda – que já não é alta – ainda assim, para muitas famílias, por necessidade, mesmo considerando todos os “contras”, tem sido a única solução.

Os baixos salários, o pouco acesso à educação, serviços de saúde, a baixa expectativa de vida, etc. são reflexos de uma vida baseada em privações das condições necessárias para o acesso a uma vida digna. Quando o paradigma não é rompido, a pobreza torna-se um ciclo vicioso. As crianças e adolescentes inseridas em ciclos de exclusão e privação, geralmente não recebem uma boa educação, conseqüentemente, dificilmente conseguem cursar uma faculdade ou conseguir um bom emprego. Além disso, normalmente, crianças malnutridas, crescem e tornam-se mães malnutridas e geram filhos malnutridos. Da mesma forma, pais analfabetos ou com pouca escolaridade têm mais dificuldades de ajudar no processo de aprendizagem dos seus filhos. Assim, o ciclo de pobreza permanece. A forma mais eficiente para quebrar esse ciclo é garantir que todas crianças recebam uma educação de qualidade, para que possam seguir profissões que as ajudem a sair do ciclo da pobreza.

Ademais, a frequência da mobilidade no povoado reforça a necessidade de criar formas de desenvolvimento por meio de políticas agrárias que possibilite uma produção alimentar mais diversificada, baseado na policultura, voltado para o consumo regional.

As atuais políticas públicas, como o Bolsa Família, apesar de essencial, não são suficientes para tirar as pessoas da condição de extrema pobreza. Com isso, faz-se necessário políticas que proporcionem a reprodução destes trabalhadores em seu lugar de origem.

Esta pesquisa não finaliza as questões intrínsecas à mobilidade do trabalho, faz-se necessário aprofundar outras perspectivas referentes ao fenômeno, tanto na escala micro, referente ao lugar de origem, quanto na escala macro, investigando o fenômeno nos destinos dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- AFARO, L. M. **Terceirização do trabalho no Brasil, precarização e a vedação do retrocesso social**. Dissertação (Mestrado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito, UFPR, Curitiba, 2016.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; PIMENTEL, C. E. Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 20, n. 2, Mai-Ago 2004, p. 175-182.
- ALENTEJANO, Paulo R. R. **Pluriatividade**: Uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Org. João C. Tedesco. 3ª Ed. Passo Fundo: UPE, 2001, 149-179p.
- ALMEIDA, K. K. de O. Novas formas de exploração do trabalho? Considerações acerca da relação entre o trabalho realizado na grande indústria e o trabalho realizado nos “departamentos externos das fábricas”. in: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, São Luis, 2010 **Anais**[...] São Luis: UFMA, 2015.
- ALVES. G.; ANTUNES. R. As mutações no mundo do trabalho na era da acumulação do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, V. 25 nº 87 p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 12 mar 2019.
- ALVES, M. A. "**Setor informal**" ou **trabalho informal?**: uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. 2001. 157p. Dissertação (mestrado em sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279284>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- ALVES, V. E. L. Mobilidade do trabalho e reprodução do capital nos cerrados piauienses. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia. V. 24, n. 1, 2004.p. 43-53. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4132>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- ALVES, L. A.; GARCIA, M. F. **Geografia da informalidade**: trabalhadores informais ambulantes nas praias de João Pessoa, Paraíba. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 6, n. 2, 2012. p. 263-272.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Edição revista e ampliada, Boitempo – SP, 2009.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor *In Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. Boitempo editorial, 2013.
- ARAÚJO, F. A. V. DE; SOARES, B. R. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. **Campo - território: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 7, 28 jan. 2009, p. 201-229.
- ARAÚJO, Maria Helena de. **Desigualdade e pobreza no Ceará**: O caso do projeto São José. Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – Ceará, 2003.

- BAGNO, Silvana; EWALD, Ariane P.; CAVALCANTE, Fátima G. A trajetória de Severino: Migração e pobreza no Brasil. **Literatura em Debate**. Alto Uruguai e das Missões, v.2 n. 2, 2008. p. 1-11.
- BEHRING & BOSCHETTI, Elaine Rossetti & Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- BERGAMMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n 31, 1997. p. 37-49
- BERMAN, M. Introdução. Modernidade. Ontem, hoje. *In: Tudo que é sólido se desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1986.
- BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 18, 2007.p. 15-38.
- BRAGA, S. S. A bancada comunista na Assembleia Constituinte de 1946. **Princípios**, São Paulo, edição nº 46, 1997. p. 23-29. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/46/cat/1573/a-bancada-comunista-na-assembl&eacute;ia-constituente-de-1946-.html>. Acessado em 30/05/2019.
- BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Portal MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acessado em 15/04/2019.
- BURIN, Jane Carla. As transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro a partir do processo de modernização da agricultura. **Anais eletrônicos** do Simpósio Nacional de Educação,; Ser professor na sociedade contemporânea: Desafios e contradições, 2008.
- CANDIOTTO, Luciano Z. P; CORRÊA, Walquíria K. Ruralidades, urbanidades e tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.3, n.5, p. 214-242, 2008).
- CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol.35, n.3, São Paulo, 2015.
- CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CIRCUITO Mato Grosso. Falta de incentivo prejudica trabalhador do campo *In Agricultura familiar*: Potencial subestimado. Ano XI, Ed. 532, 2015, p. 8.
- COGO, Denise. Fluxos migratórios globais. A busca de trabalho e fuga da pobreza. Entrevista especial com Denise Cogo. Revista **IHU on-line** – 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/519266-fluxos-migratorios-globais-a-busca-de-trabalho-e-fuga-da-pobreza-entrevista-especial-com-denise-cogo>. Acessado em 26/11/2019.
- COMISSÃO Pastoral da Terra Nordeste II. Fim da carteira assinada para trabalhadores rurais temporários. **Entrevista com o juiz do trabalho e integrante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Zéu Palmeira**. Publicações, 2018. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2415-fim-da-carteira-assinada-para-trabalhadores-rurais-temporarios>. Acessado em 25/09/2019.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. **Convivência com o semiárido brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Série Cooperação Brasil – Espanha, acesso à água e convivência com o semiárido – Programa Cisterna – BRA 007-B. Brasília: Editora IABS, 2013.

CORRÊA, Victor M; CARVALHO, Joelson G. de. **Modernização agrícola, mundo do trabalho e luta pela terra no Brasil**: A penetração do capitalismo no campo e seus desdobramentos. UNIARA, 2018.

COSTA, R. F. R. COSTA, G. C. Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, vol.54, n.3, julho/setembro, 2016. p. 537-560

COUTINHO, G. F. **A terceirização bancária no Brasil**. Direitos Humanos violados pelo Banco Central. São Paulo: LTr, 2011.

CNDL, SPC. **O desemprego e a busca por recolocação profissional do Brasil**. SPC Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/02/An%C3%A1lise-Perfil-do-Desempregado-Recoloca%C3%A7%C3%A3o-Profissional-1.pdf> . Acessado em 13 de março de 2019.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Tradução de Emerson S. Da Silva. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

CRESPO, Antônio Pedro A; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE – Eletrônica**, volume 1, número 2, 2002. Disponível em: [https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S1676-56482002000200003.pdf](https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482002000200003.pdf). Acessado em 12/02/2020.

DEL GROSSI, E. & GRAZIANO DA SILVA J. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Instituto Agronômico do Paraná, Londrina-PR, 2002.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento**: sobre futuros do combate à pobreza. Petrópolis: Vozes 2000. 94p.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos e pesquisas, nº 74, 2014.

DUTRA, J. W. Confluências entre a Gênese da Geografia e o sociometabolismo do capital. In: **O (des)conceito de homem na leitura do espaço-tempo postulado na Geografia humana** – os enigmas de uma geografia humana sem homem. Tese (doutorado em Geografia) Núcleo de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015, p. 132-142.

EDIHC, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania. **A Declaração Universal e a Constituição de 1988**. Secretaria da justiça, trabalho e direitos humanos. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>. Acessado em: 16/04/2019.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *In*: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FAO. **Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. FAO/PNUD Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Projeto BRA 87/022, janeiro 1992.

FAO. **Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome**. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/260821/icode/>. Acessado em: 11/02/2020.

FAO. **The State of food and agriculture**. Moving forward on food loss and waste reduction. Roma, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca6030en/ca6030en.pdf>. Acessado em: 14/02/2020.

FERRAZ, A. E. de Q. **O Urbano em construção** – Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas. Edições UESB, 2001.

FERREIRA, Álvaro. **A produção do espaço**: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. Scripta Nova, Barcelona, Vol. XI 2007.

FIALHO, A. F.; SANTOS, J. R. D. Mobilidade do trabalho, trabalho e reprodução da vida no Assentamento do Projeto Casulo/BA. *In*: I Simpósio Baiano de Geografia Agrária e XI Semana de Geografia da UESB, 2013, Vitória da Conquista. O campo baiano na relação Estado, Capital, Trabalho: espaço de contradições, espaço de lutas, 2013, Vitória da Conquista - BA. **Anais eletrônicos** [...], Vitória da Conquista. Edições UESB, 2013. v. 1. p. 1-16.

FIDALGO, A. C. Condições subumanas do trabalhador rural a nível mundial e de Brasil. **Revista Jurídica**. Belo Horizonte, Instituto Universitário Brasileiro, 2011. Disponível em: [http://www.iunib.com/revista\\_juridica/2011/11/07/condicoes-subumanas-do-trabalhador-rural-a-nivel-mundial-e-de-brasil/](http://www.iunib.com/revista_juridica/2011/11/07/condicoes-subumanas-do-trabalhador-rural-a-nivel-mundial-e-de-brasil/). Acessado em 12/04/2019.

FIGUEIREDO, Joseane Gomes. **Desigualdade social e capitalismo**: Os limites da igualdade sob a ordem burguesa. VI Jornada internacional de políticas públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. São Luís – MA, 2013.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Editorial Estampa, Lisboa, 1977.

GEMELLI, D.D.; e CARVALHAL, M.D. Mobilidade territorial do trabalho e formação do trabalhador para o capital: o frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR. **Revista Percursos**. Maringá, v. 3, n. 1, 2011.p. 39-61,

GHIZZO, M. R.; ROCHA, M. M. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**, Cascavel, Ano IX. Nº 18, 1º Semestre, p.101-110, 2008.

GODOY, P. R. T. de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvriana. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 23, p. 125 - 132, 2008.

GOMES, F.G. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, 2009.

GONÇALVES, Nayla C. B. **A crise estrutural do sistema capitalista**: o reflexo do naufrágio da humanidade. 4º Simpósio mineiro de assistentes sociais, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José, **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, v. 7, n. 1. Belo Horizonte- MG, 1997.

GUERRA, I. **Modos de vida**: novos percursos e novos conceitos. Sociologia - Problemas e Práticas, n. 3, p. 59-74, 1993.

HARVEY, D. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013b.

HOBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções (1789 – 1848)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.

HOLZER, Werther. **Memórias de Viajantes**: paisagens e lugares de um novo mundo. Anais do II Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem, Bauru-SP (1996). Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/download/32/30>. Acessado em: 31 de jul. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos**: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 2011**. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Vol. 71, Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**. Uma primeira aproximação. Estudos e pesquisas, informação geográfica, número 11. Rio de Janeiro, 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Dados de cadastros de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2018

INCRA. **Edital Nº 76/2019**. Notifica. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/bahia-sr-05/edital\\_76.2019\\_-\\_versao\\_final\\_para\\_publicacao\\_02.05.2019.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/incra-nos-estados/bahia-sr-05/edital_76.2019_-_versao_final_para_publicacao_02.05.2019.pdf). Acessado em: 25/02/2019.

INEP. **Estudo mostra realidade da educação no campo**. Brasília: Mec, 2003. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-realidade-da-educacao-no-campo/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-realidade-da-educacao-no-campo/21206). Acessado em: 17/05/2019.

JACINTO, J. M.; MENDES, C. M.; PEREHOUSKEI, N. A. O rural e o urbano: Contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percorso**, Maringá, v. 4, n. 2, pág. 173-191, 2012.

JESUS, A. D.. Mobilidade do trabalho no espaço agrário de Campo Formoso – Bahia – Brasil. **Revista geografia da América Central**, Heredia, Costa Rica v. 2, nº 47 p.1-14, 2011.

JORNAL FOLHA DE CONDEÚBA. **Vitória da Conquista tem mais de 348 mil habitantes, afirma IBGE**, 2017. Disponível em: <https://folhadecondeuba.com.br/vitoria-da-conquista-tem-mais-de-348-mil-habitantes-afirma-ibge/>. Acessado em: 23/05/2019.

JORNAL UNESP. Reportagem de capa: **Mudanças do trabalho no campo**. Junho/2008 – Ano XXII – nº 234. Disponível em: <https://www.unesp.br/aci/jornal/234/campo.php>. Acessado em: 12/02/2020.

KIELING, R. I.; SILVEIRA, R. L. L. da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Perspectiva**, Erechin. V. 39. N. 148, p. 133-143, dezembro/2015.

LAUBSTEIN, F. C. A ruralidade ontem e hoje: Uma análise do rural na contemporaneidade. **Aurora**, Marília, V. 4, nº 2, 2011.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, H. [1968] **O direito à cidade**. São Paulo: 3ª Reimpressão. Centauro, 2001. (Título original: Le droit à la ville).

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. Tradução de Du rural à l'urbain.

Lei de Terras. **Lei 601/1850**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acessado em: 10/02/2020.

LESSA, S. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Brasília: CEAD-UNB, modulo 2 p. 22-30 1999.

LESSA, S. **Trabalho produtivo e improdutivo**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Todos os direitos reservados. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/traproimp.html> . Ultimo acesso em 11/03/2019 às 07h57.

LIMA, E. D. A produção do espaço no modo de produção capitalista: Breve discussão. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014. **Anais eletrônicos**, [...]. Vitória. Universidade Federal de Vitória-UFES, julho de 2014.

LOURENÇO, C. M. E. e ENGELBRECHT, M. R. O modo de produção capitalista e as novas formas de requisições do trabalho. II seminário nacional de serviço social, trabalho e políticas sociais, UFSC, Florianópolis, 2017. **Anais eletrônicos**, [...]Florianópolis: UFSC, 2017.

MACIEL, C. **Um terço dos desempregados sobrevive com bicos e trabalhos temporários**. Agência Brasil, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2018-04/um-terco-dos-desempregados-sobrevive-com-bicos-e-trabalhos-temporarios>. Acessado em 13 de março de 2019.

- MAIA, F. E. S.; LIMA, F. R. da C.. MAIA, F. E da S. O trabalhador, o trabalho, o capitalismo e as suas questões psicológicas. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**. Sorocaba, v. 17, n.2, p. 106, 2015.
- MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. O novo mapa da população rural brasileira. **Confins**. São Paulo, nº 25, 2015.
- MARANDOLA JÚNIOR, E.; ARRUDA, Z. A. Urbanidade e ruralidade do Brasil e as redefinições entre o campo e a cidade. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 23, nº 1, p 21-38, 2005.
- MARIA, Pier F. de. Mapeando relações em pesquisas sobre pobreza e migração (1980 – 2017). **Mercator** (Fortaleza), vol.18, Fortaleza, 2019.
- MARQUES, M. I. M. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, v. 3, p. 170-185, 2006.
- MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112. jul./dez, 2002.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de: Rubens Enderle. Boitempo editorial, 2013.
- MATTOSO, J.E.L. Trabalho sob Fogo Cruzado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo v.8 nº1 13-21, 1994.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. State Transfers, Taxes and Income Inequality in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, vol.9, n.2, pp. 3-29. 2015
- MEDEIROS, M. et. al. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006-2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisa domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V. 20 nº 4 p. 971-986, 2015.
- MELCHIOR, Lirian. **Mobilidade de trabalhadores no fim do século XX**. Os Nikkeis de Londrina/PR. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú-MG, 2004.
- MELLO, J. et. al. A inclusão produtiva rural no Brasil: O desafio da superação da pobreza no campo. *In*: MELLO, J. (org) **Cadernos de Estudos - Desenvolvimento social em debate**. Brasília: MDS, 2015.
- MENDES, G. F.; MENEZES, S. de S Mendonça. Espaço e Memória: conexões e possibilidades pelo viés da categoria lugar. **Anais do XI Colóquio do Museu Pedagógico**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2015, p. 1121-1134. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/4995/4791>. Acesso em 12 de ago. 2018.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo C. Castanheira e Sérgio Lessa. Boitempo editorial, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**: Resolução CNE/CEB, n. 1, de 3 de abril de 2002. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>. Acesso em: 11/02/2020.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**. Ano 9, nº. 8, 2006.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, V.55, n.1, 2017.

MOREIRA, R. J. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

MPV 410. **Medida Provisória nº 410, de 28/12/2007**, Governo Federal. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Mpv/410.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/410.htm). Acessado em 12/02/2020.

NARAYAN, Deepa. **¿Hay alguien que nos escuche?** 2. Ed. Madrid. Barcelona. México: Ediciones Mundi-Prensa, 2000. 311p.

NASCIMENTO, C.A. S. et al. A migração do campo para os centros urbanos no Brasil: da desterritorialização no meio rural ao caos nas grandes cidades. XVI Congresso Internacional FoMerco: Integração regional em tempos de crise; Desafios políticos e dilemas teóricos, 2017, Salvador. **Anais eletrônicos**, [...]. Salvador: UFBA, setembro, 2017.

NERI, Marcelo. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: Henrique, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 503-526.

NETTO, J. N. BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

NR 31, Norma Regulamentadora - **Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr31.htm>. Acessado em: 16/04/2019.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho forçado**. 2016. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/lang--pt/index.htm>. Acessado em 16/04/2019.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Juventude e informalidade**. Formalizando a juventude informal: Experiências inovadoras no Brasil. Forlac, primeira edição, 2015.

OLIVEIRA, A. M. S. de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Scripta Nova**, Barcelona. V. VI, nº 119, agosto 2002.

OLIVEIRA, P.M. de. Precariedade do trabalho e mobilidade: análise dos municípios de Duque de Caxias e Seropédica-Rj. XIII Simpurb. 2013. **Anais**[...]Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

OLIVEIRA, D. P. de A.; OLIVEIRA, E.; MENDES, G. F. Paisagens na Memória: O simbólico no curso das águas da bacia do Rio Coisa Boa - Chapada Diamantina, Bahia. **Anais eletrônicos** do XII Colóquio Nacional e X Colóquio Internacional do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017. p. 568-573. Disponível em: [http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6838/pdf\\_530](http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6838/pdf_530). Acesso em 13 de ago. 2018.

OLIVEIRA, G. da S. R.; BONILLA, M. H. Mobilidade no contexto rural. 5ª SENID, Cultura digital na educação, 2018, Passo Fundo, **Anais eletrônicos**[...] Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo- UPF, 2018.

ORSO, P. J. A classe trabalhadora, o surgimento da consciência de classe e a educação. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 26-35, 2011.

PANIAGO, M. C. S. A crise estrutural e a centralidade das classes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 17, n 1, p. 41-49, jan/jun, 2014.

PAULINO, E. T. ; SANTOS, R. A. . **A urbanização brasileira**. Formação (Presidente Prudente) , Presidente Prudente - SP, v. 7, p. 171-182, 2000.

PERPETUA, G.M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 14 n.1. Julho/2013.

PIKETTY, Thomas. **Top 1% national income share**. 2018. Disponível em: [https://wid.world/world#sptinc\\_p99p100\\_z/US;FR;DE;CN;ZA;GB/last/eu/k/p/yearly/s/false/5.487/30/curve/false/country](https://wid.world/world#sptinc_p99p100_z/US;FR;DE;CN;ZA;GB/last/eu/k/p/yearly/s/false/5.487/30/curve/false/country). Acessado em 11/02/2020.

POLON, Luana. **O que são boias frias?** Estudo prático: Geografia, 2014. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/o-que-sao-os-boias-frias/>. Acessado em 10/02/2020.

PROJETO ALVORADA. **Plano de apoio aos Estados com menor desenvolvimento humano**. Disponível em: <http://redealvorada.com>. Acessado em: 12/02/2020.

PRONACAMPO. Referências para uma política nacional de educação no campo. **Caderno de subsídios**. Elaboração: gpt educação do campo, Brasília:MEC, 2003.

REIMBERG, C. Condições de trabalho no campo ainda são preocupantes. **Fundacentro**, São Paulo 2017. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2017/6/condicoes-de-trabalho-no-campo-ainda-sao-preocupantes>. Acessado em: 16/04/2019.

ROCHA, A.; FERRAZ, A. **Atlas Geográfico de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: Edição dos autores, 2015.

ROCHA, G.; BRANDÃO, A. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **Pesquisa teórica**, Florianópolis v. 16, n. 2, p. 196-204, , 2013.

ROCHA, M., M. **A espacialidade das mobilidades humanas: um olhar para o norte central paranaense**. 1998, 194f. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROCHA, F. C. B; LEAL, V. A. S. Produção da classe trabalhadora na relação campo-cidade: Reflexões sobre a mobilidade do trabalho em Vitória da Conquista. V Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2016.**Anais eletrônicos**, [...]Ilhéus, UESC, junho, 2016.

ROCHA, M. A. R. da S.; MARQUES, D. P. Os modelos de produção capitalista e exploração do trabalhador: da manufatura ao precariado. VI Seminário CETROS, Crise e mundo do

trabalho no Brasil: Desafios para a classe trabalhadora. UECE, 2018. Fortaleza. **Anais eletrônicos**, [...], Fortaleza:Cetros-UECE, agosto, 2019.

SAMPAIO, Andrecks V. O. FRANÇA, Vera L. A. **Mobilidade do trabalho e produção do espaço regional**: experiências de mobilidade em Vitória da Conquista – BA. NPGEO: 30 anos de contribuição à Geografia. São Cristóvão, 2013.

SANTOS, M. S. et al. **Análise da produção agrícola municipal na microrregião de Vitória da Conquista, no período de 1999 a 2012**. Relatório de Iniciação Científica-CNPq, Vitória da Conquista: UESB, 2015.

SANTOS, S. C. dos, COQUEIRO, J. C. P. A Paisagem e o lugar percebidos pela memória. **Revista dos Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade** - Igarapé V.5, nº1, p. 175-190, Porto Velho(RO), 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/viewFile/2327/1985> Acesso em: 12 de ago. 2018.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 4ª ed., 1996.

SAFRA, Miséria no campo. **Revista do Agronegócio**. Goiânia, Grupo Safra Edição de Maio –p.23, 2014.

SENE, E.; MOREIRA, J. C. **Geografia geral e do Brasil**: espaço geográfico e globalização. São Paulo, SP: Scipione, 1998.

SILVA, A. C. N. **Trabalho e formação do espaço urbano**. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016. v. 1000. 162p.

SILVA, G. M. Entre o campo e a cidade: Reestruturação produtiva e novas formas de trabalho na microrregião do agreste de Itabaiana-SE. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. A AGB e a Geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos, 2014, Vitória, **Anais eletrônicos**, [...]. Vitória. Universidade Federal de Vitória-UFES, julho de 2014.

SILVA, Izildo C. A. da. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva**: estudo das tendências migratórias em Santo André. Dissertação de mestrado em Geografia pela USP, 2008.

SILVA, P. S.; et al. Agricultura familiar: Um estudo sobre a juventude rural no município de Serra do Mel – RN. Revista **Verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável**. Pombal, Grupo verde de agricultura alternativa. V. 1, n. 1, p. 54-66, 2006.

SILVA, J. M. M. da. **O Estatuto da Terra**: A construção da reforma agrária limitada do primeiro governo da ditadura civil-miliar.173f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2015.

SILVA, A. S. et al. Semeadura direta na produção do milho em agricultura de sequeiro na região Nordeste do Brasil. **Ciência Rural**. Santa Maria, V. 41, n.9, p. 1556-1562, set, 2011.

SILVA, Maria Ozanira S. A pobreza decorre de uma determinação que é estrutural, defende pesquisadora. **Nossa ciência**: Ciência a alcance de todos, 2017. Disponível em:

<https://nossaciencia.com.br/entrevistas/a-pobreza-decorre-de-uma-determinacao-que-e-estrutural-defende-pesquisadora/>. Acessado em: 12/02/2020.

SILVA, Sandro Pereira. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. **IPEA**, 1898 texto para discussão, Rio de Janeiro, 2013.

SINGER, P. **Migração interna**: Textos selecionados. Fortaleza: Ed. Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SIQUEIRA, D. OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACCA, N. (Org.). **Uma Nueva Ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p.66-79, 2001.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

TELES, G. A. Trabalho e mobilidade o contexto da produção capitalista do espaço: breves considerações. In: III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas cidades – SRCCC. Sobral. **Anais eletrônicos**[...]. Sobral: Universidade Estadual do Vale do Acaraú- 19 a 20 de junho de 2017.

TELLES, J. et al. As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas pelos desempregados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. São Paulo, V. 1, p. 15-48, 1998.

VASCONCELOS, M. M. N. **Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no projeto de assentamento Amaralina** – Vitória da Conquista: (uma fonte de cobiça). Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador: UFBA, 2007.

VERA, Alves C; SANTOS, Carlos R.S.; MARQUES, Antônio C.H. **Indicadores Socioeconômicos das Famílias Desistentes em Projetos de Assentamentos Rurais na Região Noroeste do Estado de SP**. Porto Alegre: UFRGS, VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ZIEGLER, J. **Genocídio silencioso**: um sexto da humanidade não tem o que comer. Diário Liberdade. 2011. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/mundo/laboraleconomia/19878-genocidio-silencioso-um-sexto-da-humanidade-nao-tem-o-que-comer.html>. Acesso em: 12 de março de 2019.

ZINGA, Miguel Raul M. PEDLOWSKI, Marcos A. Identificando as causas da permanência e desistência de assentados no PA. Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. **Anais eletrônicos** do XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Unicamp-Campinas, 2003.

## APÊNDICES

### **Apêndice A: Modelo de questionário aplicado em 30% das residências do povoado Lagoa de Juazeiro**

(Foi aplicado em 30% das residências, que corresponde a 50 domicílios. 35 foram aplicadas no povoado Lagoa de Juazeiro e 15 no assentamento Lagoa Nova)

Questionário - Aplicado à população do povoado de Juazeiro e ao assentamento Lagoa Nova– Vitória da Conquista – BA

PESQUISADORA: Macsuelle Silva Santos

TÍTULO DO TRABALHO: Os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço no povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Altemar Rocha

*Levantamento socioeconômico dos grupos familiares do Povoado Lagoa de Juazeiro*

#### **SOBRE O ENTREVISTADO:**

Nome do entrevistado (a): \_\_\_\_\_

1 - Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

2 - Idade:

( ) De 18 à 25 anos

( ) De 26 à 35 anos

( ) De 36 à 50 anos

( ) De 51 à 65 anos

( ) Acima de 66 anos

3 - Estado Civil:

( ) Solteiro(a)

( ) Casado(a)

( ) Divorciado(a)

( ) Viúvo(a)

( ) Outro: \_\_\_\_\_

4 - Nível de escolaridade:

( ) Analfabeto

( ) ensino fundamental incompleto

( ) ensino fundamental completo

( ) ensino Médio incompleto

( ) ensino Médio completo

( ) ensino superior incompleto

( ) ensino superior completo

#### **DADOS GERAIS DA FAMÍLIA:**

5 – O núcleo familiar é composto por quantos membros?

Quantas pessoas residem na casa?

Quantas refeições são realizadas durante o dia?

Quantos dependentes residem na casa?

Quantos residentes são:

( ) Casados

( ) Solteiros

( ) Vivem de união estável

( ) Outro. Qual \_\_\_\_\_

**SOBRE OS RESIDENTES:**

6 – Dos residentes, quantos se encaixam em cada faixa etária abaixo?

- ( ) De 0 à 5 anos  
 ( ) De 6 à 14 anos  
 ( ) De 15 à 17 anos  
 ( ) De 18 à 25 anos  
 ( ) De 26 à 35 anos  
 ( ) De 36 à 50 anos  
 ( ) De 51 à 65 anos  
 ( ) Acima de 66 anos

7- Dos residentes, quantos ainda estudam?

\_\_\_\_\_

Dos que estão estudando, quantos estão cursando:

- a) Fundamental I \_\_\_\_\_  
 b) Fundamental II \_\_\_\_\_  
 c) Ensino médio \_\_\_\_\_  
 d) Ensino superior \_\_\_\_\_

8 – Dos residentes que não estudam mais, quantos concluíram o:

- a) Fundamental I \_\_\_\_\_  
 b) Fundamental II \_\_\_\_\_  
 c) Ensino médio \_\_\_\_\_  
 d) Ensino superior \_\_\_\_\_  
 e) Especialização \_\_\_\_\_  
 f) Mestrado, doutorado \_\_\_\_\_

9 – De forma geral, para os que abandonaram os estudos, avalie a ordem da relevância dos motivos que levaram a isso, de 0 a 5, sendo 5 muito relevante, e 0, sem relevância:

- I. Abandonou para cuidar dos filhos ou irmãos. \_\_\_\_\_  
 II. Abandonou porque a escola não correspondia a sua realidade de vida. \_\_\_\_\_  
 III. Abandonou para trabalhar e ajudar no sustento da família. \_\_\_\_\_  
 IV. Abandonou por não gostar da escola ou de estudar. \_\_\_\_\_

V. Abandonou por falta de escola.  
 \_\_\_\_\_

VI. Abandonou por sentir muita dificuldade na escola. \_\_\_\_\_

VII. Outro. Qual  
 \_\_\_\_\_

10 – - Qual o tempo de residência na comunidade?

- ( ) Menos de 2 anos  
 ( ) de 2 à 5 anos  
 ( ) de 6 à 10 anos  
 ( ) de 11 a 20 anos  
 ( ) Acima de 20 anos

11 - Renda Familiar:

- ( ) até 1/2 Salário mínimo  
 ( ) de 1/2 a 1 Salário mínimo  
 ( ) de 1 a 2 Salários mínimos  
 ( ) de 2 a 3 Salários mínimos  
 ( ) de 3 a 5 Salários mínimos  
 ( ) mais de 5 Salários mínimos

12 - Fonte de renda:

- ( ) Comércio  
 ( ) Agricultura-diária  
 ( ) Agricultura-assalariada  
 ( ) Pensão  
 ( ) Aposentadoria  
 ( ) Programas sociais do Governo  
 quais? \_\_\_\_\_  
 ( ) Outra: \_\_\_\_\_

**SOBRE A TERRA:**

13 – A residência é:

- ( ) Própria  
 ( ) Alugada  
 ( ) Empréstada

14 – A família possui terras? Qual o tamanho?

Plantam alguma coisa na região? Caso positivo, o que cultivam? O produto é para

uso próprio e da família, para comercializar, ou ambos?

---



---



---

Quanto de terra é plantado e quanto é colhido?

Qual o nível de satisfação em relação a produtividade agrícola?

- ( ) muito satisfeito  
 ( ) satisfeito  
 ( ) pouco satisfeito  
 ( ) não satisfeito

Criam algum animal? Qual/quais? É pra consumo, comercializar ou ambos?

---



---



---

### **SOBRE O TRABALHO:**

15 - Quantos moradores da residência exercem algum tipo de trabalho remunerado?

- ( ) Nenhum  
 ( ) de 1 a 3  
 ( ) de 4 a 6  
 ( ) Mais de 6

16 – Quantos possuem carteira assinada?

- ( ) Nenhum  
 ( ) de 1 a 3  
 ( ) de 4 a 6  
 ( ) Mais de 6

17 – Dos que trabalham remunerado, quantos trabalham no próprio povoado?

Dos que trabalham no povoado, qual é o tipo de atividade exercida?

Quantos precisam ou precisaram se deslocar para fazendas, outros povoados, sede do município, outras cidades, estados?

### **PARA CADA MEMBRO QUE SE DESLOCA PARA TRABALHAR:**

18 – Dos membros que precisam se deslocar, quantos se mobilizam:

- a) Diariamente \_\_\_\_\_  
 b) Semanalmente \_\_\_\_\_  
 c) Mensalmente \_\_\_\_\_  
 d) Por temporada \_\_\_\_\_  
 e) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### **PARA OS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS:**

23 - Qual período do ano que migram para outros lugares para trabalhar?

24 – Quanto tempo fica fora trabalhando?

- ( ) semanalmente  
 ( ) quinzenalmente  
 ( ) Mensalmente  
 ( ) outro \_\_\_\_\_

25 - Quais as atividades desenvolvidas?

- ( ) babá  
 ( ) faxineira  
 ( ) zelador  
 ( ) ajudante de pedreiro  
 ( ) vaqueiro  
 ( ) colhedor de café

26 - Quais os destinos?

---



---



---

A Carteira é assinada?

- ( ) sim  
 ( ) não

**PARA OS TRABALHADORES QUE SE MOBILIZAM DIARIAMENTE:**

27 – Qual é o meio de transporte usado?

- ( ) Carro próprio  
 ( ) Ônibus coletivo  
 ( ) animal  
 ( ) Motocicleta  
 ( ) Bicicleta  
 ( ) Outro \_\_\_\_\_

28- Recebem ajuda de custo para as passagens?

- ( ) Sim  
 ( ) Não

Qual o valor da passagem?

\_\_\_\_\_

Qual a função exercida?

Qual o destino?

A Carteira é assinada?

- ( ) sim  
 ( ) não

**PARA OS TRABALHADORES QUE SE MOBILIZAM SEMANALMENTE OU QUINZENALMENTE:**

29 – Dormem no trabalho?

- ( ) Sim  
 ( ) Não  
 ( ) As vezes

30 – Caso negativo, onde passam a noite?

\_\_\_\_\_

Qual o destino?

Caso passe a semana em Vitória da Conquista, em qual bairro fica acomodado?

A residência que passa a semana é:

- ( ) alugada  
 ( ) casa de parentes  
 ( ) emprestada  
 ( ) Do próprio trabalho  
 ( ) outro

A Carteira é assinada?

- ( ) sim  
 ( ) não

Qual a função exercida?

**SOBRE MEMBROS DA FAMÍLIA QUE SE MUDARAM PARA OUTROS LUGARES, EM FUNÇÃO DO TRABALHO OU EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA:**

31 – Quantos membros do núcleo familiar foram morar fora para trabalhar? \_\_\_\_\_

32 – Qual o destino? \_\_\_\_\_

32 - Qual função exercem? \_

32 – Ajudam financeiramente a família?

\_\_\_\_\_

33- Com que frequência de tempo esse membro visita a família?

\_\_\_\_\_

Qual a idade do membro?

Onde moram?

34 – Conhece alguém que já saiu para trabalhar fora daqui?

Qual o destino? \_\_\_\_\_

Quanto tempo ficou trabalhando lá ?

\_\_\_\_\_

Que tipo de atividade foi exercer lá ? \_\_\_\_\_

Qual o tipo de renumeração?

\_\_\_\_\_

**SOBRE A COMUNIDADE:**

35- A comunidade possui associação de moradores?

( ) Sim

( ) Não

Você participa das reuniões?

( ) Sim

( ) Não

36- A comunidade possui Cooperativa agrícola?

( ) Sim

( ) Não

37 - Está inserido em algum grupo social organizado legalmente?

( ) Sim. Qual: \_\_\_\_\_

( ) Não

38- Quais são as principais atividades laborais desenvolvidas aqui?

---



---



---

#### **SOBRE INFRAESTRUTURA:**

12- O que é preciso melhorar aqui?

---

39- sobre a água utilizada para o consumo

( ) rede geral (tratada)

( ) rede geral (sem tratamento)

( ) poço ou cacimba

( ) carro pipa

( ) outra \_\_\_\_\_

40- sobre o lixo produzido no local

( ) Coletado pelo serviço de limpeza municipal

( ) enterrado

( ) queimado

( ) jogado em terreno baldio

( ) outro \_\_\_\_\_

#### **41 - SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS NO LOCAL**

Existe posto de saúde no local? Sim ( ) não ( )

Quais atendimentos são realizados? \_\_\_\_\_

Existe prédio escolar no local? Sim ( ) não ( )

Quantos alunos são atendidos e quais são os níveis de ensino ministrado na escola? \_\_\_\_\_

Existe serviço de atendimento prevenção de doenças (dengue) e outros? Sim ( ) não ( )

Existe feira no local? Sim ( ) não ( )

Onde faz as compras do mês?

( ) no próprio povoado

Onde faz as compras do dia a dia?

---

#### **O OLHAR DA POPULAÇÃO:**

42- Quais os pontos positivos nos seguintes tópicos?

a- Transporte?

---



---

b- Educação?

---



---

c- Saúde?

---



---

d- Lazer?

---



---

e- Vias de acesso?

---



---

f- Infraestrutura?

---



---

g- Trabalho?

---

---

43- O que precisa ser melhorado nos seguintes tópicos?

a- Transporte?

---

---

b- Educação?

---

c- Saúde?

---

d- Lazer?

---

---

e- Vias de acesso?

---

f- Infraestrutura?

---

g- Trabalho?

---

---

Sobre a residência, informe a quantidade para cada item abaixo:

Cômodos na casa:

Banheiros: ( ) internos ( ) externos

Geladeira:

TV:

DVD:

Micro-ondas:

Aparelho de som:

Máquina de lavar roupas:

Pc/notebook:

Celular:

Carro:

Motocicleta:

Possui acesso à internet?

**Apêndice B: Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos membros da associação dos moradores do povoado Lagoa de Juazeiro e da presidência do assentamento Lagoa Nova**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo-UESB

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – Aplicado para representante da associação dos moradores do povoado de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA

PESQUISADORA: Macsuelle Silva Santos

TÍTULO DO TRABALHO: Os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço no povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Altemar Rocha

*Entrevista a ser realizada com o representante da associação dos moradores*

**SOBRE O ENTREVISTADO:**

Nome do entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Qual cargo exerce?

1- Qual é o tipo de associação? Quanto tempo de funcionamento?

---

---

2- Qual é o número de sócios? Paga algum valor para associar?

---

---

3- Qual é a função da associação dos moradores do povoado?

---

---

---

4- Como funciona a eleição do presidente da associação dos moradores e com qual frequência isso acontece?

---

---

5- Os moradores são ativos e participam das reuniões?

---

6- Com que frequência ocorrem as reuniões com a participação dos moradores?

---

7- Quais são as principais dificuldades e reclamações dos moradores?

---

---

---

8- Como a associação atua em espaços como câmaras de vereador e do poder público para representar os moradores?

---

---

---

9- A sociedade possui alguma cooperativa agrícola ou outro tipo? Como funciona, caso afirmativo?

---

---

10- A comunidade é organizada a algum sindicato?

---

---

11- A comunidade está inserida em algum grupo social organizado legalmente? Qual?

---

---

---

**Apêndice C: Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos moradores mais antigos do povoado Lagoa de Juazeiro**

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – Aplicado para anciões do povoado de Juazeiro – Vitória da Conquista - BA

PESQUISADORA: Macsuelle Silva Santos

TÍTULO DO TRABALHO: Os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço no povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Altemar Rocha

Identificação do entrevistado:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

- 1- Você conhece a história de formação do Povoado Lagoa de Juazeiro? Quais são as histórias contadas sobre essa formação?
- 2- Em que ano sua família chegou na região? Qual é a origem da família? Se possível, conte um pouco sobre essa chegada.
- 3- Como era o povoado quando sua família chegou aqui?
- 4- Como era viver no povoado durante a sua infância? E como é hoje? (sobre a comunidade, deslocamento, trabalho, atividades agrícolas, educação, saúde, infraestrutura, violência, etc)
- 5- Quais são principais mudanças que você consegue observar do povoado da sua infância e o povoado nos dias atuais?
- 6- O que ainda precisa ser melhorado no povoado?

**Apêndice D: Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos vizinhos das residências vazias****Dados pessoais:**

Nome:

Idade:

Profissão:

Há quanto tempo mora na residência?

**Dados sobre a vizinhança:**

Conhecia o morador da residência vizinha?

Quantas pessoas viviam na residência?

Há quanto tempo moravam no povoado Lagoa de Juazeiro/assentamento Lagoa Nova?

Há quanto tempo deixaram a residência?

Para onde foram?

O que motivou eles a migrarem?

Mantém contato com eles?

Estão trabalhando? Qual função exercem?

Com que frequência eles retornam para o povoado?

Eles falam em voltar para o povoado?

**Apêndice E: Termo de autorização de uso de imagem e depoimento*****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS***

Eu \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como

de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (**especificar nome de todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa**) do projeto de pesquisa intitulado “(**especificar título do projeto**)” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Vitória da Conquista - BA, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 200\_\_

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável pelo projeto

### **Apêndice F: Termo de consentimento livre e esclarecido**

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Resolução nº 466/12 do CNS

O presente termo, em atendimento à Resolução 466/12, destina-se a esclarecer ao participante da pesquisa intitulada: Os rebatimentos da mobilidade do trabalho na produção do espaço no povoado Lagoa de Juazeiro - Vitória da Conquista - BA, sob responsabilidade do(a) Pesquisador(a) Macsuelle Silva Santos, quanto aos seguintes aspectos:

- ✓ **Objetivos:** Analisar como a pobreza e a mobilidade do trabalho interferem na produção do espaço no Povoado Lagoa de Juazeiro – Vitória da Conquista – BA, buscando compreender os motivos que incidem sobre a saída dos trabalhadores em busca de emprego e renda em outras localidades.

- ✓ **Participação:** Ao concordar com a participação na pesquisa, o entrevistado deverá estar à disposição para responder ao questionário ou à entrevista semiestruturada constando de questões referentes aos objetivos estabelecidos para a pesquisa.
- ✓ **Riscos:** Este estudo pode causar constrangimento ou algum tipo de desconforto ao entrevistado, visto que, envolve questões pessoais tais como: renda, idade e escolaridade, além disso, pode provocar emoções ao relatar a história de vida, e, até mesmo, expectativa de que a pesquisa possa contribuir para a melhora da qualidade de vida da comunidade. Todos os dados obtidos serão utilizados somente para fins científicos com garantia de anonimato, se assim optar.
- ✓ **Confidencialidade do Estudo:** Os registros da participação do entrevistado neste estudo só serão divulgados mediante a sua autorização, caso contrário, serão mantidos em sigilo. Serão guardados esses registros e somente os pesquisadores responsáveis terão acesso a essas informações.
- ✓ **Benefícios:** A importância desta pesquisa reside na perspectiva de favorecer a formação e o desenvolvimento acadêmico de estudantes, professores e pesquisadores de áreas afins, além de ser relevante socialmente, por conduzir uma reflexão crítica sobre dois processos concomitantes: as migrações, que definem o aspecto tangível da mobilidade do trabalho, e a pobreza que ocorre muitas vezes, como resultado da exploração, a política que naturalmente irá ser sugerida e a redistribuição de renda, que acaba fazendo com que muitas pessoas escolham como alternativa para fugirem dessa pobreza, as migrações, à procura de emprego.
- ✓ **Participação voluntária:** Toda participação é voluntária, não há penalidades para aqueles que desistem, a qualquer tempo, de participar desse estudo. O entrevistado não receberá pagamento pela participação.

## Apêndice G: Consentimento para participação

### CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro que estou devidamente informado e esclarecido quanto aos itens citados, referentes à pesquisa. Além disso, o(s) pesquisador(a) responsável pelo estudo me garantiu disponibilizar qualquer esclarecimento adicional que eu venha solicitar durante o curso desta, por isso estou de acordo com a minha participação voluntária no referido estudo e publicação anônima dos dados coletados.

Vitória da Conquista - BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do Entrevistado

## Apêndice H: Compromisso do pesquisador

### COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Eu, **Macsuella Silva Santos**, discuti as questões apresentadas com este participante do estudo e estou consciente de que o mesmo compreendeu todos os itens supracitados.

Vitória da Conquista BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019

---

### Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador – Macsuella Silva Santos

Telefone - 77999022050

Endereço – Rua Laudicéia Gusmão, nº 343, apto. 202, Centro, Vitória da Conquista – BA